

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
NÍVEL MESTRADO

NAURINETE FERNANDES INÁCIO REIS

**MEMÓRIA SOCIAL E GUERRILHA DO ARAGUAIA**

Goiânia  
2013

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Naurinete Fernandes Inácio Reis		
E-mail:	neteinacio@yahoo.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento: CAPES		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO
CNPJ:			
Título:	Memória Social e Guerrilha do Araguaia		
Palavras-chave:	Camponeses, Guerrilha do Araguaia, Memória social		
Título em outra língua:	Social Memory and Araguaia Guerrilla		
Palavras-chave em outra língua:	Peasants, Araguaia Guerrilla, Social memory		
Área de concentração:	Sociedade, Política e Cultura		
Data defesa:	21/08/2013		
Programa de Pós-Graduação:	Sociologia		
Orientador (a):	Prof. Dr. Nildo Silva Viana		
E-mail:	nildo@nildoviana.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

NAURINETE FERNANDES INÁCIO REIS

**MEMÓRIA SOCIAL E GUERRILHA DO ARAGUAIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Área de Concentração Sociedade, Política e Cultura, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Prof. Dr. Nildo Viana, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Goiânia  
2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
GPT/BC/UFG**

R375m Reis, Naurinete Fernandes Inácio.  
Memória Social e Guerrilha do Araguaia [manuscrito] /  
Naurinete Fernandes Inácio Reis. - 2013.  
169 f.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Silva Viana.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de  
Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2013.  
Bibliografia.  
Inclui Anexos.

1. Camponeses – Araguaia, Guerrilha do. 2. Araguaia,  
Guerrilha do – Memória social. I. Título.

CDU: 316.48(817.3)

NAURINETE FERNANDES INÁCIO REIS

**MEMÓRIA SOCIAL E GUERRILHA DO ARAGUAIA**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013, pela Banca Examinadora constituída pelos(as) seguintes professores(as):

---

Prof. Dr. Nildo Viana – UFG  
Presidente da Banca

---

Profa. Dra. Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira – UFG  
Membro Titular

---

Profa. Dra. Veralúcia Pinheiro – UEG  
Membro Titular

---

Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati - UFG  
Membro Suplente

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, pelo incentivo e compreensão; aos amigos, pelo diálogo e companheirismo; e ao meu esposo Claudio, pelo incentivo, contribuição e compreensão.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Nildo Viana, pela orientação e compromisso.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, especialmente aos professores da Linha de Pesquisa Práticas e Representações Sociais, bem como aos funcionários da Secretaria do Programa.

Aos camponeses do Araguaia, pelos momentos de diálogos e pelas narrativas de suas experiências vivenciadas antes, durante e após a Guerrilha do Araguaia.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho.

*“A Memória não é uma “coisa” em si mesma, jazente inteiriça e passiva sob as poeiras do passado, na espera de que a tomem; não é um ente pairando univocamente asséptico sobre os conflitos atuais e passados ou sobre as paixões e as escolhas que eles exprimem. Na realidade, os diferentes tipos de investimento em torno da Memória surgem-nos como um processo social complexo de construção das legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos. Por isso, a Memória é sempre matéria-prima para arquiteturas de geometria variável. Ou seja, não há um só e “verdadeiro” discurso sobre a Memória, não há memórias objetivamente puras, há memórias que conflituam, que se tentam anular, em última análise, quer se queira ou não, que tomam partido, pela intermediação de quem as convoca, face às grandes escolhas de cada situação, de cada conflito, de cada época”.*

*Fernando Rosas*

*“É preciso desenterrar os mortos que estão vivos nas valas comuns. Ali jazem histórias que não foram contadas. Jaz a lágrima suspensa no ar do pseudo-esquecimento. É preciso cavar. É preciso cavar. Há mães e pais que cavariam com as próprias mãos, até sangrarem os dedos e esfolarem as unhas. Pois existem valas fechadas e feridas abertas que sangram. Sim, cavariam com gana de abraçar os filhos que não foram beijados antes da hora de dormir”.*

*Vera Lúcia de Castro*

## **RESUMO**

A região do Araguaia, historicamente caracterizado pelos conflitos sociais e fundiários, é hoje marcada pela memória da Guerrilha (1972 a 1975), pois as transformações ocorridas nas terras do Araguaia em decorrência desse movimento têm forjado a necessidade de organização de movimentos camponeses visando o conhecimento e reconhecimento de experiências históricas. Os camponeses do Araguaia, envolvidos numa luta armada entre militantes do PC do B, que supostamente lutavam contra a ditadura militar no país e pela construção de um governo popular e revolucionário, e as Forças Armadas, respaldadas no discurso ideológico da defesa nacional e da garantia da lei e da ordem, tiveram seu cotidiano alterado. Neste sentido, o presente trabalho tem como tema a memória social da Guerrilha do Araguaia, deflagrada nos limites territoriais das regiões do sul e sudeste do Pará, norte do estado do Tocantins (à época, estado de Goiás) e oeste do Maranhão e analisa, através da memória social, a percepção dos envolvidos, notadamente dos camponeses, sobre a guerrilha do Araguaia, sobre a intervenção da mesma na vida camponesa. Nesta perspectiva, este estudo é direcionado para a compreensão dos elementos fundamentais da memória social camponesa da Guerrilha, bem como das seguintes questões: Qual a percepção que os camponeses tinham/têm da Guerrilha, das forças armadas em confronto, bem como dos respectivos projetos políticos estratégicos para a região e para a população? Quais motivações levaram os camponeses a “contribuir” com a Guerrilha ou com o combate à mesma? E, de que forma a memória da Guerrilha atua no cotidiano dos camponeses hoje? Os procedimentos metodológicos utilizados nesse estudo consistiram, além da pesquisa bibliográfica e documental, principalmente, na realização de entrevistas com os que viveram e conviveram no contexto da Guerrilha. Como referencial teórico, parte-se do pressuposto de que a memória é construída socialmente, como resultados de processos históricos e sociais, conseqüentemente um processo ativo, seletivo, reflexivo e em contínua construção. Lançamos mão das contribuições de alguns autores, dentre os quais: Maurice Halbwachs, Frederic Charles Bartlett, Michael Pollak, Jacques Le Goff, Fernando Rosas, Nildo Viana, entre outros. Partindo do pressuposto de que a memória social deve ser analisada levando-se em consideração sua relação com as condições históricas e sociais na qual é produzida, a memória social foi analisada criticamente, o que nos possibilitou confirmar a hipótese de que a construção da memória sobre a Guerrilha do Araguaia passa por um processo de disputa e conflitos envolvendo diversas forças e agentes e, por conseguinte, a percepção camponesa da Guerrilha é construída a partir de determinações sociais, bem como de valores e sentimentos individuais constituídos socialmente. Dessa forma, a mesma se configura como espaço de contestação, de resistência, de construção de significados e de luta de classes.

**Palavras-chave:** Camponeses, Guerrilha do Araguaia, Memória social.

## **ABSTRACT**

The Araguaia region, historically characterized by social and land conflicts, is today marked by the memory of the Guerrilla (1972-1975), since the changes occurring on the Araguaia lands as a result of this movement have wrought the need for organization of peasant movements who seek knowledge and recognition of historical experiences. The peasants of Araguaia, involved in a gunfight between The *Communist Party of Brazil* (PC do B) militants, who allegedly fought against the military dictatorship in the country and for the construction of a popular revolutionary government, and the military, who were supported by the ideological discourse of national defense and the ensuring of law and order, had their daily lives changed. In this sense, the present work has as its theme the social memory of the Araguaia Guerrilla, triggered at the boundaries of the regions of south and southeast of Pará, north of Tocantins (at the time, state of Goiás) and west of Maranhão and analyzes, through social memory, the perception of those involved, especially the peasants, on the Araguaia guerrilla and on the intervention of the same in peasant life. In this perspective, this study is aimed at understanding the fundamental elements of peasants' social memory on the Guerrilla as well as answering the following questions: What is the perception that the peasants had/have about the Guerrilla, about the armed forces in confrontation and their strategic political projects for the region and for the people? What motivations led the peasants to "contribute" to the Guerrilla or to fight against it? And how the memory of the Guerrilla works in peasants' everyday life? The methodological procedures used in this study consisted, besides the literature and documents, mainly on interviews with those who lived in the context of the Guerrilla. As a theoretical frame work we consider the assumption that the memory is socially constructed as a result of historical and social processes, being thus an active, selective, reflective and continuously constructed process. We were supported by the contributions of authors like Maurice Halbwachs, Frederic Charles Bartlett, Michael Pollak, Jacques Le Goff, Fernando Rosas and Nildo Viana, among others. Assuming that social memory should be analyzed taking into consideration its relationship with the historical and social conditions in which it is produced, the social memory was critically analyzed, which enabled us to confirm the hypothesis that the construction of memory on the Araguaia Guerrilla undergoes a process of dispute and conflict involving several forces and agents, and therefore that the perception of peasants on the Guerrilla is constructed from social determinations, as well as individual values and socially constituted feelings. Thus, it is configured as a space of contestation, resistance, meaning construction and class struggle.

**Keywords:** Peasants, Araguaia Guerrilla, Social memory.

# SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I - A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL .....</b>	<b>14</b>
1.1 MEMÓRIA INDIVIDUAL E MEMÓRIA SOCIAL .....	15
1.2 MEMÓRIA SOCIAL E REPRESENTAÇÕES .....	24
1.3 EXPRESSÃO SOCIAL DA MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE.....	31
1.4 AS CLASSES SOCIAIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	34
1.5 LUTA DE CLASSES E PRODUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL.....	41
<b>CAPÍTULO II - FORMAÇÃO DA GUERRILHA .....</b>	<b>49</b>
2.1 O GOLPE DE 1964 .....	49
2.2 RESISTÊNCIA E LUTA ARMADA .....	53
2.3 FORMAÇÃO DO CAMPESINATO.....	57
2.4 A DINÂMICA DA ECONOMIA EXTRATIVISTA .....	60
2.5 RELAÇÕES DE CLASSES NA ECONOMIA EXTRATIVISTA.....	64
2.6 A PRESENÇA DO ESTADO.....	68
2.7 TRAJETÓRIA CAMPONESA.....	72
2.8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E PREPARAÇÃO DA GUERRILHA.....	78
2.9 A GUERRILHA – EMBATES .....	82
<b>CAPÍTULO III - MEMÓRIA CAMPONESA E MEMÓRIA DOMINANTE .....</b>	<b>95</b>
3.1 A MEMÓRIA DA GUERRILHA EM CONSTRUÇÃO .....	97
3.1.2 OS RELATOS .....	98
3.1.3 LEMBRANÇAS DO CONFLITO ARMADO .....	101
3.2 A LUTA PELA MEMÓRIA POR PARTE DOS PESQUISADORES.....	107
3.3 A PERCEPÇÃO CAMPONESA SOBRE A GUERRILHA .....	117
3.4 A MEMÓRIA DOMINANTE.....	123
3.5 APÓS A GUERRILHA .....	125
3.6 O PARTIDO E A GUERRILHA – MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO .....	134
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS - OS CAMPONESES DO ARAGUAIA SÓ CONFIARAM.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>150</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>153</b>
ANEXO I - REGULAMENTO DAS FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA.....	154
ANEXO II - O PROGRAMA DE 27 PONTOS DA ULDP – UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO .....	159
ANEXO III - MAPA DA REGIÃO DO ARAGUAIA.....	162
ANEXO IV - MOVIMENTOS CORRESPONDENTES ÀS TRÊS CAMPANHAS DE CERCO E ANIQUILAMENTO EFETUADAS PELAS FORÇAS DO GOVERNO.....	163
ANEXO V - IIMAGENS DAS OPERAÇÕES MILITARES DE COMBATE À GUERRILHA.....	165
ANEXO VI - BUSCA DO GRUPO DE TRABALHO TOCANTINS-ARAGUAIA .....	166
ANEXO VII – FOTOS DO ATO ALUSIVO AOS 40 ANOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA .....	167

## INTRODUÇÃO

A região amazônica brasileira, historicamente caracterizada pelos conflitos decorrentes da forma de concentração fundiária e das relações de trabalho baseada nas relações de dominação/subordinação, se constitui em alvo de estratégias políticas diversas e, em alguns casos, antagônicas.

A partir da década de 1960, os projetos políticos de desenvolvimento pensados para o Brasil e notadamente, para a região, tiveram como consequência a intensificação desses conflitos. Na década de 1970 a Amazônia passou a representar um grande problema para o desenvolvimento do país, pois “precisava” ser povoada e integrada ao restante do Brasil. Dentre os motivos para integrar a Amazônia ao restante do país e desenvolver a economia regional, Loureiro destaca,

a necessidade de abrir novos mercados consumidores dos produtos industrializados de Centro-Sul do país; necessidade de criar novas oportunidades de trabalhos para os nordestinos que passavam dificuldades com a seca, falta de terras e pela pobreza da agricultura; intenção de aproveitar o potencial minerador, madeireiro e pesqueiro da Amazônia, com vistas à exportação para o estrangeiro; procura de novas terras por investidores do sul e interesse especulativo de investidores internacionais pelas terras amazônicas; e o que os militares chamavam de “segurança nacional”, pois temiam que os trabalhadores rurais do nordeste se revoltassem mais ainda e possibilitasse o desenvolvimento de guerrilha rural, por isso preferiram atrair os nordestinos para Amazônia (LOUREIRO, 2002, p. 71).

Através da construção da Transamazônica o governo visava promover a colonização de forma dirigida da região, transferindo trabalhadores rurais sem terra do Nordeste e do Sul do Brasil para a Amazônia. Nesse período, o processo de ocupação da Amazônia causou uma série de conflitos na região, tendo em vista que esse modelo de integração nacional privilegiava uma minoria aliada do governo federal.

As medidas tomadas pelo governo federal visando desenvolver e integrar a Amazônia, sob promoção do Programa de Integração Nacional (PIN), promoveu o aumento da concentração do poder econômico e político nas mãos de uma pequena elite local, além disso, resultou na intensificação da migração camponesa para a Amazônia e também no aumento do deslocamento compulsório, remanejamento e expulsão das famílias que já habitavam a região; aumentou os conflitos sociais e fundiários, envolvendo as “comunidades tradicionais” (agricultores, índios, pescadores, populações quilombolas, seringueiros, etc.) que lutam para permanecer nos territórios por elas historicamente ocupados.

Os planos e projetos de modernização conservadora do governo federal, através da expansão da fronteira demográfica e econômica, ignoravam as populações da Amazônia, se referindo à mesma como uma região despovoada, “terra sem gente”, ou até mesmo “vazio demográfico”. Os empreendimentos que visam modernizar a região, na maioria das vezes, excluem as populações locais das decisões sobre o destino de seus territórios, dos quais são deslocadas compulsoriamente, impossibilitando a continuidade de seus hábitos e modos de vida. A solidariedade entre esses habitantes se expressa na união pela defesa de seus interesses, pois eles têm de resistir não apenas às violências dos latifundiários, mas também à falta de apoio por parte do Estado.

Esse contexto de violência foi agravado no momento em que foi deflagrada a Guerrilha do Araguaia (1972-1975) nos limites territoriais das regiões do sul e sudeste do Pará, norte do estado do Tocantins (à época, estado de Goiás) e oeste do Maranhão. Tratou-se de uma luta armada entre guerrilheiros, militantes do PC do B (Partido Comunista do Brasil) que supostamente lutavam contra a ditadura militar instaurada com o Golpe de Estado de 1964 no país e pela construção de um governo popular e revolucionário, e as Forças Armadas Brasileiras, sob o comando do Exército, com o discurso de manutenção da ordem e defesa da Pátria.

Os idealizadores do movimento de resistência armada, baseados nas experiências guerrilheiras em outros países, avaliaram as características da região e da população que nela habitava, como condições propícias para o desenvolvimento da Guerrilha. A região, caracterizada como atrasada e isolada do ponto de vista do desenvolvimento econômico, marcada por conflitos de terras, sem apoio governamental, tinha uma das condições essenciais para o possível sucesso da Guerrilha, pois, acreditavam que a população camponesa, constituída por pessoas pobres e exploradas, seria um apoio potencial.

Os camponeses do Araguaia, envolvidos numa luta armada entre guerrilheiros e as Forças Armadas, tiveram seu cotidiano alterado. Sem saber o que estava acontecendo, ficaram em meio ao fogo cruzado. Durante os embates entre forças guerrilheiras e forças militares, tiveram seus direitos violados, foram submetidos à vigilância, coação, às prisões ilegais, torturas e execuções. Seus meios de subsistência foram destruídos.

Ambas as forças em confronto objetivavam “conquistar” o apoio da população, construir relações de confiança e, para isso, usaram táticas diversas, dentre as quais: o convívio disfarçado entre a população, compartilhando seu modo de vida, e até mesmo

defendendo seus interesses. Essa situação causou um clima de desconfiança e insegurança entre os camponeses.

A região é hoje marcada pela memória da Guerrilha, pois as transformações ocorridas nas terras do Araguaia em decorrência desse movimento têm forjado a necessidade de organização de movimentos camponeses visando o conhecimento e reconhecimento de experiências históricas. Essas populações perderam não apenas suas terras, meios de produção e reprodução social, mas também toda uma rede de relações sociais, pois compartilhavam uma forma de vida, de valores culturais, os quais tinham construído socialmente e que fortalecia um sentimento de pertencimento.

O presente trabalho tem como tema a memória camponesa da Guerrilha do Araguaia, a percepção dos camponeses envolvidos sobre a Guerrilha, sobre a intervenção da mesma na vida camponesa.

Essa temática surge a partir de uma inquietação com relação às representações veiculadas nos trabalhos sobre a Guerrilha, os quais, em sua maioria, apresentam versões oficiais de formas tendenciosas. Vários estudos fazem referência à participação camponesa de forma problemática; alguns tendem a representá-los como apoio dos “guerrilheiros”, sendo, portanto, acusados de serem terroristas; em outros, prevalecem as representações de que os camponeses contribuíam com os militares no combate aos “guerrilheiros”, sendo chamados de traidores, acusados de fazer “jogo duplo”, motivados por interesses de recompensas.

A memória da Guerrilha, dessa forma, passa por uma disputa entre os grupos e organizações que têm interesses a defender e que, conseqüentemente, invisibilizam alguns fatos importantes para a compreensão do acontecimento.

Nesta perspectiva, este estudo está direcionado para a compreensão dos elementos fundamentais da memória social camponesa da Guerrilha, bem como das seguintes questões: Qual a percepção que os camponeses tinham/têm da Guerrilha, das forças armadas em confronto, bem como dos respectivos projetos políticos estratégicos para a região e para a população? Quais motivações levaram os camponeses a “contribuir” com a Guerrilha ou com o combate à mesma? De que forma a memória da Guerrilha atua no cotidiano dos camponeses hoje?

Como referencial teórico parte-se do pressuposto de que a memória é construída socialmente, como resultados de processos históricos e sociais, conseqüentemente um processo em contínua construção. A memória social é abordada aqui enquanto capacidade de evocação social de reminiscências de fatos e experiências vivenciados no

passado, intermediada por pressões sociais contextualizadas, bem como pelos valores e sentimentos individuais, os quais são constituídos no processo de relações sociais.

A recordação é compreendida como um processo contínuo, ativo, seletivo e reflexivo, pois

"na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual" (BOSI, 1999, p. 55).

O pressuposto teórico nos possibilitou defender a hipótese de que a memória sobre a Guerrilha do Araguaia passa por um processo de disputa e conflitos envolvendo diversas forças e agentes e que, por conseguinte, a percepção camponesa da Guerrilha é construída a partir de determinações sociais, bem como de valores e sentimentos individuais constituídos socialmente. Neste sentido, a mesma se configura como espaço de contestação, de resistência, de construção de significados e de luta de classes.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesse estudo consistiram, principalmente, na análise da memória social, valorizando as percepções e falas dos camponeses que viveram e conviveram no contexto da Guerrilha. Parte-se do pressuposto de que a memória social deve ser analisada levando-se em consideração sua relação com as condições históricas e sociais na qual é produzida. Dessa forma, a memória deve ser analisada criticamente, uma vez que expressa a concepção sobre um determinado contexto do passado, mas que também expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que está sendo evocada no presente.

As fontes da pesquisa consistiram, essencialmente, em entrevistas, concedidas pelos camponeses envolvidos na Guerrilha, bem como relatos feitos pelos mesmos em documentários sobre o evento.

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de construir uma relação dialógica e de alteridade com os camponeses. Os roteiros das entrevistas foram flexíveis, pois, considera-se que durante a fala de um entrevistado ele aborda os fatos mais importantes do vivido e concebido, uma vez que existe um sentido lógico na forma como ordena os fatos.

Segundo Freitas, "o essencial consiste em aprender a detectar o que não se está dizendo e a levar em consideração o significado dos silêncios durante a entrevista" (2002, p. 71). Nesse caso, saber ouvir é fundamental para a compreensão dos discursos,

mas também saber observar tudo o que o acompanha: a entonação da voz, a pronúncia, o ritmo, os gestos, o olhar, as pausas, os risos, a postura, etc.

O estudo da memória dos camponeses sobre a Guerrilha, possibilitando a visibilidade das percepções e falas dos sujeitos, reforça o sentimento de pertencimento ao grupo ou classe, sua legitimidade e visibilidade social, bem como contribui no sentido de reforçar suas lutas e relações com o conjunto da sociedade onde os mesmos encontram-se inseridos.

O trabalho, estruturado em três capítulos, obedece a seguinte ordem: O primeiro capítulo constrói um referencial teórico acerca da memória social, no qual lançamos mão das contribuições de alguns autores, dentre os quais: Maurice Halbwachs, Frederic Charles Bartlett, Michael Pollak, Jacques Le Goff, Fernando Rosas e Nildo Viana, entre outros.

Maurice Halbwachs procura compreender a memória na relação indivíduo-sociedade, estudando os contextos sociais da memória; Frederic Charles Bartlett, por sua vez, aponta a importância das interações sociais entre indivíduos e entre estes e seu meio para o processo de lembrança e de esquecimento. Michael Pollak evidencia as tensões e contradições existentes entre a memória individual e a memória social, bem como a diversidade de forças e indivíduos que contribuem dinamicamente e de forma conflituosa para a produção e solidificação da memória social na sociedade capitalista.

A concepção marxista de classes sociais e de representações, bem como as concepções de Bakhtin, Viana e Rosas nos ajudam a compreender, numa perspectiva histórica e dialética, a luta pela memória na sociedade capitalista. A memória, nesta perspectiva, se configura como espaço onde se desenvolve a luta de classes.

O segundo capítulo trata da contextualização histórica e social da ocorrência da Guerrilha do Araguaia. A partir da pesquisa bibliográfica e documental, procura-se compreender as relações sociais e políticas que possibilitaram a deflagração de um movimento de resistência armada e seus desdobramentos.

O terceiro capítulo visa, através da análise de entrevistas realizadas com os camponeses que foram envolvidos no conflito armado, compreender a memória que os mesmos têm da Guerrilha, levando em consideração o contexto histórico e as relações nas quais estão inseridos. Procura-se evidenciar a importância da memória social para a compreensão das ações e motivações de indivíduos, grupos e classes nos acontecimentos históricos e sociais, dos significados e valores atribuídos às ações ou acontecimentos vivenciados pelos mesmos. Nessa perspectiva, tornou-se fundamental a

participação e observação no “Ato Alusivo aos 40 anos da Guerrilha do Araguaia”, organizado pela Associação dos Torturados do Araguaia, em abril de 2012 na cidade de São Domingos do Araguaia-Pa, no qual foi realizada a eleição da nova coordenação da Associação.

Além das entrevistas realizadas pessoalmente, serviram como fontes primárias as entrevistas realizadas por uma pesquisadora, estudante de doutorado na Universidade Federal do Tocantins, bem como relatos feitos por camponeses nos documentários “Guerrilha do Araguaia: as faces ocultas da história”, de Eduardo Castro; “Camponeses do Araguaia: a Guerrilha vista por dentro”, produzido pela Fundação Maurício Grabóis e o vídeo-documentário “Araguaia Campo Sagrado”, dirigido por Evandro Medeiros. O conjunto desses relatos, embora não tenha sido transcritos no presente trabalho, contribuem para aprofundar a compreensão mais geral dos fatos analisados, nos possibilitando descobrir as determinações que influenciam na constituição das memórias, bem como as forças e agentes que atuam na constituição da memória camponesa da Guerrilha.

## CAPÍTULO I - A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

A questão da memória é teorizada por psicólogos, sociólogos, historiadores, entre outros. Reconhecendo a complexidade do significado de memória, bem como a diversidade de teorias que tem orientado a formulação de conceitos sobre a mesma, procura-se evidenciar nesta análise contribuições da teoria social que possam nos auxiliar no estudo da construção social da memória, com o intuito de construir um embasamento que nos possibilite descobrir, através da memória social, a percepção dos camponeses envolvidos sobre a Guerrilha do Araguaia, sobre a intervenção da mesma na vida camponesa.

As abordagens acerca da percepção atual do passado, relacionando memória e sociedade, foram desenvolvidas, notadamente, no início do século XX, tendo como precursores o sociólogo Maurice Halbwachs, o qual estabeleceu o conceito de memória coletiva “para se referir às determinações da consciência por quadros sociais que a antecedem e tornam a sociedade possível” (SANTOS, 2003, p.12), e o psicólogo britânico Frederic Charles Bartlett, para o qual os processos mentais constituídos a partir das interações sociais seriam responsáveis pela lembrança e pelo esquecimento.

Segundo Santos,

as teorias de Halbwachs e Bartlett respondem pelos principais fundamentos teóricos sobre memória coletiva no pensamento social. Ambos os autores tiveram o mérito de mostrar, pela primeira vez, a importância de estruturas coletivas e processos interativos nas formas individuais de lembrar, dimensões da memória até então consideradas pouco relevantes por filósofos e psicólogos (SANTOS, 2003, p. 22).

Nessa perspectiva, esse trabalho opta pela abordagem da memória apontando a complementaridade entre essas duas abordagens, ao considerar importante não apenas as estruturas coletivas da lembrança, mas também as interações entre os indivíduos no tempo presente.

A partir das contribuições teóricas aqui apresentadas, é possível pensar em uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual e subjetivo, bem como considerar a mesma enquanto construção social a partir das relações entre indivíduos, considerando os valores e pressão social presentes no processo de elaboração da mesma.

A contribuição desses autores para o conhecimento que vinha se acumulando sobre a memória em outras áreas, como psicologia e filosofia, foi mostrar que a memória fazia parte de um processo social, em que os indivíduos não são vistos como seres humanos isolados, mas interagindo uns com os outros, ao longo de suas vidas e a partir de estruturas sociais determinadas (SANTOS, 2003, p. 33).

## 1.1 Memória individual e memória social

A tentativa de definição da memória num sentido mais geral nos leva a caracterizá-la levando em consideração sua capacidade de armazenamento de dados e informações, bem como a possibilidade de evocação de reminiscências de fatos e experiências vivenciados no passado. No campo científico global,

a memória, compreendida, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p. 419).

Um dos estudos clássicos sobre memória foi desenvolvido através de uma abordagem sociológica por Maurice Halbwachs, o qual concebe a memória enquanto fenômeno individual e coletivo. Halbwachs procura compreendê-la na relação indivíduo-sociedade, estudando os “quadros sociais da memória”. Nessa perspectiva, a recuperação da memória não se dar apenas por meios de recordações, mas também por meio do diálogo e da troca com os que vivenciaram as mesmas experiências. Quando as pessoas lembram, é no quadro do grupo que a imagem se situa, tendo em vista a inserção no grupo e continuidade das relações sociais nas quais a memória foi construída.

Jean Duvignaud, no prefácio de “A Memória Coletiva”, aponta que Maurice Halbwachs supera as teses psicologizantes sobre a memória ao tentar compreender os contextos sociais da memória, em duas obras dedicadas ao assunto, a saber: “Os contextos sociais da memória” publicada em 1925 e “Memória Coletiva”, publicada pela primeira vez em 1950.

A definição do que seja memória individual e memória social remete-nos, primeiramente, às reflexões de Maurice Halbwachs sobre as relações entre memória individual e memória coletiva. Nos seus estudos, a memória não é meramente um fenômeno individual, mas também um fenômeno coletivo e socialmente construído.

A memória individual, conforme as proposições de Maurice Halbwachs, ainda que seja considerada uma condição necessária, não é suficiente para o ato de lembrar, pois se estrutura e se insere na memória coletiva, tendo em vista que as lembranças, aparentemente pessoais, são constituídas e inspirados pelos grupos sociais dos quais os indivíduos fazem parte.

Dessa forma, Halbwachs faz referência à existência de uma “intuição sensível”, relacionando-a a memória individual:

“Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível” (HALBWACHS, 2004, p.41).

Os indivíduos que dão suporte à memória coletiva se lembram “enquanto membro do grupo”, porém com intensidades diferentes:

“Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda, conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 2004, p. 51).

A convivência em grupo possibilita a reconstrução ou simulação de lembranças. Nesse processo, a memória individual pode ser apoiada nas percepções de outras pessoas (memória coletiva) ou internalizada tendo como referências as representações de uma memória histórica. De acordo com Halbwachs,

para que a nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 2004, p. 38).

Neste sentido, a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, na escola, em um grupo de amigos ou na classe social, através do processo de comunicação. No processo de reconstituição da percepção do passado, as especificidades existentes nas lembranças de cada indivíduo se devem ao fato de que “na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual” (HALBWACHS, 2004, p. 41).

Para Halbwachs, a memória individual existe em função da memória coletiva, se configurando no lugar onde essas últimas se realizam e se manifestam. Nessa perspectiva, a evocação de lembranças se dá a partir de quadros sociais da memória: lugares, pessoas e contextos da época do ocorrido. Assim, a memória individual seria resultado de combinações aleatórias de memórias coletivas, diversas combinações de quadros sociais já constituídos, dentro os quais: família, religião, trabalho, etc.

Quanto mais sólida for a relação entre os membros de um determinado grupo mais forte serão as lembranças evocadas dos fatos vivenciados coletivamente. Segundo Halbwachs (2004, p. 75-76),

no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais freqüentemente em contato com ele.

Para Halbwachs (2004, p. 75-76) “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente”. Nesse caso, o autor enfatiza que a continuidade das relações entre os indivíduos no grupo torna mais fácil o processo de evocação de lembranças:

“Os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. Essas lembranças estão para “todo o mundo” dentro desta medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los” (HALBWACHS, 2004, p. 49).

Apesar da popularidade das abordagens desenvolvidas por Halbwachs entre vários estudiosos da temática da memória, bem como da relevância de alguns de seus postulados, nota-se, como analisaremos a seguir, que algumas de suas premissas são questionadas por serem generalizadas, não dando conta da complexidade da reconstituição da consciência sobre o passado, por não perceber a diversidade de forças e agentes que contribuem dinamicamente e de forma conflituosa para a produção e solidificação de memórias.

Halbwachs não evidencia, por exemplo, as tensões e contradições existentes entre a memória individual e a memória coletiva, bem como as relações de poder presentes no processo de evocação de lembranças. Assim, em conformidade com a perspectiva funcionalista, Halbwachs enfatiza a sujeição do indivíduo a um determinismo coletivo.

As definições propostas por Halbwachs de memória individual e memória coletiva, bem como a relação entre as mesmas, apesar de contribuir, não são suficientes para dar conta da complexidade do fenômeno da memória social. O autor não descarta a existência da memória individual, porém desconsidera a importância das ações e relações sociais, enfatizando que a materialidade da mesma encontra-se unicamente na sociedade, enraizada em diferentes contextos.

Assim, recorreremos a outras proposições e abordagens relevantes para o entendimento da questão aqui analisada. As reformulações relativas ao estudo da

memória, notadamente da memória social, a partir de meados do século XX, possibilitaram a emergência de estudos voltados para os grupos minoritários e temas relativos às experiências do cotidiano, dando visibilidade às representações e percepções das “memórias subterrâneas”. Dessa forma, ao conceito de “memória coletiva”, elaborado por Halbwachs, são acrescentadas outras características relevantes para a compreensão da memória social.

Myrian Sepúlveda dos Santos analisa de forma crítica as contribuições de filósofos, psicólogos e sociólogos para o desenvolvimento de explicações e interpretações teóricas sobre o significado e funcionamento da memória, notadamente da memória social. Ao se referir às formulações e conclusões de Halbwachs, a autora enfatiza:

“a afirmação de que tanto a memória como o esquecimento só existem a partir de contextos sociais já estabelecidos não nos leva à conclusão de que outros elementos não possam ser considerados para explicarmos o fenômeno observado. As teorias interacionistas facilmente nos mostram que o significado da memória e da amnésia é construído nos processos sociais em que lembranças e esquecimentos são constituídos” (SANTOS, 2003, p. 51).

Algumas das proposições de Halbwachs são importantes para o entendimento da temática, porém o mesmo exclui ou não considera outros fatores influentes na construção da concepção sobre passado, através da memória individual ou social, o que torna sua concepção problemática.

Ao constatar alguns impasses no desenvolvimento da teoria de Halbwachs, Santos analisa a importante contribuição dada pelo psicólogo inglês Frederic Charles Bartlett, ao acrescentar outros fatores que pudessem fazer parte da construção tanto de memórias individuais quanto sociais.

Bartlett, assim como Maurice Halbwachs, criticou a tentativa de compreensão do funcionamento da memória através de experiências desenvolvidas pela psicologia experimental. Bartlett elaborou uma teoria da memória a partir de uma perspectiva psicossocial, na qual ele analisa a importância de convenções sociais para a compreensão das atitudes individuais.

Para Bartlett,

a memória nem era uma função que pudesse se atribuída apenas a aparatos biológicos do indivíduo, nem era uma condição estritamente mental, como queria Bergson, nem social, como em Halbwachs. A memória era um atributo do indivíduo que se encontrava em um grupo social e associava-se à percepção, à imaginação e ao pensamento construtivo (Apud SANTOS, 2003, p. 54).

Santos considera que o trabalho de Bartlett, *Remembering, A Study in Experimental and Social Psychology*, publicado em 1931, é tão importante quanto o de Halbwachs para a compreensão da memória, pois procura entendê-la a partir do processo de interação entre indivíduos e entre estes e seu meio, aproximando-se, assim, das teorias que evidenciavam a importância das construções sociais, das convenções sociais para a compreensão das atitudes individuais e para o processo cognitivo.

Bartlett estabelece algumas condições necessárias para o processo de evocação de lembranças, dentre as quais, Santos ressalta a percepção anterior de um determinado fato, bem como o significado inerente aos mesmos. A afirmação de Bartlett “de que só percebemos o que é significativo para nós mesmos rompe, portanto, primeiro, com a noção de sistema mecânico de apreensão de imagens e, segundo, com a determinação de convenções sociais sobre práticas cognitivas” (SANTOS, 2003, p. 54-55). Para Bartlett, a memória, enquanto um processo cognitivo, é perpassada de julgamentos. A tese de Bartlett “é a de que a memória faz parte do processo de conhecimento e reconhecimento do mundo e de que este processo se define pela busca de sentido” (SANTOS, 2003, p. 55), envolvendo julgamento.

Ao analisar a convicção de que condutas individuais são socialmente determinadas, Santos afirma que o argumento de Bartlett é simples:

“Para que práticas coletivas exerçam influência sobre indivíduos é necessário que esses encontrem significados nessas práticas e as percebam. Não há determinação de convenções sociais sobre indivíduos, portanto, porque estes últimos estão se apropriando das convenções de acordo com critérios e julgamento. A memória coletiva é aquela presente em condutas complexas desenvolvidas pelos indivíduos em determinados contextos; a memória que existe é a memória “no” grupo e não “do” grupo” (Apud SANTOS, 2003, p. 58).

Bartlett “compreendeu o ato de recordar como um efeito de nossa capacidade de utilizarmos e re-atualizarmos imagens a partir de ‘padrões’ anteriormente apreendidos” (SANTOS, 2003, p. 59). As lembranças, assim como os significados seriam produzidos unicamente através do processo interativo. Conforme Santos, Bartlett

contribuiu para uma melhor percepção dos significados inerentes às memórias coletivas ao trabalhar com uma dimensão que não estava presente no trabalho de Halbwachs. Bartlett e outros focalizaram os processos interacionistas envolvidos na construção de memórias coletivas (SANTOS, 2003, p. 60).

Segundo Santos:

“Frederic Bartlett nos deixou uma contribuição tão importante quanto a de Halbwachs ao estudar os processos pelos quais os indivíduos constroem memórias coletivas. Enquanto Halbwachs enfatizou o fato de que indivíduos

recordam a partir de quadros sociais, Bartlett destacou que indivíduos estão sempre atribuindo significado as suas memórias à medida que as estão construindo” (SANTOS, 2003, p. 71).

Segundo a autora, “Halbwachs deu prioridade ao social em suas análises, negligenciando a investigação das ações e interações sociais. Por outro lado, Bartlett não fez jus às coerções impostas por estruturas estabelecidas” (SANTOS, 2003, p. 33). Ao resumir as contribuições de Bartlett, Santos ressalta que o mesmo

trouxe, ainda que de forma rudimentar, a observação correta de que as formas de recordar variam com as circunstâncias: com pressões que poderiam ser oriundas ou de um grupo de interesses ou de determinações sociais (2003, p. 91).

Assim, não apenas as pressões sociais contextualizadas são responsáveis pelas lembranças e esquecimentos, como também os significados atribuídos pelos indivíduos a determinados acontecimentos e ações. Essa perspectiva possibilita atribuímos à construção da memória não somente ao contexto social, mas também às relações sociais vivenciadas pelos indivíduos.

Feitas essas observações, precisamos acrescentar às proposições de Bartlett que a compreensão do processo de lembrança precisa levar em consideração as condições sociais da vida cotidiana, as condições em que a memória está inserida. Nessa perspectiva, não basta compreendermos o que é lembrado, mas também como está sendo lembrado.

A pressuposição, construída por Halbwachs, de que um compartilhamento de memórias gera uma memória coletiva, e que esta prevalece e determina a memória individual não é suficiente para explicar a construção social da memória. É importante destacar que uma experiência vivenciada por uma coletividade de indivíduos não poderá ser recuperada da mesma maneira por cada um. A percepção que cada indivíduo constrói sobre o passado se dá de forma individualizada em função de alguns condicionamentos.

A discussão teórica feita por Nildo Viana sobre memória e sociedade contribui para a compreensão da construção social da memória. Ao considerar equivocada a afirmação de Halbwachs sobre a reconstrução do passado a partir do presente, Viana faz uma distinção entre a realidade passada e a consciência presente da realidade passada. Para ele, não é o passado que é reconstruído a partir do presente e sim a consciência do passado. As lembranças constituem o conteúdo da memória e somente se tornam recordações através de sua ativação. Ao contrário do que pensam alguns autores, para

Viana não é a memória que é seletiva e sim o processo de recordação ou evocação social de lembranças:

“Os mecanismos de seleção se encontram nos valores e sentimentos dos indivíduos, bem como na pressão social e na associação de ideias. Os valores dos indivíduos são constituídos socialmente, e são o que eles consideram importante, relevante, significativo” (VIANA, 2006a, p. 9).

Assim como Halbwachs, Viana reconhece que o processo de valoração é constituído socialmente. Porém, demonstra que mesmo concebendo a memória individual como sendo construída socialmente, devemos reconhecer sua singularidade:

“A memória individual é constituída socialmente, pois os mecanismos de evocação de lembranças são de origem social. A memória individual possui sua singularidade a partir do processo histórico de vida do indivíduo que, a partir de sua inserção nas relações sociais e sua posição social, realiza a evocação de lembranças que estão em sua consciência virtual. Tanto as lembranças quanto os mecanismos de evocação são de caráter social, e isto significa que a memória individual é social. Além disso, o material que dá vida à memória também é de caráter social, tal como os signos” (VIANA, 2006a, p. 9).

Michael Pollak, outro autor que contribui de forma significativa para a compreensão da temática em questão, ao analisar a concepção de memória coletiva desenvolvida por Maurice Halbwachs, aponta a presença de aspectos da tradição metodológica durkheimiana, a qual enfatiza a força quase institucional da memória coletiva, ressaltando a duração, a continuidade e a estabilidade. Nesse sentido, Pollak (1989, p. 03) destaca:

“Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva".

Não descartando o reconhecimento do caráter problemático de uma memória coletiva apontado por Maurice Halbwachs a respeito da seletividade de toda memória, bem como do processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e memórias individuais, Pollak afirma que, na perspectiva construtivista, dominante nos trabalhos atuais sobre essa temática:

“Não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas. Como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 4).

Diferentemente de Maurice Halbwachs, Pollak enfatiza o processo de disputa pelo qual a memória vem passando na Europa, enfatizando a invasão das memórias subterrâneas no espaço público, com reivindicações das diferentes nacionalidades através de lembranças até então silenciadas. Sobre o estudo das memórias subterrâneas na perspectiva da história oral, Pollak afirma que:

“Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional. (...). Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. (POLLAK, 1989, p. 4).

A partir do exposto até o momento, percebe-se que tanto na abordagem de Bartlett, como na maioria das abordagens contemporâneas relativa à memória social, a recordação é compreendida como um processo contínuo, ativo, seletivo e reflexivo.

Nessa perspectiva, este trabalho aborda a construção social da memória a partir da contribuição de Halbwachs sobre o fato de indivíduos recordarem de acordo com os contextos sociais determinados que os antecedem e nos quais estão inseridos, e que a concepção do passado é continuamente reconstruída no presente, bem como a partir da contribuição de Bartlett sobre a importância dos processos interativos responsáveis pelas construções sociais, pois como analisa Santos, “Bartlett destacou que indivíduos têm razões e intenções com significados próprios no processo de construções de suas memórias” (2003, p. 34).

Assim, serão considerados importantes para a compreensão da memória social aspectos relativos à estrutura e às relações sociais. Relevante também para o desenvolvimento da temática em questão será a contribuição de Pollak sobre o processo de disputas e conflitos pelos quais a construção da memória social passa, notadamente na sociedade capitalista.

Ao destacar as características flutuantes e mutáveis da memória, tanto individual quanto social, Pollak lembra também que “na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (1992, p. 2). Nessa perspectiva, o autor evidencia a importância do trabalho de solidificação da memória, o qual possibilita a irreduzibilidade de elementos, impossibilitando a ocorrência de mudanças. Assim, nas memórias de determinados períodos da vida dos indivíduos a memória permanece quase que intacta, sem mudanças, pois representa um acontecimento importante.

Vale ressaltar que os fatos que às vezes lembramos ou esquecemos nem sempre são interessantes ou convenientes serem relatados. A memória e o esquecimento são faces de um mesmo processo, por isso os relatos são frutos da memória e do esquecimento. Assim, enfatiza Freitas (2002, p. 61):

“A seletividade e o esquecimento estão presentes no processo da memória. Do ponto de vista psicanalítico, o esquecimento não é visto como um fenômeno passivo ou uma simples deficiência do organismo. As lembranças que “incomodam” são expulsas da consciência, mas continuam atuando sobre o comportamento no inconsciente. Portanto, selecionar ou esquecer são manipulações conscientes ou inconscientes, decorrentes de fatores diversos que afetam a memória individual”.

As recordações, neste sentido, passam por processos de esquecimentos e, muitas vezes, são silenciadas. Partindo dessa perspectiva, devemos, então, distinguir entre esquecimento e silêncio para compreendermos uma questão importante a respeito da memória, qual seja: sua seletividade.

Primeiramente, devemos partir do pressuposto de que as ações ou acontecimentos são valorados ou não pelos indivíduos ou coletividade, mas também são constituintes de valores. Assim, a essas ações ou acontecimentos são atribuídos valores e significados. Os fatos mais importantes são guardados na memória de forma mais persistente. A capacidade de recordar de fatos que fazem parte da história de um grupo ou classe social, e as recordações dos mesmos se dá de maneiras diferentes.

Ao falar sobre os elementos constitutivos da memória, tanto individual quanto social, Pollak se refere aos acontecimentos vividos pessoalmente, aos acontecimentos "vividos por tabela", às pessoas, às personagens e aos lugares. Sobre os acontecimentos "vividos por tabela", o autor explica: “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (1992, p. 2). Segundo Pollak: “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (1992, p. 2).

Dessa forma, a memória é concebida como um fenômeno construído socialmente e seletivamente:

“Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 4-5).

O autor afirma ainda que a memória, por ser individual e socialmente construída, é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa e de um grupo em sua reconstrução de si.

Com relação à memória social de uma experiência compartilhada Gonçalves enfatiza:

“Trata-se de acontecimentos rememorativos reconstruídos através de *experiências representativas e de recordações socializadas*. As experiências representativas desempenham uma função essencial na reconstituição da memória, na medida em que constituem novas leituras dos acontecimentos passados: as situações objetivas nas quais se inserem o passado reaparecem sempre alteradas e associadas a novas simbolizações (1997, p. 127)”.

## 1.2 Memória social e representações

O conceito de representação social foi inspirado a partir do termo “representação coletiva” desenvolvido por Durkheim, o qual formulou teorias a respeito da constituição social do indivíduo, enfatizando que as categorias básicas do pensamento, bem como o conhecimento teriam origem na sociedade e na experiência social. Durkheim concebia as representações coletivas enquanto conceito, designando um conjunto de conhecimentos e crenças (mitos, religião, ciência, etc.).

Apropriando-se das formulações de Durkheim sobre representações coletivas, Moscovici elabora a teoria das representações sociais, concebendo-as enquanto objeto de estudo, pois considera que podem designar fenômenos múltiplos e complexos. Nesta perspectiva, Moscovici considera que as representações sociais são dinâmicas, nas quais existe uma relação de interação entre o sujeito e a sociedade.

Representação social é concebida enquanto uma forma do indivíduo se apropriar da realidade, construindo um saber específico, de caráter cotidiano, através do qual o indivíduo ou grupo elaboram comportamentos e comunicam estes entre si, construindo assim um saber que lhe permitem atuar sobre a realidade, através da construção e reconstrução de símbolos, imagens e conceitos. Através das representações sociais o homem consegue dá sentido ao mundo que o rodeia, transforma o imperceptível em perceptível, o desconhecido em conhecido, o não-familiar em familiar.

Segundo o autor,

em seu todo, a dinâmica das representações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, as pessoas e acontecimentos são percebidos e

compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a realidade” (2002, p. 55).

Seguindo as mesmas formulações que Moscovici, Jodelet enfatiza que as representações sociais são:

“Sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orienta e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos acontecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais” (JODELET, 2001 p. 22).

As representações sociais são definidas por alguns estudiosos nas Ciências Sociais como “categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (MINAYO, 1994, p. 89). Neste sentido, Jodelet (2001, p. 17) pondera que “as representações são sociais (...) circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais.”

Nildo Viana, partindo da análise crítica da concepção de “representações sociais”, propõe uma nova forma de abordagem das representações através do conceito “representações cotidianas”, tendo como referência fundamental as contribuições teóricas e metodológicas de Karl Marx e outros pensadores. Essa nova abordagem nos possibilita compreender melhor as manifestações concretas das representações cotidianas.

Após analisar as concepções de Moscovici sobre as representações sociais, bem como o contexto histórico do seu nascimento e desenvolvimento, Viana concorda que trata-se de um fenômeno, objeto de estudo, porém apresenta os limites da referida abordagem. Uma das críticas feitas por Viana é de que a abordagem desenvolvida por Moscovici não é tão original como se propunha, tendo em vista que Durkheim e, notadamente, Marx “já haviam desenvolvido teses semelhantes, inclusive mais complexas do que as de Moscovici” (VIANA, 2008, p. 53), tendo sido pelo mesmo desconsideradas.

Ao analisar de forma crítica os limites da abordagem das representações sociais, Viana aponta: a falta de ‘novidade’; falta de sistematicidade que não possibilita conclusões seguras; a falta de clareza do conceito e a incapacidade explicativa, bem como a concepção equivocada de que o saber cotidiano é consensual. Para Viana,

a abordagem das representações sociais possui um problema metodológico grave, a falta de uma concepção abrangente da sociedade e o isolamento das

representações sociais, o que retira a capacidade explicativa desta abordagem (2008, p. 63).

Outro problema apontado pelo autor consiste no fato de que abordagem das representações sociais desconhece o processo de dominação e exploração presentes na sociedade e “deixou de lado a importância explicativa das classes sociais, grupos sociais e seus conflitos no processo de elaboração do saber cotidiano” (VIANA, 2008, p. 74).

Para Viana, o termo representações sociais têm sentido equivalente à várias palavras, dentre as quais:

“Idéias, visão de mundo, consciência, conhecimento vulgar, saber popular, consciência coletiva, conhecimento comum, cultura popular, ideologia (além dos próprios termos senso comum, representações e representações coletivas, dependendo de como se concebe este último termo), etc.” (VIANA, 2008, p. 55).

Dessa forma, após a análise das limitações da abordagem das representações sociais, Viana recorre às formulações de Marx e outros pensadores sobre as representações, para elaborar um novo conceito que dê conta da complexidade do saber cotidiano, relacionando-o com a história, com o processo de exploração e dominação.

O autor observa que os conteúdos das representações cotidianas podem ser predominantemente verdadeiros ou falsos, mas também contraditórios. Assim, ele recorre às contribuições teóricas de alguns marxistas, dentre os quais, Bertrand, para demonstrar que essas representações são parte da realidade, atuando de forma ativa sobre a mesma, sendo força propulsora de ações e transformações sociais.

A compreensão da concepção de *representações* desenvolvida por Karl Marx, contribui para o estudo da memória social, tendo em vista que tal abordagem nos possibilita analisar as representações relacionando-as ao contexto histórico de sua produção, levando em consideração a conexão entre as mesmas e o meio no qual são construídas.

As obras de Marx mostram, em diversas passagens, sua concepção de representação, porém não é pretensão deste trabalho esgotar o assunto nem mesmo apresentar as definições presentes no conjunto da sua obra. Esta análise tem como base as definições e sistematização de *representações* apresentada por Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*.

A referida obra representa um marco no pensamento marxista, pois os autores expõem seus pensamentos sobre a realidade existente, bem como fazem uma crítica à abordagem sobre a realidade desenvolvida pela concepção do hegelianismo. Os autores

apresentam o esboço da criação do materialismo histórico em oposição ao materialismo denominado por Marx de materialismo intuitivo.

Dentre as críticas feitas pelos autores aos filósofos, a mais consistente é a de que nenhum pensou a realidade material do contexto histórico e social sobre o qual escreviam: *A nenhum destes filósofos ocorreu perguntar qual era a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a conexão entre a sua crítica e o seu próprio meio material.* (MARX e ENGELS, 1989, p. 26).

Marx e Engels rompem com a concepção filosófica hegeliana que considera as representações como sendo fruto autônomo da consciência, a qual, por sua vez, é atribuída a responsabilidade pela produção da vida. Nessa perspectiva, Marx e Engels argumentam em favor do estudo da realidade a partir de pressupostos reais, considerando que o indivíduo deve ser pensado enquanto um ser real, inserido em determinada forma social na realidade, o qual desempenha uma ação e que deve ser compreendido a partir de suas condições materiais de vida.

Ao contrário do que pensam os hegelianos, Marx defende que as representações são condicionadas pelo modo de produção da vida material, afirmando que “*não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência*” (MARX e ENGELS, 1989, p. 37), uma vez que a consciência “é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens”. Nessa perspectiva, a pesquisa social deve partir da vida real, dos próprios indivíduos reais e vivos.

Uma contribuição interessante de Marx para nos ajudar a estudar a sociedade consiste no fato de, mesmo tendo defendido que a base material da sociedade prevalece sobre as ideias, o autor afirma que “as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias” (MARX e ENGELS, 1989, p. 56).

Nessa concepção, os autores consideram que as representações que orientam as condutas dos indivíduos estão vinculadas à formação sócio-histórica na qual eles estão inseridos, pois as condições reais de vida determinam a consciência dos indivíduos, tendo em vista que a mesma está relacionada à forma como vivem, mas também influenciam suas ações e relações sociais. Neste sentido, as representações são concebidas como formas de consciência situadas na realidade vivenciada pelos indivíduos: “a consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX e ENGELS, 1989, p. 37).

Nessa perspectiva, Mikhail Bakhtin compartilha com a concepção de Marx e Engels ao afirmar que a “consciência não se situa acima do ser e não pode determinar a

sua constituição, uma vez que ela é, ela mesma, uma parte do ser, uma das suas forças; e é por isso que a consciência tem uma existência real e representa um papel na arena do ser” (1997, p. 117).

Ao diferenciar sua concepção da dos filósofos hegelianos, os autores enfatizam que seu ponto de partida para o entendimento da sociedade é a base material:

“Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam, ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda aparência de autonomia. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (MARX e ENGELS, 1989, p. 37).

Essas considerações nos possibilita compreender a importância de analisarmos, antes de tudo, as condições reais de vida, para em seguida, examinarmos as representações que as pessoas têm dos fatos. É necessário explicar as representações a partir das contradições e conflitos existentes entre as forças produtivas sociais e as relações sociais de produção<sup>1</sup>.

Ainda sobre a concepção de que os indivíduos são determinados pelas condições materiais de vida, os autores enfatizam:

“O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de produzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar a sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam a sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX e ENGELS, 1989, p. 27).

Ao analisar a concepção de Marx sobre modo de vida, Viana esclarece que o mesmo “constitui a cotidianidade dos indivíduos, e, por conseguinte, fonte de suas

---

<sup>1</sup> Marx concebia as forças produtivas como sociais e as relações de produção como constituintes de classes sociais e, por conseguinte, de luta de classes. As forças produtivas sociais e as relações sociais de produção, nesta perspectiva, constituem um modo de produção, que por sua vez, é considerado um “modo de vida”.

representações” (VIANA, 2008, p. 105). Assim, ele demonstra as características da vida cotidiana na sociedade moderna e, em seguida, explica sua relação com as representações cotidianas.

Dentre as características fundamentais da vida cotidiana, Viana aponta a naturalização e conseqüentemente o não questionamento, a simplicidade e a regularidade presente nas relações e ações dos indivíduos, enfatizando que as representações produzidas pela cotidianidade também apresentam essas características.

Viana faz uma distinção entre as explicações simples e as explicações complexas, enfatizando que as explicações fornecidas pelo pensamento complexo se fundamentam em teorias ou ideologias, enquanto a simplicidade presente nas primeiras se fundamentam em representações cotidianas.

As representações cotidianas são concebidas como

a expressão consciente da vida cotidiana, a manifestação das atividades cotidianas dos indivíduos não apenas em seu repertório temático (determinado por uma forma concreta de sociabilidade) mas também em sua forma de expressão, marcada pela naturalização, simplicidade e regularidade (VIANA, 2008, p. 114).

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que as atividades práticas desempenhadas pelos indivíduos possibilitam a constituição de representações ligadas às mesmas. A partir das reflexões desenvolvidas pelos autores acima, podemos concluir que a história dos indivíduos está registrada na memória de cada um e ao mesmo tempo na memória social dos que viveram e conviveram nos diversos contextos sociais, que estiveram inseridos nas diferentes categorias e transitaram por diferentes atividades e grupos, de acordo com cada momento histórico e suas ocupações sociais e espaciais.

Deve-se, nesse sentido, compreender as condições reais de vida dos indivíduos para descobrirmos os elementos fundamentais das representações e, pode-se acrescentar, das memórias, bem como as contradições entre as mesmas e o contexto histórico e social no qual estão inseridos ou foram produzidas.

Minayo considera que:

“As representações sociais possuem núcleos positivos de transformação e resistência na forma de conceber a realidade. Portanto, devem ser analisadas criticamente, uma vez que correspondem às situações reais da vida. Nesse sentido, a visão de mundo dos diferentes grupos expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram engendradas” (1994, p. 109).

Neste sentido, é válida a preocupação de Karl Marx (1986) ao nos alertar do risco de se reduzir a realidade à concepção que os homens fazem dela, pois essas representações, mesmo estando vinculadas às práticas sociais, também refletem interesses dos diferentes grupos ou classes, não somente das classes dominantes, mas também das classes dominadas.

Marx e Engels argumentaram que a produção das representações estão diretamente ligadas à atividade material, à vida real dos indivíduos:

“A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. (...) Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde” (MARX e ENGELS, 1989, p. 36).

Assim, pode-se considerar que o estudo sobre a constituição ou reconstituição da memória social torna-se mais relevante à luz da concepção de *representações* desenvolvida por Marx. Considera-se, nessa perspectiva, que as memórias, assim como as representações, a consciência ou as idéias surgem como resultados de processos históricos das trajetórias dos indivíduos e de suas inserções e interações nas diferentes configurações sociais, especialmente nas classes sociais.

É interessante ressaltar que, na perspectiva marxista, os conteúdos da consciência são produtos do processo de vida real, e que "as representações que estes indivíduos elaboram são representações a respeito de sua relação com a natureza, ou sobre suas mútuas relações, ou a respeito de sua própria natureza” (MARX e ENGELS, 1991, p. 36), acrescentando ainda que, por ser uma expressão da realidade, as mesmas podem ser reais ou ilusórias, tendo em vista a divisão social do trabalho:

“É evidente que, em todos estes casos, estas representações são a expressão consciente - real ou ilusória - de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização política e social. (...) Se a expressão consciente das relações reais deste indivíduo é ilusória, se em suas representações põem a realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo de atividade material limitado e das suas relações sociais limitadas que daí resultaram” (MARX e ENGELS, 1989, p. 36).

As relações sociais limitadas entre os indivíduos, decorrentes da divisão do trabalho, produzem representações também limitadas ou mesmo falsas, porém existe a possibilidade de que o proletariado, devido sua posição na divisão social do trabalho,

bem como as condições nas quais está submetido, construir uma consciência correta da realidade, através da luta de classes, na qual constrói as condições de passagem de “classe em si” à “classes para si”, ou seja, a transformação da consciência contraditória em consciência revolucionária.

Essas considerações nos remete novamente a importância que deve ser dada a análise da realidade para que se compreenda as representações e a memória social. A reconstituição da concepção atual sobre um determinado acontecimento, a partir da memória social, nessa perspectiva, possibilita o entendimento do passado recente, amplificando vozes até então silenciadas ou mesmo desconsideradas, bem como criar condições de possibilidade de dar visibilidade às diferentes “versões” sobre determinada questão.

Lembrar ou relembrar nem sempre é uma tarefa fácil, tendo em vista que para isso devemos “mergulhar” no tempo. Além disso, nossa memória não é resultado de um simples acúmulo gradual de lembranças, e lembrar não significa apenas recuperar o passado. Não conseguimos recordar com precisão absoluta de todos os fatos que vivenciamos. Assim, recordar significa, muitas vezes, reconstituir a percepção que se tem do passado, baseados em um contexto histórico e social do momento presente.

### **1.3 Expressão social da memória: linguagem e sociedade**

A reconstituição da percepção do passado envolve a evocação e expressão de ideias, representações, sentimentos, enfim, enunciados referentes a acontecimentos e conhecimentos adquiridos anteriormente. Nesse processo, evidencia-se o trabalho conjunto da memória e da linguagem, uma vez que, o que se pretende expressar perpassa pela evocação seletiva de lembranças, bem como pela procura de termos mais adequados para o contexto no qual estamos inseridos, procedendo-se à construção ou recuperação de enunciados, de sentidos e de palavras.

A compreensão da memória social perpassa pela análise da mesma no campo linguístico, no sentido de refletirmos a associação entre memória e linguagem, pois as relações sociais acontecem por meio desta, através de palavras, e pode-se considerar que a evocação e a expressão da palavra são intermediadas pela memória.

Nessa perspectiva, Marx afirma que a manifestação da consciência ou das representações são feitas por intermédio da linguagem:

“A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe

para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens” (1989, p. 43-44).

A linguagem auditiva, fundamentada essencialmente no uso da voz, exerce um papel fundamental no processo de reconstrução da consciência do passado, pois,

é como discurso que a memória evidencia todo um sistema de símbolos e convenções produzidas e utilizadas socialmente. Além disso, a voz é um elemento em si mesmo. Suas variações dão sentido ao texto transmitido, transformam-no, dando-lhe, muitas vezes, um significado além do que foi meramente dito (FREITAS, 2002, p. 47).

No âmbito da análise dos enunciados são de grande relevância as contribuições de Mikhail Bakhtin, para o qual a linguagem pode ser considerada como um lugar de materialidade da memória, pois as memórias veiculam pelos discursos e pelas palavras, se configurando como espaços de contestação, de resistência, de construção de significados, de luta de classes.

A reflexão filosófica de Bakhtin relacionada à linguística nos possibilita pensar a linguagem na relação dos indivíduos com a sociedade, pois o mesmo defende que a linguagem é constituída socialmente. Ao enfatizar a natureza real dos fatos da língua, Bakhtin valoriza a fala e a enunciação, afirmando sua natureza social:

“A enunciação, compreendida como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua, trata-se de discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior. Ela é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um ‘horizonte social’” (1997, p. 16).

Bakhtin procura esclarecer o problema da relação recíproca entre a infraestrutura e as superestruturas pelo estudo do material verbal, ou seja, a palavra enquanto signo ideológico<sup>2</sup>. Para ele,

a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (1997, p. 41).

Cada signo ideológico, constituído no processo de relação social, é considerado como um reflexo, bem como um fragmento material da realidade, tendo, portanto, uma encarnação material “seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer” (BAKHTIN, 1997, p. 33).

De acordo com Bakhtin,

---

<sup>2</sup> O significado do conceito de ideologia, usado por Bakhtin nesta obra, difere do conceito marxista de ideologia. Para Bakhtin, ideologia remete a pensamento valorativo.

um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) (...); mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo* (1997, p. 31).

Segundo o autor, o signo “pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.) (1997, p. 32).

Nessa perspectiva, o autor evidencia que o sentido da expressão-enunciação é totalmente determinado pela situação social mais imediata da enunciação em questão:

“As relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala” (BAKHTIN, 1997, p. 42).

Ao considerar a palavra enquanto o fenômeno ideológico por excelência e o modo mais puro e sensível de relação social, Bakhtin ressalta que “a palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” (1997, p. 38). Segundo Bakhtin:

“É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (1997, p. 41).

A opção, nesse estudo, pela abordagem da memória enquanto um fenômeno dinâmico e complexo, parte do reconhecimento da existência de uma relação de interação entre o indivíduo e a sociedade no processo de construção da mesma.

Dessa forma, pode-se considerar que a reconstituição da memória de um determinado acontecimento acontece enunciativamente, a partir do trabalho da linguagem. Assim, a evocação e a expressão de lembranças é resultado de um trabalho em conjunto entre a linguagem e a memória, pois o conteúdo da memória é compartilhado através da linguagem, nas conversas cotidianas, no diálogo, no discurso, atribuindo-lhe significados e valores.

A compreensão, interpretação e explicação das formas de expressão, da significação dos enunciados, devem ser feita por intermédio das relações sociais que determinam a vida concreta dos indivíduos, das condições do meio social.

Bakhtin considera que todo signo, inclusive o da individualidade, é social por natureza, sendo, portanto, ideológica, histórica, e internamente condicionado por fatores sociológicos:

“O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico” (BAKHTIN, 1997, p. 60).

É importante observar que Bakhtin, ao considerar a manifestação verbal enquanto reflexo de uma determinada situação histórica e social, ressalta a plurivalência social do signo ideológico, possibilitando que o mesmo se torne a arena onde se desenvolve a luta de classes.

“Aquilo mesmo que torna o signo ideológico vivo e dinâmico faz dele um instrumento de refração e de deformação do ser. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN, 1997, p. 47).

Conforme o autor, “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (1997, p. 66). Nessa perspectiva, observa-se que as palavras, enquanto signo, carregam uma diversidade de significações, de valores, percepções de mundo, de interesses antagônicos e mesmo contraditórios, os quais são reflexos das condições reais de vida em que os indivíduos estão inseridos. “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 1997, p. 113).

#### **1.4 As classes sociais na sociedade capitalista**

Até aqui abordamos apenas as características gerais da memória social, ressaltando o fato de que a produção social da mesma deve ser analisada levando-se em consideração sua relação com a sociedade na qual é produzida. Neste sentido, faz-se necessário inserirmos a discussão da produção da memória social relacionando-a à sociedade capitalista. Para tanto é interessante analisarmos, ainda que de forma não

aprofundada, as características dessa sociedade, bem como das classes sociais que a constituem.

A definição de classes sociais desenvolvida nesta análise parte da concepção de classes sociais em Marx, porém para a compreensão dessa concepção é necessário estudarmos alguns estudiosos que o tiveram como base na elaboração da teoria, tendo em vista que Marx não elaborou uma teoria completa das classes sociais.

A abordagem das classes sociais, no entanto, nunca é feita de forma pura, mas é mediada pelos métodos, teorias, épocas, etc., o que tem como consequências, na maioria das vezes, uma descaracterização da concepção de Marx sobre a temática. Assim, as leituras de alguns autores devem ser feitas de forma crítica, visando detectar alguns equívocos na interpretação do pensamento marxista.

A maioria das abordagens sobre classes sociais adotam métodos e concepções problemáticas, pois se baseiam em formas de classificações arbitrárias, bem como fazem leituras equivocadas de Marx, objetivando superá-lo, refutá-lo ou descaracterizá-lo. Algumas explicações são mediadas por critérios que não dão conta da teoria: para uns a renda; para outros, o prestígio, ou a consciência de classe.

Ao tentar construir uma concepção de classes sociais, Anthony Giddens, por exemplo, tenta buscar uma convergência entre a teoria de Karl Marx e de Max Weber. No entanto, os dois autores têm concepções diferentes acerca da história, da economia e da sociedade, bem como usam métodos diferenciados. No estudo das classes, Marx procura explicar os fenômenos sociais, bem como a autonomia restrita do indivíduo. Considera que o mesmo não está acima das relações sociais ou da sociedade. Já Weber, através do método compreensivo, não prioriza o estudo dos fenômenos sociais, uma vez que supervaloriza o indivíduo. Sua concepção de classes não é relacional e usa tipos ideais para classificar aspectos da sociedade de forma fragmentada.

Giddens acusa Marx de desenvolver uma concepção dicotômica. No entanto, para Marx, as relações sociais de produção produzem várias classes, dentre as quais, latifundiários, lumpemproletariado, campesinato, pequena-burguesia, etc. A burguesia e o proletariado são classes fundamentais da sociedade capitalista.

Poderíamos relacionar outros autores que interpretaram Marx de forma equivocada, porém, por tratar-se de uma extensa bibliografia e que não será objeto de análise neste trabalho, recorreremos ao caso do Giddens apenas para exemplificar.

Existem outras concepções que trabalham com o termo “classes sociais”, porém com abordagens distintas. No entanto será citado apenas um exemplo, devido ao fato de existirem diversas concepções nesse sentido.

Halbwachs, por exemplo, define classes através de vários critérios, dentre os quais, a busca do ideal comum; a ideia de que as classes estão relacionadas à consciência coletiva e se constituem a partir das representações coletivas, bem como a ideia de que só existem em relação às hierarquias entre grupos, as quais são derivadas das representações do nível de vida e de consumo.

Os critérios estabelecidos por Halbwachs demonstram-se insuficientes, pois sua concepção é considerada não relacional, estando ausente a noção de exploração, de luta e de conflitos. Neste sentido, sua concepção apresenta-se como descritiva, pois elabora vários critérios para definir as classes, porém não tenta entendê-los nas condições de vida concreta. Sua concepção não contribui para entender as classes sociais enquanto fenômenos reais.

Vale ressaltar que não se tem pretensão aqui de se fazer uma revisão bibliográfica dos interpretes de Marx, mas tão somente apresentar, na medida do possível, uma breve definição de classe social, bem como das relações entre as mesmas na sociedade capitalista a partir da concepção marxista, para em seguida, analisarmos sua relação com a produção da memória social.

Na obra intitulada “O Capital”, Karl Marx tem como objetivo principal compreender e explicar o modo de produção capitalista, priorizando a explicação da realidade social através da base material da sociedade, através do materialismo histórico. O autor considera a sociedade capitalista como sendo dinâmica e contraditória em suas relações sociais, pois em suas análises evidencia o processo de exploração da mesma ao demonstrar o caráter social da produção e sua apropriação privada, o que tem como consequência a existência de antagonismo entre classes.

Ele afirma que a essência do que é gerado no processo de produção da sociedade capitalista é o capital, enquanto uma relação social (valor valorizado). “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (1998, p. 55). Dessa forma, Marx argumenta: “por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria” (1998, p. 55).

O capitalismo, neste sentido, é uma forma societária de organização motivada pela lógica de produção de mais-valor e acumulação de capital. O acúmulo de capital

que é a razão de ser da sociedade capitalista depende da extração da mais-valia, a qual existe por causa da exploração da força de trabalho no processo de produção de mercadorias. Assim, Marx identifica no modo de produção capitalista duas classes sociais fundamentais, a saber: a burguesia e o proletariado:

“A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos privadas, a formação e o incremento do capital. A condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este repousa exclusivamente na concorrência entre os operários” (MARX e ENGELS, 2011, p. 45).

O autor utiliza o “método de abstração” para compreender a essência da mercadoria, através do estudo de suas determinações. Ele observa que o que há de comum em todas as mercadorias é que são produtos do trabalho humano, em seu sentido abstrato, e que a determinação do valor das mesmas está diretamente relacionada com o tempo de trabalho gasto em sua produção. Em seu estudo minucioso sobre a mercadoria, ele afirma que “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas” (1998, p. 55).

Neste sentido, a mercadoria, por ser uma coisa útil, pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade, apresentando-se, respectivamente, como valor-de-uso e valor-de-troca. As mercadorias, enquanto valores-de-uso precisam ter uma utilidade e possuem diferenças qualitativas e, enquanto valores-de-troca possuem apenas diferenças quantitativas.

O sentido do valor-de-troca de uma mercadoria revela-se no processo de troca, levando em consideração que deve ser uma produção voltada para venda na lógica da perspectiva do lucro. No processo de troca entre as mercadorias, os valores-de-uso são desconsiderados, pois, estando numa proporção adequada, um valor-de-uso vale tanto quanto outro.

Ao analisar a contradição presente no sistema capitalista, Marx concebe o trabalho como tendo uma importância fundamental, sendo considerado como a essência da propriedade privada. O trabalho, por sua vez, tem como essência, a riqueza. A lógica da produção na sociedade capitalista atribui valor a um bem apenas pelo fato de ter dispêndio de trabalho humano materializado no mesmo.

O produto do trabalho humano apresenta-se inicialmente como valor-de-uso, de objetos materiais, como ferro, linho, trigo, etc. O que o torna uma mercadoria é sua natureza dupla, “por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor”. Na

sociedade capitalista, o valor de uso se torna veículo para o valor-de-troca. O processo de troca esconde o valor-de-uso (qualidade) da mercadoria e evidencia apenas seu valor-de-troca (quantidade). Através dessa dissimulação, a mercadoria enquanto coisa de valor torna-se imperceptível. Somente representa valor quando expressa trabalho social e, conseqüentemente, o seu valor só pode ser expresso numa relação sócio-mercantil entre mercadorias.

Marx considera que a verdadeira essência das relações sociais está no âmbito da produção, pois nela percebem-se as contradições do sistema capitalista. As relações desiguais entre os indivíduos, pertencentes, notadamente, a uma das duas classes fundamentais: os donos da força de trabalho e os donos dos meios de produção, são evidenciadas no âmbito do processo de produção, o qual tem como consequência a repartição desigual do produto do trabalho.

Nessa perspectiva, as classes são determinadas historicamente, sendo constituídas nas relações sociais de produção de uma determinada sociedade. O desenvolvimento da história humana e a divisão social do trabalho possibilitam o processo de formação das classes sociais distintas.

Cada sociedade tem classes específicas e diferenciadas que se relacionam de forma conflituosa, tendo em vista que possuem interesses antagônicos e inconciliáveis. As classes fundamentais do modo de produção capitalista, como identifica Marx, são a burguesia e o proletariado. No entanto, sua abordagem evidencia outras classes “já que engloba outras formas de produções e as formas de regularização das relações sociais (Estado, instituições, cultura, ideologias, direito, etc.)” (VIANA, 2006b, p.120).

Partindo da perspectiva marxista, Viana explica:

“As classes sociais são constituídas e delimitadas não pela renda ou situação de mercado, como coloca Weber, ou apenas por sua ‘posição diante dos meios de produção’, segundo Lênin. A determinação fundamental da existência e delimitação das classes sociais se encontra no modo de produção dominante e na divisão social do trabalho derivado dele” (VIANA, 2006b, p.122).

Pensar em classe social, dessa forma, exige pensar em relação social, pois as classes só podem ser entendidas de forma relacional. Assim, além da burguesia e do proletariado existem outras classes sociais na sociedade capitalista. Essas, por sua vez, “estão nesse processo relacional via contato com a classe dominante, seja via Estado e burocracia estatal, seja via fração dela, especialmente o capital comercial” (VIANA, 2006b, p.122).

Para Marx, uma classe existe em função da outra:

“O desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde, na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o capital” (MARX e ENGELS, 2011, p. 35).

Marx apresenta, na “Ideologia alemã”, as características fundamentais que definem uma classe, dentre os quais, modo de vida comum, definido pela atividade de produção e reprodução da vida material; interesses comuns e opostos às outras classes, configurando-se em luta.

A dinâmica do modo de produção capitalista, composto pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção, se manifesta como luta de classes. Marx atribui ao proletariado um papel revolucionário, tendo em vista que o mesmo está submetido à dominação e exploração e, devido sua posição na relação de produção, tende a criar novas formas de relação de produção. Na luta política por interesses comuns, se desenvolve e constrói sua consciência de classe, a qual possibilita a mudança da “classe em si” para a “classe para si”.

Segundo Marx,

as classes médias – o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês -, todos combatem a burguesia para preservar do desaparecimento sua existência como classes médias. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras (MARX, 2011, p.41).

Além do modo de produção capitalista é possível identificarmos na teoria marxista a concepção relacionada ao modo de produção camponês. De acordo com Viana (2009, p.42-43),

a produção camponesa produz bens materiais e se constitui como uma relação social, fundamentada no trabalho familiar, que coloca frente a frente o campesinato, enquanto classe produtora, à outras classes sociais, principalmente a burguesia, enquanto classe exploradora.

O processo de exploração do camponês é explicado por Viana (2009: 45) tendo com fundamento a característica de produção “quase autossuficiente”, o que o faz vender o excedente de sua produção e comprar o que não produz. Esse processo de produção é chamado por Marx de processo de produção mercantil simples.

Assim, a produção camponesa pode ser considerada como dependente do mercado e subordinada ao capital. O nível dos preços é um dos mecanismos usados pelo capital para subordinar a economia camponesa. O valor atribuído à produção dos camponeses é sempre inferior aos custos de produção, pois o preço comercial nunca

chega a cobrir o valor dos produtos e é através do processo de troca desigual que o capital se apropria do trabalho excedente.

Vale lembrar que o valor das mercadorias produzidas pelos camponeses não obedecem a mesma lógica das mercadorias produzidas pelo modo de produção capitalista, tendo em vista que neste último, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. O processo de produção não representa para o camponês o meio de valorização do seu investimento, pois seu objetivo não é o lucro, mas a reprodução das condições de existência familiar.

Marx (1988) considera que a economia camponesa é uma economia mercantil simples, no sentido de que o camponês vende o excedente de sua produção para a sociedade com o objetivo de comprar o que ele não produz, visando a satisfação de suas necessidades. Esse processo é caracterizado como circulação simples de mercadorias, simplificado pela seguinte fórmula: M (mercadorias) – D (dinheiro) – M (mercadorias). O camponês vende o excedente de sua produção e, algumas vezes, parte do trabalho necessário à sua reprodução, porém seu trabalho não é considerado como critério definidor dos custos de produção.

Esse processo de troca desigual consiste numa das principais formas de exploração/apropriação do trabalho dos camponeses. Segundo Viana:

“Os artesãos e camponeses são explorados pelo capital, mas não através da extração de mais-valor e sim através da ação estatal, do capital bancário e do capital comercial, sendo que o primeiro extrai impostos, o segundo extrai juros, e o terceiro ganha com a “troca desigual”, ao comprar os produtos produzidos pelas formas de produção não-capitalistas por baixo preço e revendê-los por um preço elevado” (VIANA, 2006b, p. 120).

Viana, tendo como base a concepção de que as classes devem ser analisadas de forma relacional, enfatiza:

“As demais classes sociais, no capitalismo, estão nesse processo relacional via contato com a classe dominante, seja via Estado e burocracia estatal, seja via fração dela, especialmente o capital comercial. (...). Assim, as demais classes sociais existem na relação com a classe dominante, estando sujeitas a sua exploração ou então como aliadas privilegiadas, por exemplo, o caso da burocracia” (VIANA, 2006b, p.122).

De acordo com Marx, o fato de o camponês estar imerso nas relações de mercado, faz com que novas necessidades sejam geradas, fazendo com que todo o excedente em forma de dinheiro seja utilizado de várias formas. A partir dessa perspectiva, pode-se constatar que o capital influencia a produção social camponesa, bem como controla também o processo de produção direta dos mesmos.

Dessa forma, pode-se considerar que a relação entre a classe capitalista e a classe camponesa também é de exploração. O capital obriga o camponês a produzir e vender no mercado o excedente de sua produção para que possa comprar as mercadorias que não produz de forma direta, as quais são necessárias à sua reprodução. O dinheiro obtido com a venda de seus produtos também é necessário para que possam pagar impostos, empréstimos, etc.

Marx, portanto, concebia a existência de diversas classes sociais, estabelecendo como fundamentais, e não únicas como alguns interpretam, a burguesia e o proletariado. No entanto, houve mudança na composição das classes após a época em que ele escreveu e produziu, o que não é objeto dessa análise, porquanto consideramos as classes que foram discutidas por Marx e, somente quando houver necessidade durante a análise concreta que será feita, poderão ser acrescentados outros elementos que possam no auxiliar na discussão.

### **1.5 Luta de classes e produção da memória social**

O entendimento da produção da memória social, conforme analisado até o momento, perpassa pela compreensão de sua relação com as concepções de *representações*, de *linguagem*, bem como de *luta de classes* na sociedade capitalista.

O processo de produção social da memória na sociedade capitalista nos remete aos estudos de Pollak sobre a diversidade de forças e agentes que atuam de forma conflituosa na construção da memória social. O mesmo analisa o trabalho de enquadramento da memória realizado pela classe dominante, no sentido de construir e perpetuar a ideologia dominante, bem como impor valores e concepções visando nortear condutas e comportamentos. Em reação a esse trabalho de enquadramento da memória, o autor demonstra a manifestação da memória “subterrânea” em confronto com a memória oficial.

Ao falar da organização da memória em função das preocupações pessoais e políticas do momento, Pollak (1992) cita o exemplo de enquadramento da memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais. Ele aponta que a organização dessa memória constitui um objeto de disputa, na qual torna-se comum a existência de conflitos para determinar que datas e que acontecimentos serão solidificados na memória “coletiva”.

O trabalho de formação e reorganização da memória oficial também contribui com a reconstituição da memória social. A mesma acontece através da produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de personagens, bem como de construção de objetos materiais, dentre os quais: museus, bibliotecas, filmes, documentários, monumentos, visando impedir o esquecimento e promover o rearranjo da memória social. Assim, as imagens do passado passam por um processo estratégico de organização, manipulação e imposição, através de um trabalho especializado de enquadramento por parte de grupos dominantes da sociedade, visando a necessidades atuais. Para Pollak as duas funções da memória comum são “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”.

As considerações de Bakhtin, acima mencionadas, sobre a palavra enquanto arena onde se desenvolve a luta de classes torna-se mais relevante quando o mesmo analisa a relação entre a ideologia do cotidiano e os sistemas ideológicos constituídos, numa relação histórica e dialética de luta de classes. O autor analisa a questão da objetivação da consciência e da ideologia:

“Fora de sua objetivação, de sua realização num material determinado (o gesto, a palavra, o grito), a consciência é uma ficção. Não é senão uma construção ideológica incorreta, criada sem considerar os dados concretos da expressão social. Mas, enquanto expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical, etc.), a consciência constitui um fato objetivo e uma força social imensa.(...). Enquanto a consciência permanece fechada na cabeça do ser consciente, com uma expressão embrionária sob a forma de discurso interior, o seu estado é apenas de esboço, o seu raio de ação ainda limitado. Mas assim que passou por todas as etapas da objetivação social, que entrou no poderoso sistema da ciência, da arte, da moral e do direito, a consciência torna-se uma força real, capaz mesmo de exercer em retorno uma ação sobre as bases econômicas da vida social. Certo, essa força materializa-se em organizações sociais determinadas, reforça-se por uma expressão ideológica sólida (a ciência, a arte, etc.) mas, mesmo sob a forma original confusa do pensamento que acaba de nascer, pode-se já falar de fato social e não de ato individual interior” (BAKHTIN, 1997, p. 117).

Bakhtin estabelece uma distinção entre as formas de ideologias presentes nas relações sociais, a saber: a “ideologia do cotidiano” e os “sistemas ideológicos constituídos”, e as possíveis relações entre elas:

“Chamaremos a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga, *ideologia do cotidiano*, para distingui-la dos sistemas ideológicos constituídos, tais como a arte, a moral, o direito, etc. A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência” (BAKHTIN, 1997, p. 118).

(...)

“Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez

sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a idéia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva” (BAKHTIN, 1997, p. 118-119).

Bakhtin identifica, na ideologia do cotidiano, o nível inferior e o nível superior, os quais são “determinados pela escala social que serve para medir a atividade mental e a expressão, e pelas forças sociais em relação às quais eles devem diretamente orientar-se” (1997, p. 119).

O nível inferior é caracterizado pelo tipo de atividade mental que desliza e muda mais rapidamente na ideologia do cotidiano. São as atividades mentais que são orientadas socialmente de forma ocasional, sendo “pouco durável e pertinente apenas no quadro da reunião fortuita e por tempo limitado de algumas pessoas”, o que impossibilita sua consolidação bem como a capacidade de encontrar uma expressão completa e diferenciada no plano social. Nesse nível, estão “todas as atividades mentais e pensamentos confusos e informes que se acendem e apagam na nossa alma, assim como as palavras fortuitas ou inúteis” (BAKHTIN, 1997, p. 119).

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano, por sua vez, ainda que sejam mais móveis e sensíveis do que os sistemas ideológicos constituídos, estão em contato direto com eles, manifestando um caráter de responsabilidade e de criatividade:

“São capazes de repercutir as mudanças da infra-estrutura sócio-econômica mais rápida e mais distintamente. Aí justamente é que se acumulam as energias criadoras com cujo auxílio se efetuam as revisões parciais ou totais dos sistemas ideológicos. Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. É claro, no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados” (BAKHTIN 1997, p. 119-120).

Um aspecto interessante apontado por Viana na análise feita por Marx e seus continuadores sobre as representações cotidianas diz respeito à sua relação com a ideologia enquanto pensamento complexo e com as classes sociais. Dessa forma, o autor desenvolve uma análise dessa relação notadamente com a consciência de classe no contexto da sociedade capitalista.

Partindo da perspectiva marxista, Viana (2008) afirma que cada classe social produz seus representantes intelectuais, os quais sistematizam e articulam as representações das classes a que pertencem ou representam. Dessa forma, faz referência ao fenômeno da ideologia, afirmando que a ideologia ou a teoria são formas sistematizada e articulada de consciência de classe, fruto de trabalho dos representantes intelectuais da classe burguesa, assim como a consciência revolucionária do proletariado também é produto de seus representantes intelectuais.

Vale observar que, assim como Bakhtin, Viana reconhece que as representações cotidianas podem ser reproduzidas e sistematizadas pelo pensamento complexo (ideologia ou teoria), o qual pode ser expresso através da filosofia, teologia, ciência, etc. Porém, o pensamento complexo, também pode ser assimilado pelo pensamento simples (representações cotidianas), exercendo uma influência na vida cotidiana das pessoas.

As representações cotidianas podem ser ‘traduzidas’ pelo pensamento complexo (se tais representações são ilusórias, tal produção cria ideologia e, se forem representações reais, criam teorias) e o pensamento complexo (científico, filosófico, teológico, etc.) também é ‘traduzido’ pelas representações cotidianas, perdendo seu caráter complexo, sistemático, articulado, organizado, coerente (VIANA, 2008, p. 130-131).

Levando em consideração as formulações de Pollak, bem como as concepções de Bakhtin e Viana<sup>3</sup>, pode-se considerar que são nos confrontos e conflitos entre “memórias subterrâneas” e “memórias oficiais”, “ideologias do cotidiano” e “ideologia oficial constituída”, representações cotidianas verdadeiras e teorias, por um lado, contra representações cotidianas falsas e ideologias, por outro, que se evidenciam os interesses implícitos no trabalho de enquadramento da memória.

As memórias subterrâneas, bem como as ideologias do cotidiano e as representações cotidianas são espaços de contestação, de resistência e de subversão. Criam condições de possibilidade de dar visibilidade aos aspectos não-visíveis de uma determinada realidade social e política, de suas diferentes significações.

Numa perspectiva histórica e dialética, Rosas fala da memória enquanto palco onde se desenvolve a luta de classes, fazendo referência ao debate em torno da subsistência, da relevância ou dos conteúdos das memórias do século XX. Sobre sua

---

<sup>3</sup> Os autores em análise adotam concepções distintas de ideologia. Bakhtin recorre à palavra ideologia para se referir ao pensamento valorativo e representações em geral, enquanto Viana adota o mesmo para designar sistema de pensamento ilusório. Assim, Bakhtin evidencia a disputa entre “ideologia do cotidiano” e “ideologia oficial constituída”, enquanto Viana, ao diferenciar as representações cotidianas do pensamento complexo mostra uma disputa entre representações cotidianas verdadeiras e teorias, por um lado, contra representações cotidianas falsas e ideologias, por outro.

compreensão da memória, Rosas argumenta: “falo do patrimônio físico e documental, falo de representações, de testemunhos, de registros escritos, orais ou filmados, de vivências, daquilo com que se constroem os discursos sobre o passado, mas de que se alimentam as visões atuais” (2009, p. 85).

Para o autor, o processo de construção da memória está associado com a defesa de um projeto de sociedade atual e futura, evidenciando a construção do pensamento hegemônico através do trabalho de manipulação, de anulação, de silenciamento da memória dos processos históricos, das representações, dos conceitos e dos valores potencialmente subversivo.

Os movimentos sociais que lutam pela reabilitação e defesa da memória, segundo Rosas, não apenas colaboram com a investigação histórica, como também contribuem com a resistência ao apagamento e à manipulação da memória.

Segundo o autor:

“Na realidade, os diferentes tipos de investimento em torno da Memória surgem-nos como um processo social complexo de construção das legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos. Por isso, a Memória é sempre matéria-prima para arquitecturas de geometria variável. Ou seja, não há um só e “verdadeiro” discurso sobre a Memória, não há memórias objectivamente puras, há memórias que conflituam, que se tentam anular, em última análise, quer se queira ou não, que tomam partido, pela intermediação de quem as convoca, face às grandes escolhas de cada situação, de cada conflito, de cada época” (ROSAS, 2009, p. 85).

Dessa forma, a memória se torna objeto de disputa entre os grupos dominantes da sociedade. Assim, Le Goff enfatiza que,

tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (2003, p. 422).

O argumento sobre a disputa pelo monopólio da memória remete-nos a concepção de Marx de que “as idéias (*Gedanken*) da classe dominantes são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX e ENGELS 1989, p. 72), o que nos leva a procurar compreender os elementos fundamentais das representações ou mesmo da memória social, relacionando-a à realidade vivenciada pelos indivíduos, às condições objetivas de vida individual ou social.

Partindo desta perspectiva, a memória social é compreendida como resultado de múltiplas determinações, entre as quais: a posição dos indivíduos nas relações sociais, seu pertencimento de classe, bem como os valores, concepções, etc., que são os modos de interpretação dos acontecimentos passados ou de sua evocação atual.

A pesquisa social que tem a memória como objeto de estudo precisa levar em consideração que a mesma passa por um processo de disputa. Nesse caso, partir da análise das condições reais de existência dos indivíduos pode ser uma forma de possibilitar a compreensão de possíveis jogos, “negociações” que são feitos com a memória.

Parte-se do pressuposto de que a memória é construída socialmente e que os indivíduos, pertencentes a diferentes grupos ou classes sociais, possuem ideias e elaboram informações ao longo da sua história sob o reflexo das diferentes relações que estabelecem. As representações veiculadas pela memória nos possibilita compreender as contradições entre elas e a vida real dos sujeitos, bem como nos apontam elementos que podem contribuir para o entendimento dos diversos usos que se fazem da memória, tendo como consequência a disputa pelo monopólio da mesma.

A memória deve ser analisada criticamente, uma vez que expressa a concepção sobre um determinado contexto do passado, mas que também expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que estão sendo evocadas no presente.

Neste sentido, é válida a preocupação de Karl Marx (1986) ao nos alertar do risco de se reduzir a realidade à concepção que os homens fazem dela, pois essas representações, mesmo estando vinculadas às práticas sociais, também refletem interesses dos diferentes grupos ou classes, não somente das classes dominantes, mas também das classes dominadas.

Nessa perspectiva, deve-se levar em consideração o contexto no qual as memórias são produzidas e qual os efeitos que elas têm sobre o indivíduo ou classe da qual ele faz parte, no sentido de refletir sobre a forma como se dá a construção e a apropriação da memória pelos indivíduos, grupos ou classes sociais, bem como identificar a repercussão da mesma no conjunto da sociedade.

Marx reconhece que, ainda que dentro das classes existam interesses divergentes, que são derivados da existência de frações de classes, bem como influência de ideologia e concepções de outras classes e outras subdivisões internas, a mesma se configura como um modo de vida que produz costumes, interesses e representações

comuns. Esses, por sua vez, são objetos de sistematização dos representantes intelectuais de cada classe.

Na sociedade capitalista se manifestam uma grande diversidade de memórias. “As classes sociais, entre outros grupos sociais, acabam criando o seu processo seletivo derivado de sua constituição própria de valores, sentimentos, etc.” (VIANA 2006a, p. 9). Viana cita o exemplo dos grupos religiosos, dos artistas e outros grupos sociais que zelam pelo seu passado através de um conjunto de lembranças. Segundo o autor,

A divisão social do trabalho produz classes e grupos sociais distintos que possuem sua consciência derivada das relações sociais em que são constituídos e de tudo que deriva de tais relações (valores, sentimentos, concepções, ideais, etc.). Assim, o que é “selecionado” pela memória é, predominantemente, o que é determinado pelos interesses da classe dominante e suas classes auxiliares, já que ela possui a hegemonia cultural na sociedade civil (VIANA, 2006a, p. 10).

A ideologia, construída nas relações sócio-históricas, bem como a partir da divisão social do trabalho, tem como característica a inversão a realidade. Por ser uma falsa consciência sistematizada pelos especialistas dos trabalhos intelectuais, visando expressar a realidade através da ciência, está comprometida com os interesses da classe dominante, no sentido de mascarar e perpetuar as relações de dominação e exploração de classes.

Tendo como referência *O Dezoito do Brumário e Cartas a Kugelmann*, de Karl Marx, Viana afirma que “as recordações de atos heróicos do passado são retomadas em momentos de lutas e combates, relembrando figuras heróicas, indivíduos, símbolos, etc. e utilizando-os a partir dos interesses atuais” (VIANA, 2006a, p.10).

Assim, os mecanismos de ativação de lembranças das classes, dos grupos e dos indivíduos são seletivos, tendo como consequência uma diversidade de memória na sociedade. Para Viana,

O grau de diferenciação depende de vários aspectos, mas ela existe, seja maior ou menor. A diferenciação mais ampla ocorre na esfera da divisão social de classes. As classes sociais só existem em relação uma com a outra e o antagonismo se encontra nesta relação. Por conseguinte, esta diferença assume uma diferenciação que é perpassada por interesses e por lutas. No entanto, nesta luta, a classe dominante, devido sua posição social e hegemonia cultural, vence normalmente e consegue impor as lembranças coletivas que são do seu interesse. Mas existe a resistência, que pode se manifestar de forma individual ou esporádica e que assume grandes proporções em épocas de acirramento de conflitos sociais (VIANA, 2006a, p.10).

A concepção marxista de classes sociais, ao explicar a relação de exploração e dominação, bem como os conflitos e interesses antagônicos entre as classes

constituintes da sociedade capitalista, nos auxilia na compreensão da luta pela memória nessa sociedade.

Desta forma, Viana ressalta:

“existe uma luta pela memória e os principais agentes desta luta são as classes sociais e os seus representantes intelectuais. Tanto na esfera das representações cotidianas (“senso comum”) quanto na do pensamento complexo, esta luta se faz presente. Tal como colocou certa vez Adorno, o esquecimento facilita a reprodução, ou seja, ele defende a recordação do holocausto enquanto forma de evitar sua repetição. As diversas abordagens do passado (tanto das representações cotidianas quanto do pensamento complexo, principalmente a historiografia) estão envolvidas neste processo” (VIANA, 2006a, p.10).

Feita a análise da contribuição teórica dos autores acima para a compreensão da construção social da memória, no capítulo seguinte será realizada uma contextualização social e histórica da ocorrência da Guerrilha do Araguaia, no sentido de procurar entender as relações sociais e políticas que possibilitaram a deflagração de um movimento de resistência armada e seus desdobramentos.

## **CAPÍTULO II - FORMAÇÃO DA GUERRILHA**

A compreensão da memória social da Guerrilha do Araguaia nos remete ao estudo do contexto no qual esse movimento foi idealizado e colocado em prática. Nesta perspectiva, faz-se necessário uma breve apresentação dos acontecimentos do período de 1964-1975, tendo em vista que a referida Guerrilha foi deflagrada num contexto de ditadura militar instalada no Brasil a partir de 1964.

### **2.1 O golpe de 1964**

O golpe militar estava sendo conspirado por setores conservadores, tanto do meio civil quanto militar, desde a posse de Jango e foi impulsionado a partir do processo de politização de alguns subalternos das Forças Armadas. Os problemas estruturais, a crise econômica e os conflitos políticos favoreceram a efetivação do golpe em abril de 1964.

Viana (2005) nos possibilita compreender o golpe de 1964 a partir da análise que ele faz da relação do mesmo com o processo de acumulação capitalista. Em sua abordagem, explica que o desenvolvimento capitalista atravessa várias fases que caracterizam diferentes regimes de acumulação, processo no qual se articulam o desenvolvimento espontâneo do capitalismo, por um lado, e luta operária, por outro, afirmando que a passagem de um regime de acumulação para outro é resultado das lutas de classes, tanto a nível nacional quanto a nível internacional.

Ao caracterizar os regimes de acumulação enquanto “determinada organização do processo de trabalho mas também determinadas formas estatais e de relações internacionais” (2005, p. 21), Viana identifica três tipos de regimes e suas respectivas formas estatais:

“O Estado liberal era a forma estatal do regime de acumulação extensivo; o regime de acumulação intensivo, por sua vez, possuía como forma estatal o Estado liberal-democrático, enquanto que o regime de acumulação intensivo-extensivo o Estado integracionista (do “bem estar social”, “intervencionista”) e o integral, o neoliberal” (VIANA 2005, p.21).

Nesta perspectiva, o autor analisa a inserção do Brasil no contexto da dinâmica do capitalismo mundial do pós-Segunda Guerra Mundial, o qual foi marcado pelo regime de acumulação intensivo-extensivo. Nesse regime prevalece tanto a extração de mais-valor absoluto quanto relativo, marcando uma nova etapa da exploração internacional. De acordo com Viana:

“O Estado integracionista visa amortecer os conflitos de classes, com sua política de bem estar social e cooptação da burocracia sindical, e desviar os investimentos para setores de consumo e serviços. Entretanto, isso não é suficiente para a reprodução do capitalismo nos países imperialistas e por isso a intensificação da exploração internacional torna-se fundamental” (2005, p. 21-22).

A implantação do regime de acumulação intensivo-extensivo nos países imperialistas teve como consequência, no Brasil, a adoção do “modelo de substituição de importações”, no qual a expansão industrial e o populismo integracionista possibilitaram o desenvolvimentismo.

O populismo possibilitou a industrialização brasileira e, a partir dos anos 50, a intensificação do processo de industrialização, principalmente no quinquênio Juscelino Kubitschek, foi possibilitada através dos investimentos do Estado, bem como do capital estrangeiro, resultando, no início da década de 1960, em crescente inflação, déficit da balança comercial, dívidas externas, etc.

O Brasil, que possuía uma acumulação capitalista subordinada, tinha a presença do capital estatal e do capital nacional aliados subordinados do capital transnacional. A transferência de mais-valor para o exterior diminuiu o processo de acumulação no capitalismo subordinado, contribuindo para o aumento de acumulação imperialista.

A crise do regime de acumulação intensivo-extensivo, que se iniciou nos Estados Unidos a partir da década de 1950 e se estendeu em todo o mundo capitalista, resultando numa tendência mundial de aumento dos preços e da inflação a partir dos anos 60, bem como gerou a necessidade do aumento da exploração internacional.

No início da década de 1960 inicia-se a crise do processo de acumulação capitalista no Brasil, devido à expansão do processo inflacionário e do déficit estatal, tendo como consequência uma alta taxa de exploração dos trabalhadores e a necessidade de transferência de mais-valor aos países imperialistas. Conforme a análise de Viana, essa crise pode ser compreendida também a partir da reação dos trabalhadores ao rompimento do pacto populista, pois passaram a lutar contra o aumento da taxa de exploração, necessária não apenas à reprodução capitalista no Brasil, mas também nos países imperialistas, tendo em vista a prevalência do regime de acumulação intensivo-extensivo, bem como a condição de acumulação subordinada do capitalismo brasileiro.

Segundo Viana:

“Essa crise do regime de acumulação intensivo-extensivo provocava a necessidade de aumento da exploração em escala mundial, o que significava aumentar o processo de exploração sem alterar o regime de acumulação.

Assim, as lutas dos trabalhadores criavam um obstáculo ao processo de intensificação da exploração necessária, por um lado, à acumulação subordinada brasileira e, por outro, à acumulação norte-americana. Assim sendo, os setores conservadores, ou seja, capital norte-americano e transnacional, a burguesia brasileira e suas classes auxiliares, etc., uniram-se para combater essa resistência. Assim o fazendo, possibilitaram uma intensificação do processo de exploração *nacional*, como efetivamente ocorreu, nos anos posteriores ao golpe de 1964” (VIANA, 2005, p. 26-27).

Dessa forma, o regime de acumulação, em um contexto de crise internacional, ao buscar o aumento da taxa de exploração fomentou as lutas dos trabalhadores em um processo de resistência, possibilitando o golpe de estado de 1964. Dentre os exemplos de manifestações, pode-se destacar: os movimentos de resistência no meio rural com a politização da luta pela terra, a exemplo das revoltas e Ligas Camponesas da segunda metade da década de 1950; a intensificação da mobilização do movimento estudantil; a mobilização crescente do movimento operário através, notadamente, do movimento grevista entre o final dos anos 50 e início dos anos 60 por causa da escalada inflacionária.

“Já no final dos anos 50, as lutas dos trabalhadores no Brasil expressam um questionamento do Estado populista. O desenvolvimentismo do Governo Kubitschek com a expansão da infra-estrutura e a atração de capital estrangeiro marcou um processo de desenvolvimento capitalista fundado no crescimento do capital transnacional e no aumento da exploração da força de trabalho, ao lado de várias outras mutações que significavam um avanço do capitalismo no país” (VIANA, 2005, p. 23).

Gorender faz referência à crise econômica provocada pelo projeto desenvolvimentista, o qual gerou manifestações camponesas:

“Ao invadir a área rural, o desenvolvimento capitalista passou a eliminar, espontaneamente, aspectos pré-capitalistas ou pertencentes a uma fase primitiva do capitalismo e a criar relações de produção burguesas na forma pura de relações entre o capital e o trabalho assalariado. A opressão tradicional das relações primitivas sobre os camponeses recebia o acréscimo da nova fase de desenvolvimento capitalista, trazendo exigências maiores de trabalho, aumento da instabilidade, despejos sumários e marginalização. Por isso mesmo, em vários pontos do território nacional avolumaram-se os choques entre latifundiários e posseiros, parceiros, colonos, moradores e foreiros. A partir de 1955, irradia-se de Pernambuco o movimento das Ligas Camponesas e se projeta a liderança de Francisco Julião” (1987, p. 18).

O governo de política conciliadora de Jango enfrentava várias manifestações sociais, as quais foram intensificadas a partir de 1960:

“O ano de 1961 registrou um pico de greves, comunistas e trabalhistas de esquerda conquistaram diretorias de confederações e federações, o que lhes dava posições de força na cúpula sindical oficial. Ao mesmo tempo, aumentava o número de organizações intersindicais de caráter horizontal, em

funcionamento apesar de expressa interdição pela legislação trabalhista. A este respeito, a criação do Comando Geral de Greve representou o passo mais avançado” (GORENDER, 1986, p. 42).

Ainda sobre as manifestações camponesas, Gorender registra:

“A reivindicação da posse da terra deixou de ser retórica urbana e se concretizou em choques armados, assassinatos, invasões de fazendas e desfiles de trabalhadores rurais pelas ruas das cidades.

Em novembro de 1961, com a presença de 1.600 delegados, realizou-se em Belo Horizonte o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Encerrado em solenidade à qual compareceram o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, o Congresso aprovou a Declaração sobre a Reforma Agrária, Resultado do predomínio de comunistas e representantes das Ligas Camponesas, a Declaração de definiu por uma reforma agrária camponesa radical. Estabeleceu o teto de quinhentos hectares para a propriedade rural, recomendou a reforma constitucional para a realização das desapropriações e definiu a distribuição das terras desapropriadas sob forma de propriedade camponesa, individual ou associada, e sob forma estatal” (1987, p. 42-43).

A crise econômica internacional e as lutas sociais foram, na análise de Viana, fundamentais para o desencadeamento do golpe de 1964:

“Assim, a ascensão das lutas operárias, bem como das lutas estudantis e camponesas, dificultava a concretização dos interesses da classe capitalista: o aumento da taxa de exploração.

Por um lado, o processo de ascensão das lutas sociais atemorizava as forças políticas institucionais conservadoras e, por outro, provocava a intensificação da aproximação dos setores populistas com a população, radicalizando na medida do possível o seu discurso” (VIANA, 2005, p. 24).

Dessa forma, foi o capitalismo norte-americano em crise, necessitando aumentar a exploração internacional para compensar suas dificuldades de reprodução, que levou os norte-americanos a participarem do desencadeamento do golpe de 1964.

“O golpe de 1964 foi produto da ofensiva capitalista realizada pelas potências imperialistas, com destaque aos EUA, com o apoio da burguesia brasileira e de outros setores, que conseguiu produzir um amplo aparato repressivo e desalojar do governo setores populistas e reformistas que tinham dificuldades em atacar diretamente os trabalhadores e aumentar o processo de exploração” (VIANA, 2005, p. 27).

Nessa perspectiva, Viana demonstra que a luta de classes, tanto a nível nacional quanto internacional, foi fundamental para a deflagração do golpe de 1964. Nas palavras do autor: “foi a ascensão da luta operária e de outros setores sociais que promoveu a necessidade de transição da democracia burguesa para a ditadura, pois apenas esta última possibilitaria a ampliação da taxa de exploração naquele contexto” (2005, p. 27).

Nessas condições, o golpe foi efetivado e no período de 1964 a 1985 o exercício do poder político se deu de forma ditatorial. O Estado, sob o comando militar,

centralizou forças diversas, agindo de forma repressiva às manifestações contrárias às suas diretrizes. Os opositores da ditadura militar foram submetidos a perseguições, prisões arbitrárias com torturas e assassinatos, cassações de direitos políticos, etc.

Durante a vigência do regime militar, além da imposição das medidas de estabilização financeira através do arrocho salarial:

“Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais dez mil pessoas. (...). Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado” (GORENDER, 1987, p. 70).

Ainda segundo Gorender:

“Dando um passo adiante no processo de fechamento do regime, o Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e enfiou o Congresso na camisa-de-força do bipartidarismo bitulado, reabriu o processo de cassação de direitos políticos e submeteu a tribunais militares os civis incurso em crimes contra a segurança nacional” (GORENDER, 1987, p. 71).

## 2.2 Resistência e luta armada

Conforme a literatura referente ao período em que vigorou a ditadura militar, notadamente, a obra de Gorender (1987), as forças políticas opositoras foram desarticuladas politicamente e organicamente, bem como suas divergências políticas e ideológicas foram intensificadas, dando origem a uma diversidade de correntes políticas revolucionárias, dissidentes, principalmente, do PCB. As novas organizações revolucionárias buscavam experiências internacionais que pudessem servir de inspiração e teorização para a revolução socialista no Brasil, posto ocupado pela URSS até 1956, quando ocorreu o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética - PCUS, o qual reformulou seus princípios e passou a defender uma linha de ação reformista pacifista.

As divergências eram de várias ordens, conforme sintetiza Campos Filho (2003, p. 41):

“Quando não havia polêmica em razão da *transição pacífica* ou da *luta armada*, ocorria como consequência da estratégia a ser adotada – *guerrilha urbana ou rural*. Ou, também, já dentro de um quadro político internacional mas com reflexos nesses grupos organizados, havia discordância sobre o modo de revolução a ser seguido: *soviético, chinês ou cubano*”.

Ao analisar os fatores que contribuíram para o fechamento do regime militar em 1968, Gorender faz referencia ao “processo de agitações dentro do meio militar e de seu confronto com as reações das classes sociais e das organizações de esquerda” (1987, p. 141). Dentre os acontecimentos destacados pelo autor nesse período, vale ressaltar as intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos de trabalhadores e nas Confederações, principalmente das indústrias, bem como restrições no direito de greve e revogação de conquistas importantes de algumas categorias profissionais. O Ato Institucional nº 5, o AI-5, implantado em 13 de dezembro de 1968 pela Junta Militar:

“Colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas dos Estados, reabriu cassações de direitos políticos, desta vez por tempo indeterminado, e aboliu o *habeas-corpus* para detidos por infração da Lei de Segurança Nacional. A ditadura militar alcançou o ápice do fechamento, o que trouxe consequências imediatas. A censura inflexível impôs o controle total da imprensa. Deixaram de circular publicações de oposição, os artistas foram presos e forçados a sair do País e se asfixiou a vida cultural. Professores universitários sofreram a punição da aposentadoria compulsória e emigraram para ensinar no exterior” (GORENDER, 1987 , p. 150).

Ainda que sob forte repressão policial e de forma clandestina, algumas organizações de esquerda, constituídas notadamente por estudantes e operários, continuaram a se manifestarem através de greves, passeatas, etc. Uma das medidas de repressão foi a decretação de ilegalidade da UNE (União Nacional dos Estudantes) pelo Governo Castelo Branco e das limitações das atividades políticas dos estudantes impostas pelo então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda.

Ainda que motivados pelo ideal comum de “conquista do socialismo”, os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda divergiam quanto à forma de resistência a ser seguida, a teoria a ser adotada, a concepção de luta armada e às experiências internacionais que pudessem inspirar a revolução no Brasil.

A análise feita por Gorender da luta armada no Brasil durante a ditadura militar evidencia a diversidade de organizações de esquerda, inspiradas nas guerrilhas da China, Cuba e Vietnã, que optaram pela forma de resistência armada. Algumas organizações, dentre as quais, a Ação Libertadora Nacional (ALN), Comandos de Libertação Nacional (COLINA), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), Organização Política Marxista-Leninista – Política Operária (Polop) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), avaliaram que a revolução num contexto de ditadura se daria apenas através da luta armada imediata.

Influenciados pela teoria do foquismo, passaram a realizar sequestros, ações expropriatórias nos centros urbanos, com assaltos confiscatórios de dinheiros e armas, dentre outras ações de guerrilha urbana, enquanto outros movimentos, atraídos pela ideia de “luta popular prolongada” disseminada por Mao Tsé-tung, se concentraram em organizar guerrilhas no meio rural.

Os estudiosos da temática apontam que as manifestações realizadas nos centros urbanos tinham como finalidade a organização da guerrilha rural, porém somente o PC do B, inspirado na guerra popular e civil que levara à Revolução Chinesa de 1949, conseguiu colocar em prática seu planejamento. As estratégias e táticas elaboradas e adotadas por Mao Tsé-Tung na China, segundo Campos Filho (2003), teriam influenciado decisivamente a opção de guerra desenvolvida pelo PC do B no Araguaia.

A concepção político-ideológica sistematizada a partir da experiência revolucionária na China popularizou-se pela denominação “maoísmo” e caracteriza-se pela concepção de “luta popular prolongada”, visando o “cerco da cidade a partir do campo”, bem como pela defesa da guerra de guerrilha, a qual concebe o campesinato como base social e política fundamental no processo revolucionário e o Partido como dirigente desse processo.

O foquismo, por sua vez, é inspirado, principalmente, na experiência da revolução cubana (1956-1959). Tem como base de apoio fundamental os camponeses, porém, o partido político não tem o papel fundamental de vanguarda, de condutor da revolução. Dessa forma, o aparato militar está acima do partido. A respeito do termo militar, Gorender faz um esclarecimento de ordem semântica:

“O termo *militarismo*, dicionarizado como indicativo da preponderância dos militares na vida política, recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações esquerdas *militaristas* eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas” (1987, p. 82).

Táticas de lutas semelhantes à guerra de guerrilha têm sido utilizadas desde o século XVIII em alguns países europeus, notadamente na Alemanha, Inglaterra, Itália, Espanha e França. Conforme demonstra Campos Filho,

o conceito de *guerra popular* começou a ser definido no século passado, com base em um estudo minucioso de Carl Von Clausewitz e também por Karl Marx e Friederich Engels, todos compreendendo a guerra como uma continuidade da política por meios violentos (2003, p. 60).

O alemão Clausewitz (1979), estrategista militar, desenvolveu um estudo analisando a natureza e arte da guerra, no qual sistematizou táticas de combate

fundamentais numa guerra popular. Influenciado pelas formulações de Clausewitz, Mao Tsé-Tung apresenta alguns princípios éticos e estratégias político-militares que devem nortear a condutas de grupos guerrilheiros, desde a forma de interagir com a população da região pretendida para a ação até as táticas de combate com forças inimigas. Dentre as técnicas de guerra popular, Mao instrui como combater um inimigo mais forte através de ações armadas de fustigação e fuga: “o inimigo avança, nós recuamos, o inimigo imobiliza-se, nós flagelamos, o inimigo esgota-se, nós golpeamos, o inimigo retira-se, nós perseguimos” (TSÉ-TUNG, 1981, p. 116).

Campos Filho assim sintetiza a concepção de guerra de guerrilha: “o essencial que caracteriza uma guerra de guerrilha é o combate entre tropas irregulares, movidas por uma determinação política claramente definida, e o exército regular de um Estado” (2003, p. 62).

Os trechos do *Dossiê Araguaia*, elaborado pelos militares, demonstram o conhecimento das Forças Armadas Brasileiras sobre a guerra de guerrilha. Nesse relatório estão sistematizadas as principais características desse tipo de guerra, referenciada como *guerra revolucionária*. Conforme o Dossiê:

“Onde um dos lados é o *rebelde* e o outro o *contra-rebelde*, não são válidas as *Leis da Guerra*. Nesse tipo de guerra, a Inteligência e o apoio da população são fundamentais. A *Guerra Revolucionária* poderá ser definida, então, como um conflito *interno*, desafiando um poder *local*, embora quase sempre afetado por influências externas” (STUDART, 2006, p. 301).

Apontando a população como um dos objetivos principais da guerrilha, o *Dossiê* explica:

“O rebelde busca levar a luta para terreno diferente daquele em que se trava a guerra convencional, onde ele terá melhores possibilidades de equilibrar suas desvantagens físicas. Esse terreno é a população. Se o rebelde consegue dissociar a população do contra-rebelde, controlá-la fisicamente, obter seu apoio ativo, vencerá a guerra, porque, em última análise, o exercício do poder político depende da aquiescência tácita ou explícita da população ou, na pior das hipóteses, sua passividade. Isso torna a batalha pela população uma das principais características das *Guerra Revolucionária*” (STUDART, 2003, p. 302).

O PC do B, influenciado pelas teorias relacionadas à guerra de guerrilha, bem como pelas experiências internacionais, desenvolveu estudos visando identificar a melhor região para a deflagração da luta armada sob a forma de guerrilha. Norteados pela convicção de que a luta armada devesse iniciar-se no interior e obter a ampla participação das “massas”, a região seria aspecto fundamental a ser levado em consideração. Nessa perspectiva, Ângelo Arroyo escreveu um documento intitulado *Um grande acontecimento na vida do país e do partido*, no qual enfatiza:

“A região do Araguaia oferece condições propícias. É zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão etc. Tem de estar a pé como o guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem terra), circundada por povoados e cidades pequenas e médias também de grande pobreza. Dispõe de caça abundante, castanha-do-pará, babaçu e outros meios de alimentação. Possui vasta área, em extensão e profundidade, que serve de campo de manobra às forças combatentes. Além disso, é fronteira de largas regiões pobres dos Estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão”.<sup>4</sup>

Dessa forma, as características da região sul do Pará bem como as condições de vida da população foram analisadas. Sob o ponto de vista da direção do PC do B, a referida região, conhecida como região do Araguaia, apresentava as características essenciais para o desenvolvimento das estratégias políticas e militares de guerrilha rural. Além das condições geográficas, políticas, bem como suas riquezas naturais, os militantes interessaram-se pelo processo de colonização, promovido principalmente através das frentes migratórias que formavam o campesinato na Amazônia.

### **2.3 Formação do campesinato**

Exposta uma apresentação geral dos fatos relacionados à guerrilha, convém agora nos determos na análise do processo de formação e desenvolvimento do campesinato na região do Araguaia, no sentido de evidenciar os motivos dos interesses, bem como os projetos pensados para ela e sua população.

A região do Araguaia, localizada nos limites territoriais do sudeste do Pará, norte do estado do Tocantins (à época, estado de Goiás) e oeste do Maranhão, é conhecida como região do Sul e Sudeste do Pará, a qual tem mais de 40 mil quilômetros quadrado de extensão territorial e predomina uma economia baseada no extrativismo vegetal, animal e mineral.

O entendimento da constituição do campesinato na região do Araguaia perpassa pelo estudo do processo de migração, as formas de ocupação e resistência camponesa pela posse e permanência na terra, bem como sugere o estudo da dinâmica da economia extrativista, da formação das oligarquias locais e do processo de expansão capitalista na região.

Os estudos e pesquisas realizadas por Jean Hébette (2004), Marília Ferreira Emmi (1999), Otávio Guilherme Velho (1979, 1981), Octavio Ianni (1982) e José de

---

<sup>4</sup>ARROYO, Ângelo. Um grande acontecimento na vida do país e do partido. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982, p. 30.

Souza Martins (1981) nos ajudam a compreender a realidade regional. Os mesmos nos possibilitam afirmar que o campesinato constituiu-se a partir de frentes migratórias de trabalhadores de várias regiões, entre as quais: Goiás, Piauí, Ceará, Maranhão, ou seja, principalmente nordestina. Caracterizada como fronteira agrícola, no sentido de ser um espaço em constante transformação e ocupação, essa região tem como uma das características centrais o conflito pela posse e permanência na terra, forjando a necessidade de resistência por parte dos camponeses.

Os estudos desenvolvidos por Ianni (1978) e por Emmi (1988) registram o processo de desenvolvimento histórico e de formação social dos municípios de Conceição do Araguaia-Pa e de Marabá-Pa, respectivamente, mostrando os conflitos decorrentes da estrutura fundiária concentrada e das relações sociais dela resultante. Demonstram as transformações nessa estrutura analisando as formas de associação do poder político e econômico por famílias ou empresas visando à apropriação e o domínio da terra, que num primeiro momento é caracterizada como fonte de riqueza natural e, num segundo, transformada em mercadoria.

A compreensão do processo de constituição do campesinato nos remete, primeiramente, à análise da ocupação da região a partir das frentes migratórias, que, segundo Hébette, se deu a partir de duas formas principais: a colonização espontânea e a colonização dirigida. Sobre essas formas de colonização o autor destaca:

“A colonização é dita dirigida quando há interferência direta e orientação formal, na fase inicial do processo e na própria implantação, ou seja, quando há iniciativa externa aos colonos nesta fase primordial (momento). É o caso da Transamazônica. Essa iniciativa, geralmente, é voltada para abertura de uma região, a escolha da área dos lotes, a seleção dos indivíduos ou dos grupos que vão se assentar, o local das moradias, o tipo de exploração econômica. (...). A colonização é “espontânea” quando as decisões iniciais relativas a esses diversos aspectos não sofrem imposições sistemática ou orientação positiva, mas são deixadas a critérios dos indivíduos ou grupos colonizadores; a interferência organizada de um poder externo se faz de modo progressivo e por passos (momentos) e de maneira formalmente menos impositiva (intensidade)” (HÉBETTE, 2004a, p. 42).

A primeira forma de ocupação, a espontânea, teve seu início na década de 1920, quando os trabalhadores, migrantes, principalmente, do estado do Maranhão e/ou de outros estados do Nordeste, forçados por diversos fatores, entre eles, falta de terras e de trabalho, atraídos, notadamente, pela possibilidade de ocupar um pedaço de terra e visando garantir sua produção e reprodução social, abandonaram seus locais de origem, venderam suas casas e lotes e se dirigiram para a Amazônia. A notícia que se tinha era

de que na região existiam terras abundantes e alternativas de trabalho, principalmente, na extração da borracha e do diamante.

A grande maioria dos migrantes procura nas regiões de destinos uma alternativa de vida melhor. Vale ressaltar que as famílias que decidem migrar, geralmente, eram e continuam sendo movidas por motivos que apresentam um sentido lógico de tomada de decisão. Entre esses motivos podemos destacar os fatores de expulsão e os fatores de atração, como assinala Velho (1979, p. 197):

“A agricultura de queimada, levando a uma redução na fertilidade do solo certamente contribui, além do fato de que consistentemente com a sua marginalidade esses camponeses não eram capazes de conseguir um título que garantisse a posse de suas terras. Quando surgia alguma dificuldade tal como um fazendeiro ou um grileiro reivindicando a propriedade da terra, um certo empobrecimento do solo, muitas pessoas ocupando etc. Esse fato, combinado com a existência de terra virgem desocupada adiante, estimulava mais a expansão”.

Levando em consideração esses fatores, compreende-se a decisão dos camponeses em abandonarem suas terras, estando, as mesmas, cansadas, bastante exploradas e ainda tendo a posse ameaçada pelos latifundiários, significando assim, instabilidades para os agricultores, tendo em vista que o acesso à terra para garantirem sua produção e reprodução social são os fatores mais importantes para a subsistência dos agricultores.

Nesse contexto de migração e ocupação da região observa-se que as áreas ocupadas por migrantes são geralmente ocupadas pelas famílias expulsas de outras ocupações, em busca de melhores condições de vida. E quando numa determinada área as condições de sobrevivência se tornam difíceis, essas famílias tendem a sair em busca de novos espaços, constituindo assim, uma verdadeira fronteira em movimento, levada a cabo por uma frente de expansão, que, segundo Martins (1981, p. 114),

têm surgido cada vez mais nos últimos anos, a frente de expansão é o movimento social que se desenrola naquele espaço móvel que se situa entre o território já ocupado empresarialmente, por grandes fazendas, por uma agricultura organizada em bases modernas, por cidades, por uma infraestrutura de circulação já determinada pela produção e comercialização de mercadoria, que é a frente pioneira, e os territórios tribais.

O personagem característico dessa frente é o posseiro, que, segundo Martins (2001), é lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da família. O que ganha com a venda desses excedentes é para comprar remédios, sal, querosene, às vezes roupas e mais uma ou outra coisa necessária à casa ou ao trabalho.

Sobre o deslocamento das famílias, mais especificamente o movimento de camponeses nordestinos, Velho (1979, p. 194) enfatiza que

iniciou-se particularmente na década de 20 e pode ter sido consequência da interrupção da exploração da borracha, agindo com uma espécie de saída alternativa para o excedente populacional do Nordeste. A princípio tendeu a atravessar áreas já ocupadas, embora decadentes, do Maranhão próximo à costa. Mas com o tempo espalhou-se na direção das regiões da floresta dos vales mais para o Oeste.

A partir dos anos 1950, essa frente de expansão chegou a alcançar os limites da floresta Amazônica próximo ao rio Tocantins, iniciando, assim, um deslocamento dessas famílias rumo ao estado do Pará. O atrativo principal era a grande quantidade de terras “desocupadas”, a possibilidade de trabalho na coleta da castanha-do-pará e a extração de diamantes, o que ocasionou a ocupação cada vez mais intensa e desordenada da região. Dessa forma, primeiro chegavam algumas pessoas da família com o objetivo de conhecer a região. Alguns iam periodicamente para trabalhar na extração da borracha, e, posteriormente, para a coleta da castanha. Muitos voltavam para buscar suas famílias e amigos. Nesse primeiro processo de localização dos migrantes, se destacava a figura do sitiante ou situante, que era o responsável de situar as famílias que chegavam depois, distribuir os lotes e negociar as regras de convivências. Como assinala Velho (1979, p. 201),

a formação de um agrupamento apresentava alguns problemas. Os moradores tinham de chegar a um entendimento sobre diversos assuntos que tinham a ver com o fato de que quando as pessoas se juntavam, embora a terra em geral fosse abundante dava-se uma pressão no pedaço particular de terra que ocupavam e paradoxalmente a questão dos direitos sobre essa terra tornava-se crucial.

Nesse contexto, desenvolvia-se uma relação social, característica do meio rural, a saber: a relação de vizinhança, tendo em vista que essas primeiras moradias eram relativamente isoladas e os moradores só podiam contar com a ajuda dos vizinhos, com a relação de solidariedade, compadrio e parentesco, pois,

a solidariedade se impôs a quem quisesse resistir. Para os migrantes recentes, essa solidariedade, em ambiente novo, deveria ser reconstituída e deveria contar com novos parceiros. Alguns tinham migrado em grupos familiares ou iam reencontrar familiares já instalados (HÉBETTE, 2004b, p.192).

## **2.4 A dinâmica da economia extrativista**

A região do Araguaia, assim como a região amazônica da qual faz parte, teve vários ciclos econômicos baseados no extrativismo (vegetal, animal e mineral) e seus

habitantes viviam predominantemente na zona rural. As relações de produção apresentavam pouco dinheiro circulando, pois tinham um grande acesso livre à natureza, de onde tiravam o necessário para sobreviver, não se empenhavam muito em produzir mercadorias para comercialização. De acordo com Loureiro, essa população desenvolvia (desenvolve) várias atividades, sendo caracterizadas como:

“Pescadores, coletores de castanha, extratores de látex, de peles e de couros de animais da floresta; outros extraíam resina de algumas árvores como cumaru e o pau-rosa (que servem como fixadores); outros eram pequenos lavradores; mas havia também os grandes fazendeiros que criavam gado, e seringalistas (donos de seringais); havia os comerciantes que moravam e vendiam seus produtos à beira dos rios; e aqueles que percorriam os rios vendendo seus produtos nos regatões” (LOUREIRO, 2002, p. 10).

O primeiro grande ciclo foi o do látex do caucho, matéria prima para a produção da borracha, que provocou um avanço populacional para o interior e significou um impulsionador do desenvolvimento econômico regional. A população da região diminuía à medida que a procura mundial pela borracha amazônica diminuía. Foi o que aconteceu com a população no período de 1910 a 1912, pois a exportação da borracha diminuiu tendo em vista a produção da Malásia, que concorria de forma vantajosa no mercado, ocasionando uma crise na economia da Amazônia, que só voltou a se estabilizar durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1944), com a valorização da borracha e o contexto de aliança entre alguns dos países europeus (maiores consumidores de borracha) e a rivalidade com Alemanha e Japão, causando um rompimento com os comerciantes da borracha da Malásia. Nesse contexto, a produção da borracha na Amazônia aumentou e o fluxo migratório também.

A exploração generalizada do caucho, atividade predominantemente predatória, provocava a destruição das árvores, e, após essa destruição se seguia o contínuo deslocamento dos trabalhadores em busca de terras onde encontrassem mais árvores. Neste contexto de exploração, a extração do caucho entrou em declínio, porém o extrativismo continuou sendo a principal atividade econômica da região, pois, “com o declínio da borracha na Amazônia, o capital e a força de trabalho disponíveis são orientados para a cata de outros produtos de origem extrativa” (EMMI, 1999, p. 60), como madeiras, cacau, sorva e, no caso do Tocantins, a castanha, que encontrou boa receptividade no mercado exterior em expansão.

A coleta da castanha foi de significativa importância para a economia da região e também para a aceleração do processo de ocupação, principalmente do Sudeste do Pará,

pois representava uma alternativa de trabalho que atraiu migrantes de diferentes regiões, uma vez que o trabalho nos castanhais até a década de 1920 se dava nos chamados “castanhais do povo”, onde os camponeses trabalhavam de forma livre, sem estarem subordinados a um patrão, pois até então, esses castanhais não eram privatizados, pertenciam ao Estado. Os castanhais eram arrendados mediante algumas condições, estabelecidas em cláusulas contratuais.

Porém, com o início da construção da Belém-Brasília, essas terras começam a ser compradas e apropriadas por empresários de outras regiões com interesses especulativos, e também o governo, respaldado pela Lei Estadual n 913, de 04 de dezembro de 1954<sup>5</sup>, que transferiu os castanhais para a classe rica local e políticos influentes, através do aforamento perpétuo, promovendo, assim, o aumento da concentração do poder econômico e político nas mãos de uma pequena elite local, enquanto tirava um dos poucos meios de sobrevivência da população que trabalhava diretamente nesses castanhais. Desta forma, há a expropriação de seus meios de trabalhos. Conforme demonstra Emmi (1999), entre o período de 1955 e 1966 o Estado do Pará concedeu 252 aforamentos, dos quais 168, ou seja, 66,66% foram para Marabá.

A região, definida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia) como Sul e Sudeste do Pará era integrada, na década de 1960, pelos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Conceição do Araguaia. A diversidade de municípios existentes hoje na região não eram emancipados na época do conflito armado. Consistiam em pequenos povoados que faziam parte da microregião de Conceição do Araguaia, a exemplo de São Domingos do Araguaia, Araguatins, São Geraldo, Apinagés, Bacaba, Brejo Grande, Bacaba, Metade, Palestina, Santo Izabel, entre outros.

Até a década de 1960 a produção regional, segundo Loureiro (2002, p. 35), era constituída por dois produtos: aqueles que se destinavam à exportação (borracha, castanha, manganês, ouro, peles de animais, madeiras, etc.), e aqueles que se destinavam ao mercado interno (a pesca, a criação do gado, a agricultura de produtos alimentares, as culturas comerciais, como cacau, fumo, entre outros).

A ligação da região com o restante do Brasil, até a década de 1960, era feita por navios, percorrendo o litoral. Dessa forma, o transporte era o marítimo e a circulação das mercadorias no interior da região era feita através dos rios, nos chamados regatões<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup>Ver em Violeta Loureiro (2002:61)

<sup>6</sup> Barco conhecido como “vendedor ambulante, o mascate dos rios amazônicos. O regatão é uma embarcação (quase sempre) de laterais abertas como “vitrines” ou janelas, que realizava vendas pelos rios

O transporte de passageiros e cargas era feito, predominantemente, através dos rios, em pequenas embarcações.

O habitante natural tinha à sua disponibilidade a natureza amazônica que lhes possibilitava desenvolver suas atividades produtivas. Sobrevivia do complexo rio-mata-roça-quintal, ao contrário dos migrantes sazonais, em sua maioria nordestinos, os quais tinham como atividade principal os trabalhos itinerantes, no meio da mata, na roça e atividades produtivas voltada para o mercado, como a coleta da castanha, o trabalho no garimpo e a criação de gado, entre outras, pelo fato de desconhecerem a região e a riqueza de seus recursos naturais, bem como pela dificuldade de se adaptarem a um novo modo de vida, completamente diferente do seu de origem.

A população tradicional da região fabricava de forma artesanal seus meios de produção com os materiais, em sua grande maioria, disponíveis e livres na natureza, o que facilitava sua produção e reprodução social, principalmente na produção pesqueira. Combinavam vários trabalhos ao longo de sua trajetória de vida: pescador-agricultor, pescador-extrator, ou extrator-agricultor, entre outras. Loureiro enfatiza que

a maior parte dos habitantes que vivia e trabalhava sob a condição de trabalhadores se dedicavam a ofícios múltiplos, desenvolvidos alternadamente: pescavam para o auto-consumo e nos períodos das safras transferia uma parte maior do excedente econômico para o mercado. Nessa ocasião aproveitavam para auferir de uma renda monetária maior; ou sobreviviam da roça, da pesca e das pequenas criações de quintal, conjugadas; castanha-do-brasil (conhecida regionalmente como castanha-do-pará) nas safras desta espécie e viviam das roças nos demais períodos; alguns combinavam com a extração de peles de animais silvestres (onça, jaguatirica, jacaré, londra etc.); outros ainda dedicavam-se à roça e à extração de essências e óleos vegetais da floresta nativa (pau-rosa, cumaru, andiroba etc) (LOUREIRO, 2004, p 20).

Como forma de sobrevivência, o trabalho na coleta da castanha era intercalado com o trabalho no garimpo, onde predominava a extração do diamante, de ametista, entre outros, e na agricultura de subsistência. No verão, trabalhavam no garimpo e/ou na roça; no inverno, praticavam a coleta da castanha.

A descoberta do potencial minerador na região provocou a modificação do contexto regional, pois serviu como atrativo aos migrantes com interesses variados, expressados por atores diferentes, entre os quais se destacam o Estado, as empresas mineradoras, os garimpeiros, os fornecedores de ferramentas e de alimentos.

---

afora em toda a região, abastecendo as cidades, vilas, povoados e pequenos comércios de beiras de rios, com artigos os mais diversos. (...) No retorno, o regatão e outros barcos transportavam para os pólos – Belém e Manaus – os produtos do interior.” Loureiro (2002:30)

O trabalho no garimpo significava, a princípio, um meio de sobrevivência para a população local, porém com o fracasso do garimpo, essas pessoas buscaram na agricultura a alternativa de trabalho predominante, objetivando complementar a sua reprodução social, isto é, garantir ao mesmo tempo a produção material e a sobrevivência física.

Em meados das décadas de 1970/1980 os castanhais, por vários motivos, entre eles, a sua apropriação privada e a expansão da pecuária, começam a entrar em declínio, e iniciou-se a constituição da agricultura como a principal atividade de trabalho, pois a mesma representava o principal meio de subsistência dos moradores, como assinala Velho:

“Esses castanhais do município, todavia, gradativamente invadidos pelos grandes “donos” de castanhais (que a partir dos anos 50 começaram também a criar gado) e isso constituiu um fator acelerador na passagem para a agricultura como sua atividade principal. (...) a agricultura tornou-se cada vez mais importante para os recém-chegados com o passar do tempo devido à redução na extensão dos castanhais do município e o crescimento no número de camponeses” (VELHO, 1979, p. 201).

Diante dessa situação os camponeses migrantes/posseiros, aos poucos, saíram dos castanhais e começaram uma nova fase, a de ocupação de áreas devolutas, desocupadas objetivando legitimar os assentamentos, tendo como principal atividade a agricultura.

## **2.5 Relações de classes na economia extrativista.**

A extração do caucho teve no início uma extração livre (com relação ao direito de explorar), uma vez que as árvores produtoras da borracha, não possuíam donos. Porém, com o crescimento da economia da borracha e a sua conseqüente valorização com o alto valor de troca atribuído à mesma, ocasionou uma mudança no contexto regional e nas relações de trabalho nos cauchais.

Nesse período surgiram conflitos, não apenas pela posse da terra, mas principalmente pelo domínio e controle das árvores, fontes do látex. Como forma de assegurar esse domínio e controle das terras para exercer o monopólio comercial, estabeleceu-se uma nova forma de trabalho baseada na relação de dominação e de mando, que, por sua vez, caracterizou a região por várias décadas.

A atividade extrativista do caucho apresentava uma cadeia de relações sociais que se caracterizou como o sistema de aviamento<sup>7</sup>, o qual garantia a continuidade das relações sociais de produção, que envolvia:

“O seringueiro que trabalhava na extração do látex que resultava na borracha; o proprietário de fato ou de direito do seringal; o aviador que provia de aviamentos do seringalista para que este provesse a si e ao seringueiro de instrumentos, utensílios, gêneros ou bebidas; a casa aviadora, lá em Belém, e o exportador de borracha. Todos vivendo do trabalho do seringueiro, que estava na base do processo que operava a metamorfose do látex em borracha, da natureza em mercadoria. Nessas relações estavam também outros elementos, principalmente o capital estrangeiro por um lado e o crédito por outro” (IANNI, 1981, p. 43).

Sobre a função do sistema de aviamento dentro do contexto das relações de troca e de trabalho, Velho (1979, p. 206) enfatiza que: “(servia como uma maneira de através de uma rede de patronagem impor o controle desses últimos (donos dos castanhais) sobre os castanhais que não exploravam diretamente”, e o mesmo, garantia a continuidade da relação social de produção forçando uma relação de dependência entre o credor e o endividado, de forma que os trabalhadores necessitavam das mercadorias do fornecedor e o fornecedor, por sua vez, precisava dos produtos florestais.

Neste sistema, os donos dos barracões vendiam a prazo, sob forma de crédito, para os caucheiros, na condição de que estes lhes pagassem com os produtos extraídos da floresta, no caso em análise, com o látex extraído da árvore do caucho. Aparentemente, essa relação parece ser vantajosa, no sentido de que o endividamento assegura ao credor o acesso aos produtos florestais e ao endividado o acesso à mercadoria. Porém, o sistema de aviamento apresentava uma relação totalmente desigual e desvantajosa para os seringueiros, pois era a principal estratégia utilizada pelos comerciantes que tinham o domínio dos cauchais, para obter o controle da produção do seringueiro e comprá-la por um baixo preço.

Esse processo de troca desigual consistia numa das principais formas de exploração/apropriação do trabalho dos camponeses por parte da classe dominante. Ao analisar a forma como o campesinato é explorado pela classe dominante, Viana recorre à concepção marxista de “formas secundárias de exploração capitalista”, promovidas através do Estado, do capital comercial e do capital bancário.

“Os artesãos e camponeses são explorados pelo capital, mas não através da extração de mais-valor e sim através da ação estatal, do capital bancário e do

---

<sup>7</sup> Dentro do contexto do sistema de aviamento, aviar significa fornecer mercadoria a prazo com o entendimento que o pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um prazo especificado. O fornecedor da mercadoria é o aviador, a pessoa que está recebendo a mercadoria é o aviado.

capital comercial, sendo que o primeiro extrai impostos, o segundo extrai juros, e o terceiro ganha com a “troca desigual”, ao comprar os produtos produzidos pelas formas de produção não-capitalistas por baixo preço e revendê-los por um preço elevado” (VIANA, 2006b, p. 120).

A dívida que os seringueiros faziam no início da colheita, ao comprarem ferramentas para o trabalho e alimentação para a família, que, geralmente, ficava trabalhando em pequenas roças de vazante, praticando uma agricultura familiar de subsistência, raramente era quitada no final da colheita, tendo em vista o valor atribuído a sua produção pelo dono do barracão, que quase sem exceção, era menor do que o valor de sua dívida.

Ianni ressalta outros fatores que dificultavam ao seringueiro se livrar das relações sociais de produção relacionadas ao extrativismo da borracha. Segundo o autor, além do endividamento prévio e permanente,

o erro das lonjuras, o pacto dos seringalistas, para evitar qualquer fuga ou mudança de seringueiro devedor, e o combate sistemático aos atravessadores, os regatões, todos esses laços aumentavam o controle das condições de trabalho e da circulação social do seringueiro (IANNI, 1981, p. 46).

Por isso, estes eram obrigados a permanecerem trabalhando para os seringalistas nas safras seguintes, e essa prática era usada pelo dono do barracão como estratégias de endividamento, constituindo assim, um efetivo sistema de cativo por endividamento. Dessa forma, as relações de trocas desiguais e o controle da mão-de-obra eram assegurados pelos chamados donos dos cauchais que monopolizavam a extração e a comercialização da borracha.

Devido à exploração generalizada do caucho houve uma decadência da borracha e a transição para o trabalho nos “castanhais do povo”. Porém essa transição não significou uma mudança radical das estruturas e relações de trabalho, pois continuou prevalecendo o sistema de aviamento. Segundo Emmi (1999), a apropriação do excedente se daria por meio da troca desigual entre a castanha coletada e as mercadorias adquiridas no barracão, no monopólio da compra da castanha acrescido a mecanismo de forças diversas antecipadas e difíceis de serem saldadas, além da fraude na medida do hectolitro.

Emmi analisou o processo de privatização ou apropriação individual dos castanhais públicos, através dos aforamentos<sup>8</sup> e concessões de terras, a partir da década

---

<sup>8</sup> Aforamentos: são processos de arrendamentos de terras livres ou públicas feito pelos donos de castanhal, que, num primeiro momento recebem uma concessão provisória de usufruto dos recursos naturais existentes nestas áreas. Estes proprietários provisórios adquirem o direito de serem os primeiros

de 1920 na região de Marabá. As terras onde estavam localizados esses castanhais passaram a pertencer a uma pequena quantidade de pessoas, a chamada elite local, formada por famílias tradicionais da região e empresas que controlavam a coleta e a comercialização da castanha, constituindo assim, segundo Emmi (1999), uma oligarquia da castanha, que até os anos 1960 exerceu o poder econômico e político de forma absoluta, pois além exercer a dominação através das dívidas do barracão, detinha também propriedade da terra, o controle da compra da produção e seu beneficiamento.

O Estado, através dos aforamentos e das concessões, beneficiou uma minoria de pessoas, a burguesia regional, possibilitando e promovendo uma grande concentração de dinheiro e terras em mãos de alguns poucos empresários, contribuindo para o aumento da desigualdade social e da insatisfação popular, pois as concessões não atingiram apenas as terras livres, mas, também as terras ocupadas pelos pequenos agricultores de famílias camponesas que não possuíam o título da terra, porém praticavam uma agricultura de subsistência.

Essa realidade de apropriação das terras públicas teve como conseqüência conflitos diretos entre os latifundiários (expropriadores) e os camponeses/posseiros (expropriados), pois, muitas famílias resistiram ao processo de expulsão, como enfatiza Emmi ao afirmar que “não foi pacífica a apropriação dessas áreas de servidão pública. A história deles registra o uso de violência pelos oligarcas e reações de defesa por parte dos expropriados que não ‘reconheciam o direito’ dos novos donos. ” (EMMI,1999, p. 99).

As relações de trabalho que caracterizaram o sistema econômico regional produziram uma estrutura social desigual. Ao analisar duas condições históricas da produção extrativista na época, Loureiro enfatiza que a primeira diz respeito ao fato de que toda a natureza constituía-se num bem livre, e o segundo, que a produção da borracha não exigia dos seringueiros um alto investimento para produzir o látex, o que possibilitava aos seringueiros desenvolverem um trabalho autônomo caso tivesse o apoio do Estado. O que por sua vez não aconteceu, pois “o governo preferiu apoiar a burguesia do que formar e garantir crédito para cooperativas de seringueiros. Aliou-se aos donos dos capitais e fechou os olhos para a exploração do trabalho do seringueiro” (LOUREIRO, 2004, p. 44).

---

pretendentes a posse definitiva. Depois de uma ou duas renovações da posse provisória, em geral, conseguem a posse definitiva da área do castanhal, e, em função desta estratégia, as terras livres ou devolutas passam a ser propriedades privadas. (HENCHEN, Mário. Comunicação realizada em Uruará-PA. Mimeo., 2005).

Essa situação se agravou com a instalação, em 1942, de uma rede de agências do Banco do Brasil (BB) e do Banco de Crédito da Borracha (BCB), os quais tinham como objetivo “garantir o aumento da produtividade das atividades empresariais e reterem maiores lucros na região”. Esses recursos financeiros, ao contrário do que se esperava, serviram para fortalecer e reproduzir as estruturas e condições sociais de produção baseada na subordinação dos produtores aos empresários responsáveis pelo sistema extrativo, pois só beneficiaram uma minoria.

Vale ressaltar que nessa fase os ganhos dos seringalistas era o resultado da alta exploração do trabalho do seringueiro, que teve como consequência uma acumulação por parte da burguesia seringalista, que não precisou recorrer a uma tecnologia mais avançada na produção da seringa. Assim, os seringueiros, principalmente os migrantes nordestinos foram intensamente explorados e passaram por enormes dificuldades no interior da mata.

A economia regional, baseada no extrativismo da borracha e da castanha, e tendo como base de sustentação o sistema de aviamento, contribuiu para a formação de uma sociedade desigual, pois o lucro da borracha e da castanha só beneficiava algumas poucas pessoas, gerando concentração de renda nas mãos de grandes empresários aviadores, dos exportadores dos produtos ou dos bancos que financiavam recursos para os exportadores. Nesse contexto, esses poucos, passaram exercer o controle social, econômico e político local.

## **2.6 A presença do Estado**

A partir da década de 1960 a sociedade e a economia regional começam a sofrer mudanças gradativas. Nesse período, o governo brasileiro, com o objetivo de promover o desenvolvimento do país procurou eliminar os problemas que os economistas consideravam obstáculos, dentro os quais: o vazio demográfico e isolamento da Amazônia.

As medidas governamentais visando solucionar o problema da Amazônia consistiram em incentivar e isentar de impostos as empresas que se estabelecessem na região e construir estradas, com o objetivo de abrir e integrar a região amazônica ao centro do país, sob promoção do Programa de Integração Nacional (PIN).

Dentre os motivos para integrar a Amazônia ao restante do país e desenvolver a economia regional, Loureiro (2002, p. 71) destaca

a necessidade de abrir novos mercados consumidores dos produtos industrializados de Centro-Sul do país; necessidade de criar novas oportunidades de trabalhos para os nordestinos que passavam dificuldades com a seca, falta de terras e pela pobreza da agricultura; intenção de aproveitar o potencial minerador, madeireiro e pesqueiro da Amazônia, com vistas à exportação para o estrangeiro; procura de novas terras por investidores do sul e interesse especulativo de investidores internacionais pelas terras amazônicas; e o que os militares chamavam de “segurança nacional”, pois temiam que os trabalhadores rurais do nordeste se revoltassem mais ainda e possibilitasse o desenvolvimento de guerrilha rural, por isso preferiram atrair os nordestinos para Amazônia.

A construção da Belém–Brasília efetivou o início da referida integração, a qual foi intensificada durante os governos militares devido à construção de outras estradas nacionais, como a Pará–Maranhão, Santarém-Cuiabá e a Brasília-Acre e, no caso do sudeste do Pará, abertura da estrada BR-230, a Transamazônica na década de 1970. Com a construção da Transamazônica o governo procurava promover a colonização de forma dirigida da região, transferindo trabalhadores rurais sem terra do Nordeste e do Sul do Brasil, através da política de desenvolvimento, para a Amazônia.

Durante o Governo Castelo Branco foram criados a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e o BASA (Banco da Amazônia), através dos quais eram concedidos incentivos fiscais e creditícios a projetos agropecuários. O objetivo inicial era priorizar os projetos industriais e a produção agrícola, porém ocorreu a prevalência das grandes empresas madeireiras, agropecuárias e mineradoras.

De acordo com Ianni:

“Entre 1966 e 1969, a SUDAM havia aprovado 14 projetos de pecuária e agropecuária para implantação no município de Conceição. E foram 10 os projetos aprovados para implantação no município de Santana do Araguaia. Em julho de 1976, já somavam 70 os projetos de pecuária e agropecuária aprovados pela SUDAM para implantação nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia” (IANNI, 1981, p. 102).

Esse contexto de rearticulação nacional, com políticas de atração de empresários, trabalhadores, agências governamentais, agências bancárias, tecnologias, capital, entre outros, potencializaram a dinamização das forças produtivas e das relações sociais de produção na região.

Entre as décadas de 1960 1970 a expansão do capital na Amazônia proporcionada pelo Estado Nacional Brasileiro, em seu caráter autoritário e ditatorial, interferiu consideravelmente na estrutura social, política e econômica da região do Araguaia. Nesse período ocorreu a diversificação da economia, até então baseada principalmente no extrativismo vegetal, bem como a modificação da função e o uso da

terra. A concentração da terra, que sustentava o domínio político de algumas famílias, notadamente na cidade de Marabá, começa a sofrer concorrência de novos sujeitos, provocando uma reorganização da estrutura social, fazendo surgir novas formas de associação do poder político e econômico na região em função da introdução do capital financeiro estatal e privado, conforme demonstra Emmi:

“Isso se dá a partir da década de 70 quando, como resultado da Política de Integração Nacional, a terra deixa de ser monopólio dos comerciantes da castanha para ser compartilhada com empresas capitalistas estatais (como a Companhia Vale do Rio Doce) ou privadas (como o Banco Bamerindus), ou a ser apropriada para a construção da rodovia Transamazônica com vistas à colonização pelo INCRA (Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária) e posteriormente pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins), ou ainda para ser tomada pelos garimpeiros sob a fiscalização do SNI (Serviço Nacional de Investigação), como na Serra Pelada (EMMI, 1988, p. 5)”.

Dessa forma, houve uma reorganização da estrutura fundiária, devido às transformações da força produtiva e das relações de produção, possibilitada pela atuação dos governos estadual e federal apoiando a formação e expansão das empresas agropecuárias. Juntamente com a expansão das grandes empresas agropecuárias seguia-se a fundação de novas localidades e povoados com a chegada de migrantes, os quais conformavam uma nova categoria de trabalhadores, compostas por peões, arregimentados pelos gateiros ou empreiteiros de mão-de-obra para formação de pastagens.

“À medida que a sociedade se organiza, ou reorganiza, em termos econômicos e políticos – seja porque se inicia nova atividade produtiva, seja porque se estende as atividades produtivas preexistentes, ou por ambos os motivos – podem modificar-se tanto as relações de produção como as forças produtivas em jogo na situação (IANNI, 1981, p. 39).

A expansão da pecuária ocasiona a expulsão dos posseiros migrantes. O destino desses posseiros passa a ser o contínuo deslocamento em busca de uma terra para morar e plantar. Sem ajuda do governo, sofrem com falta de créditos, terras, assistência técnica, etc. Alguns migram para as cidades mais próximas adaptando seu modo de vida rural às condições de sobrevivências nas pequenas cidades.

Hébette analisa que,

a política de estímulo à pecuária extensiva parece partir da premissa de que a Amazônia se constituiu num imenso espaço vazio, cuja ocupação e exploração econômica dependem de prêmios à iniciativa privada e só se efetivarão com a desejada rapidez se forem feitas por grupos capitalistas (HÉBETTE, 2004a, p. 7).

Nessa perspectiva, Ianni registra as transformações ocorridas no município de Conceição do Araguaia em decorrência da expansão do capital:

“Ao longo dos anos 1960-77, a economia e a sociedade do município de Conceição do Araguaia cresceram e diversificaram-se numa escala surpreendente para os antigos habitantes do lugar. O automóvel, o ônibus, o caminhão, o trator, o avião, a agência bancária, o comércio com Belém, Anápolis, Goiânia, Brasília e o Centro-Sul tornaram-se elementos do cotidiano de todos, na cidade e no campo. Parece que uma nova economia e sociedade formaram-se de repente, um pouco enraizadas no que já havia de antes, um pouco justapostas ao que era vigente até então. Novos personagens passaram a dominar os acontecimentos locais: empresas agropecuárias, fazendeiros, gerentes de fazendas, advogados, médicos, migrantes, posseiros, colonos, peões, gatos, gerentes de bancos e agências governamentais, agência do Banco do Estado do Pará, agência do Banco da Amazônia, agência do Banco do Brasil; tudo, ou quase tudo, parece estranho no lugar, vindos do norte, nordeste ou Centro-Sul. O governo Federal de torna presente e ativo ali, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e outras agências Federais. De repente, nos anos 1960-77 Conceição do Araguaia ingressa no ritmo e no espírito do desenvolvimento capitalista que domina no Centro-Sul e que estende por todo o território do país. Reintegram-se, numa escala ampla e profunda, a economia e a sociedade locais com a economia e a sociedade nacionais” (IANNI, 1981, p. 11).

As cidades e povoados tiveram suas bases produtivas alteradas, bem como sofreram considerado aumento populacional. A cidade de São Domingos do Araguaia, por exemplo, localizada no Sudeste paraense, situada no lado direito da Transamazônica, surgiu na década de 1950 em função da migração camponesa em busca da extração da castanha-do-pará, e teve sua população aumentada entre os anos 1964 e 1967 em função das frentes migratórias. O povoado até então denominado de São Domingos das Latas, passou a ser considerado sub-distrito de São João do Araguaia, sendo denominado São Domingos do Araguaia.

Com relação à população de Marabá, a política de colonização oficial do governo do Estado do Pará, através da promessa de distribuição terras aos pequenos proprietários que quisessem desenvolver agricultura e pecuária, teve como consequência o aumento migratório para a cidade e formação de novos povoados. Emmi registra que “havia crescido aceleradamente entre 1960 e 1970, quando somava 24.474 habitantes, chega a dobrar nesta última década, perfazendo um total de 59.745 e, 1980” (EMMI, p. 117).

Atraídos pela propaganda do governo federal os migrantes participaram dos projetos de colonização dirigida, e no caso da Rodovia Transamazônica ocuparam pequenos lotes que ficavam em suas margens e nas suas vicinais. Essa medida não teve sucesso por muito tempo, pois passaram a enfrentar dificuldades devido à especificidade

do solo amazônico, não muito propício a agricultura, e devido à falta de assistência técnica, problemas com atraso de financiamento, entre outros, causando um grande número de abandono de lotes ou a venda para fazendeiros.

A intensa propaganda do governo federal sobre a colonização dirigida e dos “grandes projetos” impulsionou a migração para o Pará de forma espontânea a procura de melhores condições de vida, causando uma ocupação desordenada e aumentando ainda mais os conflitos com a política de colonização já iniciada.

A maioria das terras que ficavam às margens das rodovias pertencia aos Estados e a União, as quais passaram a ser vendidas ou concedidas entre os 1964 e 1985, causando uma série de conflitos na região, tendo em vista que esse modelo de integração nacional privilegiava uma minoria, aliada do governo federal e prejudicava as populações que já habitavam a região.

As medidas do governo federal para ocupação da Amazônia não podem ser desvinculadas da política econômica iniciada com o golpe militar de 1964, o qual teve apoio da oligarquia nacional e do grande capital internacional. Dessa forma, os grandes privilegiados foram os aliados do governo, os grandes empresários que ficaram concentrando uma enorme quantidade de terras, acompanhadas de vantagens e incentivos financeiros, isenção de impostos, enquanto os habitantes naturais, pequenos produtores e os migrantes ficaram com a pior parte, piores terras, nenhum incentivo financeiro ou assistência técnica, ou mesmo perda de seus lotes, tendo que sair de suas terras em busca de um novo chão.

Essas populações perderam não apenas suas terras, meios de produção e reprodução social, mas também toda uma rede de relações sociais, pois compartilhavam uma forma de vida, de valores culturais, os quais tinham construído socialmente e que fortalecia um sentimento de pertencimento, pois essa ocupação se deu de forma desorganizada e acelerada, causando um grande impacto no espaço e nas populações regionais.

## **2.7 Trajetória camponesa**

A história camponesa nas terras do Araguaia expressa uma trajetória de migração, de saída de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida em outras regiões; de luta pela posse e permanência na terra, de dominação/subordinação e resistência no trabalho nas áreas dos cauchais, nos castanhais, nos garimpos e, mais

recentemente, de resistência à expansão das grandes empresas agropecuárias, as quais pressionam o campesinato cada vez mais, e à sua expropriação por parte do capital industrial e comercial.

A região foi e continua sendo palco de incessantes conflitos que envolvem os diversos sujeitos presentes nesse contexto. E as causas desses conflitos foram e continua sendo a luta pela posse e permanência na terra e pelo controle dos meios e bens de produção, que, num primeiro momento se configurou na disputa entre os camponeses migrantes-posseiros e os chamados *donos dos castanhais* ou dos *cauchais* que utilizavam esse privilégio para subordinar os trabalhadores; num segundo momento, na disputa entre os pequenos camponeses e os grandes latifundiários, envolvendo fazendeiros, madeireiros e empresários agrícolas, entre outros.

Os conflitos se tornam inevitáveis, tendo em vista que os camponeses não aceitam essa situação de subordinação e exclusão. As formas de exploração durante as atividades extrativistas, mediante relações de dominação/subordinação estabelecidas, não eram aceitas pacificamente. De acordo com os depoimentos tomados em Marabá, Emmi ressalta:

“As reações à exploração se faziam presentes ainda que isoladas e individuais; traduziam-se no roubo de castanhas para vender ao dono de outro castanhal, no enfrentamento direto com os homens do patrão de onde resultaram mortes frequentes, na fuga após receber o aviamento, por estarem certos de que o produto de seu trabalho – devido às diversas formas de exploração – não seria suficiente para saldar a dívida” (EMMI, 1988, p. 75).

Os camponeses não podiam contar com outro tipo de defesa, a não ser dos próprios vizinhos, parentes ou amigos, pois viviam em moradias relativamente isoladas e não existia nenhum órgão de segurança atuante na região. No entanto, ações de forma espontânea ou institucionalizada por parte das delegacias sindicais, com contribuição dos partidos políticos de esquerda, da Igreja católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB`s) foram de importância significativa para a defesa dos direitos dos camponeses na luta pela posse e permanência na terra.

A organização camponesa surgiu como necessidade de resistência, a qual pode ser visualizada pelo número de mortes envolvendo os diversos sujeitos. As conquistas de direitos são possíveis, ainda que à custa da vida de muitos camponeses, de líderes sindicais ou de pessoas comprometidas com a defesa dos direitos dos agricultores, que foram e são executados, assassinados pelos latifundiários que tinham e continuam tendo

como objetivo, enfraquecer e desmobilizar a organização dos camponeses na luta pela posse, resistência e permanência na terra.

A solidariedade entre esses camponeses se expressava/expressa na união pela defesa de seus interesses, pois os mesmos tinham de resistir não apenas à violência dos latifundiários, mas também à violência policial e à falta de apoio por parte do Estado, como enfatiza Hébette (2004b, p. 193),

uma vez associados, os posseiros não lutavam mais isolados: com os companheiros e companheiras iam exigir da delegacia de polícia a libertação do sócio preso; juntos, dirigiam-se ao escritório do INCRA para reivindicarem seus direitos; unidos, iam expor seus problemas e reclamar justiça ao prefeito, ao governador.

Hébette (2004b, p. 194), ao fazer referência à forma como os ocupantes das áreas de castanhais reagiram aos abusos e violência da elite local, enfatiza:

“Houve casos em que os posseiros tiveram que ficar em pé de guerra para enfrentar a violência do latifúndio; entrincheiravam durante semanas. Só trabalhavam em regime de mutirão, homens e mulheres, jovens e adultos unidos: uns na roça, outros na vigia, outros na cozinha. Outros associados de lugares diversos levavam-lhes comida, roupa, remédios e dinheiro. A solidariedade surgia como exigência da luta.

Essa resistência solidária, organizada, permite a permanência de muitos na terra – aliás, não só dos que se empenharam decididamente na defesa, como também de muitos outros fracos, medrosos ou simplesmente individualista e espectadores que ficaram a margem da luta. Essa impôs limites a violência dos gananciosos e temperou a audácia dos pistoleiros. Não acabou com o derramamento de sangue que, até hoje, continua: não eliminou com o conflito que persistirá até que reformas institucionais sejam adotadas. Mas milhares de migrantes estão nos seus lotes e, a cada dia, novas terras são conquistadas”.

As organizações camponesas: associações, grupos religiosos, sindicatos, categorias de trabalhos, entre outras, funcionam como instrumentos de luta. Nesses espaços homens e mulheres debatem sobre suas demandas e carências, lutam por melhores condições de vida, reivindicam seus direitos coletivamente e fortalecem suas identidades sociais.

Os camponeses iniciaram os movimentos sociais e as organizações sindicais, inicialmente com a formação de delegacias sindicais, tornando essas organizações as principais ferramentas de luta, de resistência e de enfrentamentos com os donos dos castanhais e latifundiários. Como assinala Queiroz (1969, p. 56), “eles olham, então, através dos outros grupos e outros setores e, a exemplo deles criam os sindicatos e os ‘grupos de pressão’ e recorrem às manifestações de massa, greves e trancamentos de estradas”.

Tendo em vista o processo de ocupação da região, percebe-se que todas as medidas, dirigida ou espontânea, causaram conflitos pela posse e permanência na terra, conflitos esses que ainda hoje acontecem.

Os conflitos decorrentes da forma de concentração fundiária e das relações de trabalho, característicos da região do Araguaia, onde predominam as relações de dominação/subordinação, ocorriam de várias formas e através de vários mecanismos.

Porém, essas ações de violência encontram resistência por parte dos trabalhadores rurais, os quais sentiram a necessidade de se organizarem em torno de interesses comuns, seja na luta pela conquista da terra, seja na luta pela defesa de seus direitos, isto é, créditos, estradas, escolas, entre outros. Dessa forma, os grupos se definiram e criaram seus mecanismos de inclusão/exclusão e de pertencimentos, suas estratégias de lutas e enfrentamentos, fortalecendo, assim, a capacidade de mobilização e organização. Neste sentido, assinala D'Incao (2002, p. 11):

“É do encontro desses homens e mulheres historicamente condenados à exclusão social e vindos de diferentes paragens desse nosso país, que surgem os movimentos sociais rurais que vêm ganhando a cena pública desde o final dos anos 1970, redefinindo as novas bases da organização social do campesinato paraense”.

A política de desenvolvimento para a Amazônia na década de 1970, através da implantação do Programa de Integração Nacional (PIN), com a construção da rodovia Transamazônica, da abertura da Rodovia Estadual PA-70 e a construção da Belém-Brasília, abrindo novas áreas à exploração agrícola na região, bem como a propaganda de apoio às atividades agrícolas e aos produtores de outras regiões (migrantes) por parte do governo, e os problemas sociais e agrários que agricultores sofriam nas outras regiões, resultaram numa intensificação da migração camponesa para a região, vindas, principalmente, do Maranhão e Ceará, e também o aumento do deslocamento compulsório, remanejamento e expulsão das famílias camponesas que já habitavam a região, que teve como consequência a intensificação dos conflitos pela posse da terra.

Durante a implementação da política de desenvolvimento e integração da Amazônia, os conflitos aconteciam pelo fato de o governo federal ignorar as populações naturais da região. O mesmo se referia a Amazônia em seus planos e projetos como uma região despovoada, “terra sem gente”, ou até mesmo “vazio demográfico”. Neste sentido Loureiro (2002, p. 88) afirma:

“Do enfrentamento entre os moradores naturais da região com os novos proprietários resultou uma série enorme de conflitos sociais de vários tipos: pequenos produtores contra a grande empresa privada ou estatal, índios

contra posseiros, índios ou posseiros contra mineradores, índios contra colonos que foram assentados em terras indígenas etc”.

Esses conflitos foram aumentando devido alguns habitantes resistirem ao processo de expulsão de suas terras, das quais não tinham o título, mas tinham o direito de posse, e nas décadas de 1970 e 1980 essa resistência começa a ter forma organizada com apoio de várias instituições e Organizações não Governamentais (ONG's). A organização dos trabalhadores do campo garantiu conquistas importantes para os mesmos, como a efetivação das ocupações em assentamentos. Com relação aos apoios que os trabalhadores tiveram durante períodos de conflitos, Hébette (1991, p.29) enfatiza:

“É muito significativo que a Pastoral da Terra, organizada em 1975, tenha operado durante largos anos em condições de emergências, uma espécie de pronto socorro de todos os grupos vitimados pela agressão dos grandes proprietários de terra. Com a Pastoral da Terra, com as Comunidades Eclesiais de Base, os trabalhadores rurais ganharam um espaço significativo dentro da igreja, como ganharam, também, apoios importantes na hierarquia, dos bispos aos papas. Esse ganho representa, de fato, um aliado fundamental no confronto com o Estado. O apoio da igreja dá consciência doutrinária á “economia moral” dos pobres da terra, a suas avaliações morais a respeito do poder e do capital. Além disso, dá substância institucional ao confronto com o Estado”.

Os planos e projetos que visam modernizar a região, através de políticas de desenvolvimento regional e de integração nacional, na maioria das vezes, excluem as populações locais das decisões sobre o destino de seus territórios, dos quais são deslocadas compulsoriamente, impossibilitando a continuidade de seus hábitos e modos de vida.

“O grande capital penetrou nas terras indígenas, cortou as reservas, lavrou o subsolo, alagou as aldeias; a cultura tradicional dos índios foi ferida, a sua liberdade ancestral ameaçada. O latifúndio engole as roças, mas o camponês resiste à expulsão, recusa a proletarização, luta contra o cativo e defende sua autonomia” (HÉBETTE, 2004c, p. 23).

Atualmente, a expansão territorial do capital na região, através da construção de usinas de ferro-gusa, carvoarias, siderúrgicas, mineradoras, madeireiras, hidrelétricas, etc., têm forjado a necessidade de novas formas de organização camponesa com apoio de outros movimentos da sociedade civil organizada.

Ao se referir à invasão dos Grandes Projetos na Amazônia como “a chegada do estranho”, Hébette argumenta:

“Embora nem sempre o percebam com clareza, índios e camponeses travam uma luta comum, exercendo uma resistência solidária ao estranho, com graus diversos de mobilização e organização. Alguns planejam e preparam sua resistência como os Gavião, os Parakanã, os camponeses do Tocantins-Araguaia. Outros explodem e castigam os intrusos como os Urueuwauwau;

outros ainda se sentem esmagados e procuram onde se esconder, como os povos isolados do Polonoroeste. Há, inclusive, os que, bem ou mal, sucedem em algum projeto privilegiado de colonização como Ouro Preto, em Rondônia. Mas a resistência é presente em toda a Amazônia, do Carajás à Calha Norte, passando pelo Polonoroeste” (HÉBETTE, 2004c, p. 24).

A partir do exposto acima, pode-se concluir que a região do Araguaia, situada na Amazônia brasileira, era alvo de interesses não apenas dos militantes comunistas do PC do B, mas também dos militares.

Os comunistas do PC do B, bem como as outras organizações e partidos políticos de esquerda, concebiam a Amazônia enquanto um espaço a ser ocupado por militantes que teriam o papel de organizar os camponeses migrantes visando o processo revolucionário de transformação social. Da mesma forma, o governo militar, num contexto de Guerra Fria, também tinha seu interesse. A ideia de “vazio demográfico” e civilizatório conduzia a uma política de ocupação da região que deixava implícita a estratégia de evitar a influência comunista nessa região, tão distante e desligada do centro do Brasil, no sentido de promover a “defesa” do território e a “segurança” nacional.

Nascimento sintetiza a visão e os projetos político-estratégicos de militares e comunistas para a Amazônia, afirmando que:

“Para os militares era preciso desenvolver políticas objetivando estimular o povoamento e criar as condições sociais e políticas à industrialização da Amazônia. Para os guerrilheiros, entretanto, era o cenário ideal para a instalação de futuras bases guerrilheiras e os camponeses, potenciais guerrilheiros do possível Exército de Libertação Nacional de inspiração maoísta e /ou foquista” (2000, p. 87).

Nessa perspectiva, o governo militar desenvolveu de forma estratégica os projetos de colonização da região e a política de incentivos fiscais, visando resolver problemas sociais do nordeste, bem como possibilitar as condições para a expansão capitalista na Amazônia através da implantação de grandes projetos, e o processo de industrialização da Amazônia. As medidas adotadas pelo governo federal atendiam aos interesses, políticos, econômicos e militares.

As transformações econômicas e sociais teriam chamado a atenção para a região. Os investimentos do capital estrangeiro na Amazônia, na avaliação dos militantes, colocavam em risco a soberania nacional e apontava para a possibilidade de internacionalização da Amazônia. Os militantes do PC do B avaliavam que a região Norte do Brasil era de interesse imperialista devido suas características sociais e econômicas. Conforme caracteriza Portela:

“A região onde ocorreu a guerra de guerrilhas é habitada por camadas das mais miseráveis entre as que compõem a sociedade brasileira. Mas é uma das mais ricas do mundo em termos materiais: nela fica a serra dos Carajás, a maior reserva de minério de ferro do mundo. E, da segunda metade da década de 60 em diante, com financiamento dos órgãos do governo responsáveis pelo desenvolvimento da Amazônia, passou a receber gigantescas fazendas de gado” (1986, p. 11).

#### Segundo Nascimento:

“estavam ali, portanto, com o objetivo de organizar uma guerrilha rural, com a participação dos posseiros, trabalhadores rurais, garimpeiros, castanheiros, mariscadores, comerciantes, lavradores e pequenos proprietários de terras. Esta seria apenas uma das formas de luta, a instalação de bases no campo, chamada guerrilha rural, para tomar o poder como se dizia então” (NASCIMENTO, 2000, p. 97).

## 2.8 Organização política e preparação da guerrilha

O Partido Comunista do Brasil, o qual adotou a sigla PCB até fevereiro de 1962, foi fundado em 25 de março de 1922 e, em grande parte de sua trajetória atuou na clandestinidade. Segundo Campos Filho:

“Surgiu como consequência do avanço do movimento operário, mas também pelos fracassos obtidos nas manifestações operárias, devido à desunião existente entre anarquistas, anarcosindicalistas, socialistas e outras correntes. Nasceu marcado pela influência dessas correntes, herdada principalmente dos imigrantes italianos, e no auge das repercussões geradas pela Revolução Soviética de 1917” (2003, p. 53).

Após a morte de Stalin, em 1953 e, principalmente a partir do XX Congresso do PCUS, quando surgiram denúncias, notadamente por parte de Nikita Krushev, dos *crimes* de Stalin, o qual foi dirigente da União Soviética durante muito tempo, o Partido Comunista do Brasil começou a passar por um acontecimento que tem sido tratado de forma controversa. Trata-se da cisão do PCB em duas correntes com concepções políticas divergentes e disputa pela nomenclatura partidária.

Além das denúncias, o Congresso apontou para uma nova revisão e interpretação do marxismo, no sentido de defender a “convivência amistosa entre campos antagônicos e da transição pacífica para se alcançar o socialismo” (CAMPOS FILHO, 2003, p.)

As denúncias de Krushev impactaram profundamente o PCB, resultando em mudanças radicais em sua linha política, pois as teses saídas do XX Congresso do Partido Comunista da URSS, a respeito da coexistência pacífica, geraram discordância entre os membros do partido. A defesa da mudança na linha política do partido foi inicialmente liderada por Agildo Barata e, após a expulsão da corrente liderada pelo

mesmo, a continuidade dessa defesa por vários membros do partido, dentre os quais: Carlos Marighella, Mário Alves, Giocondo Dias, Astrojildo Pereira, Zuleika Alambert, entre outros, culminou com a adoção oficial pelo partido das mudanças na linha política durante o V Congresso do PCB.

As divergências e discussões no partido foram intensificadas, segundo Gorender, a partir da *Declaração política de março de 1958*, a qual apontava a opção pelo caminho pacífico da revolução, a luta pela reforma de estruturas enquanto meio para se atingir a “revolução nacional democrática”, representando, assim, uma nova linha política.

Convictos de que Krushev estava rejeitando os ‘princípios fundamentais do marxismo-leninismo’ e de que as teses saídas XX Congresso do PCUS eram errôneas por serem concepções reformistas e revisionistas, alguns membros do partido, dentre eles: João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, defenderam a linha política e as orientações adotadas por Stalin na União Soviética.

As consequências dessas mudanças culminaram com a divisão do Partido Comunista do Brasil (PCB), pois a adesão da tese da transição pacífica por parte de alguns membros de sua direção, causou uma grande cisão que deu origem ao Partido Comunista Brasileiro. Os novos programa e estatutos do Partido Comunista Brasileiro (mantendo-se a sigla PCB), embora com mudança de denominação partidária, foram encaminhados para registro e legalização no Tribunal Superior Eleitoral. O registro foi negado.

Conforme Campos Filho:

“Estavam, portanto, criadas as condições para o rompimento entre duas concepções que não cabiam mais num mesmo partido, porque o antagonismo existente entre elas evidenciava contradições radicais. Diziam respeito às questões políticas e ideológicas, à análise do marxismo, à sua aplicação ao desenvolvimento das sociedades, ao estudo da realidade brasileira, à polêmica envolvendo as denúncias de Krushev e à forma de luta para se alcançar o socialismo. Bem posto, portanto, o título do artigo de Maurício Grabois: “Duas concepções, duas orientações políticas”. As consequências dessas divergências teriam como ponto final a elaboração de um novo estatuto e o registro do Partido Comunista Brasileiro” (CAMPOS FILHO, 2003, p. 57).

Gorender assim sintetiza a coexistência de dois partidos comunistas no Brasil:

“Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecida pela sigla PC do B. Consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas em nosso País. O PCdoB se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e *reorganizado* em 1962” (GORENDER 1987, p. 34).

O grupo divergente foi expulso do PCB após a publicação do documento de protesto, denominado a *Carta dos 100*. Para eles, um novo partido fora criado por seus opositores, tendo em vista que elaboraram novos estatutos, novo manifesto-programa, bem como um novo nome, a saber: Partido Comunista Brasileiro, apesar de manter a sigla PCB. Alegaram que essas mudanças não haviam sido aprovadas em um Congresso.

O Manifesto-Programa, aprovado durante a Conferência Nacional Extraordinária do PC do B, evidenciou a conquista de um governo popular e revolucionário como seu principal objetivo, repeliu a luta pelas reformas de base, bem como rejeitou o caminho pacífico da revolução, optando pela violência revolucionária

Dessa forma, o PCB adotou uma postura considerada mais amena e, ainda que não tenha optado pela luta armada no período de ditadura militar, foi alvo da repressão que o regime militar submeteu às organizações de esquerda.

De acordo com Campos Filho:

“O PC do B manteve-se numa linha ortodoxa, fiel ao que considerava “princípios marxistas-leninistas da necessidade da revolução”, só possível, em seu entender, através da luta armada, da ‘guerra popular prolongada’, de influência maoísta, para tomar o poder político e alcançar o socialismo” (CAMPOS FILHO, 2003, p. 59).

O desenvolvimento da guerrilha rural dependia, segundo a análise do PC do B, de condições objetivas e subjetivas favoráveis a esse tipo de movimento. A tática de preparação da mesma consistiu, primeiramente, na escolha da área mais apropriada para a deflagração da guerrilha, bem como no deslocamento de militantes para a região, adaptação no local e ao modo de vida camponês e treinamento guerrilheiro no local.

A região do Araguaia, localizada nos limites dos territórios do Sul do Pará, Norte do Maranhão e Oeste de Goiás (hoje Tocantins) foi avaliada pelos militantes do PC do B como a mais apropriada, tendo em vista suas características sociais, econômicas e políticas.

Não é objetivo desse estudo reconstituir detalhadamente a guerrilha do Araguaia historicamente, contudo torna-se importante apresentar, ainda que superficialmente, os aspectos gerais desse acontecimento a partir dos estudos realizados sobre a temática. Os estudiosos registram que os deslocamentos dos militantes do PC do B para a região do Araguaia começaram ainda na década de 1960. Alguns treinados militarmente com táticas de guerrilha em outros países, conforme descreve Gorender:

“A partir de 1967, fixou-se à margem esquerda do rio Araguaia, no Sul do Pará, um grupo de militantes com treinamento na China: Osvaldo Orlando da

Costa (Osvaldão), João Carlos Haas Sobrinho, André Grabois, José Humberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues. Paulatinamente, sobretudo a partir de 1970, chegaram outros militantes e o total atingiu 69, dispersos ao longo de um arco estendido de Xambioá até Marabá” (1987, p. 207).

Os militantes do PC do B, em sua maioria estudantes universitários, de ocupações profissionais diversas, dentre as quais profissionais liberais, operários e camponeses; originários de diferentes Estados do Brasil, chegaram à região como migrantes em busca de terra e de trabalho, como a grande maioria dos habitantes. Com a chegada dos militantes, foram sendo constituídas as três bases militares, a saber: Faveira, Gameleira e Caianos. Conforme descreve Gorender:

“Passam a morar em pequenos sítios, nas localidades de Faveira, onde estruturaria o Destacamento A das FORGAS, localizado entre o município de Marabá e o povoado de Araguatins, na desembocadura do Araguaia no Tocantins; Gameleira, localizada no pé da Serra das Andorinhas, onde funcionaria o destacamento B, entre as áreas dos Caianos (hoje Boa Vista do Pará, fundado pelo guerrilheiro Paulo Mendes Rodrigues (Paulo), o primeiro guerrilheiro-posseiro a se instalar nessa área), onde se organizaria o Destacamento C. Distante precisamente 60 ou 70 KM abaixo do município de Conceição do Araguaia, assim como Gameleira, afluente do rio Araguaia que serve como parte dos limites dos municípios com Marabá, São João do Araguaia, Santana do Araguaia e oeste de Goiás” (GORENDER, 1987, p. 101).

A partir de 1970, os militantes do PC do B foram treinados militarmente com táticas guerrilheiras dentro da selva amazônica, segundo Portela, “por três comandantes: **Osvaldão**, cuja posse se transformara em sede de comando, com o mesmo nome de Gameleiro; Paulo Rodrigues, comandante de um outro castanhal, Caiano; e o médico João Carlos Haas Sobrinho, comandante da terceira base, Faveiro, um lugarejo” (PORTELA, 1986, p. 34).

Conforme Campos Filho:

“Ao todo, essa área abrangia as seguintes localidades: Marabá, São João do Araguaia, Itamirim, Apinajés, Araguatins (todos do lado esquerdo da Transamazônica, na direção Marabá-Imperatriz); São Domingos, Metade, Brejo Grande, Bacaba, Palestina, Santa Isabel, Santa Cruz, Pau Preto, São Geraldo e ainda uma parte do município de Conceição do Araguaia, todos no Pará, e Xambioá, Araganã e Araguaína, em Goiás, atualmente estado do Tocantins. Na época, apenas São Geraldo e São Domingos, no Pará, e Araguaína e Xambioá, em Goiás, eram municípios; os demais eram distritos e pequenos povoados” (2003, p. 96).

Assim, seis anos antes da deflagração do embate entre as forças envolvidas a guerrilha já estava sendo preparada, com a organização das FORGAS – Forças Guerrilheiras do Araguaia - organização militar estruturada em Destacamentos ou Bases Guerrilheiras e seus respectivos comandantes, os quais se subordinavam à Comissão

Militar, regida por um regulamento e composta inicialmente por Maurício Grabois (Mário), João Amazonas (Cid), Ângelo Arroyo (Joaquim) e, posteriormente, somaram-se à Comissão João Carlos Haas Sobrinho (Juca), José Maria Olímpio e Líbero Giancarlo Castiglia. Além das três bases e da Comissão Militar, Campos Filho registra a existência de um corpo de guarda, o qual foi constituído no início da guerrilha e que, inicialmente, era composto por duas pessoas: “alguns dos seus membros, antes do conflito, percorriam todos os destacamentos, como era o caso de Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e João Amazonas, enquanto esteve na área” (2003, p. 96).

A fase de preparação militar, com treinamentos no interior da mata era feita secretamente, sem o conhecimento da população. Dessa forma, os militantes levavam vidas paralelas: se preparavam física e militarmente para a guerrilha ao mesmo tempo em que procuravam vivenciar o modo de vida camponês.

Procuravam conhecer a floresta e as matas, faziam experiências de sobrevivência na selva e organizaram também os PAs - Pontos de Apoios, nos quais guardavam comidas, remédios e armas, bem como representavam o modo de vida camponês, compartilhando as experiências da comunidade: plantando, colhendo, caçando, pescando e criando animais para subsistência. Dessa forma, os objetivos do PC do B eram:

“Preparar núcleos guerrilheiros com a participação das massas camponesas, desencadear ações armadas e estabelecer uma área conflagrada através de uma guerra popular prolongada. Essa estratégia era tida como a única forma de combater a ditadura militar e construir um governo popular e revolucionário” (CAMPOS FILHO, 2003, p. 102).

Uma das táticas de guerrilha adotada foi a conquista de amizades e relação de confiança estabelecida entre militantes e camponeses. Nesse sentido, os militantes começaram a atuar como médicos, enfermeiros, professores, pequenos comerciantes, etc. Além de possibilitar contatos com a população poderiam se preparar para os confrontos armados.

## **2.9 A Guerrilha – embates**

Em 1972, quando os militantes do PC do B contabilizavam 69 “guerrilheiros” e o processo de adaptação à região, bem como a ligação e integração com a população da mesma eram etapas praticamente cumpridas, porém “o treinamento militar ainda era débil, os armamentos insuficientes e o trabalho político não começara” (CAMPOS

FILHO, 2003, p. 87), a preparação guerrilheira foi descoberta pelos órgãos de informação. Nessa perspectiva, os representantes do PC do B ressaltam que o ataque surpresa das Forças Armadas impossibilitou a etapa de conscientização política dos camponeses quanto à necessidade de uma luta armada, conforme planejado pela Comissão Militar da Guerrilha.

Alguns fatos ocorridos e explorados por estudiosos apontam que houve deserção e traição (ainda que sob tortura) por parte de alguns militantes que teriam sido presos pelos órgãos repressivos ao retornarem aos seus locais de origem. Esse assunto polêmico e controverso tem sido abordado a partir das informações divulgadas pelos próprios dirigentes do PC do B que participaram da guerrilha, por exemplo, o *Relatório Arroyo*, o qual aponta que Pedro Albuquerque e sua esposa, Tereza Cristina, integrantes do Destacamento C, que, ao deixarem a região em novembro de 1971 em função da gravidez de Tereza, teriam sido os responsáveis por tal delação. Ao ser preso em Fortaleza, Ceará, Pedro Albuquerque teria sido preso, torturado e levado para uma das bases militares, em Xambioá, para que informasse sobre o foco guerrilheiro (CAMPOS FILHO, 2003).

Essa primeira suspeita de traição foi contestada por Pedro Albuquerque, bem como por relatos de José Genuíno Neto, preso no início da primeira campanha, Vladimir Pomar e Elza Monerat (Maria), direcionando a suspeita para Lúcia Regina de Souza Martins, integrante do Destacamento A. Em 1971, a militante teria sido levada por Elza Monnerat e Maurício Grabois a Anápolis-GO, para fazer um tratamento contra tuberculose e hepatite e, teria viajado para casa de seus pais, em São Paulo sem informar Elza Monnerat (CAMPOS FILHO, 2003). Assim como Pedro Albuquerque, Lúcia Regina ainda hoje nega a autoria da delação (forma de traição sob tortura).

Assim como já foi apontado por Campos Filho, Studart também evidencia que, embora as suspeitas de delação não devam ser descartadas, algumas informações sobre a guerrilha já eram de conhecimento do Exército, notadamente, a partir dos órgãos de informações, dentre eles: Centro de Informações do Exército (CIE), Serviço Nacional de Informação (SNI), bem como as divisões especiais das Polícias Militares (PM 2).

Com base nas informações colhidas com os militares, Studart registra que, primeiramente as Forças Armadas ficaram sabendo da organização da guerrilha através das informações divulgada por Lúcia Regina ao seu pai, oficial aposentado do Exército, e posteriormente reforçada pelo fato de o depoimento de Pedro Albuquerque à Polícia Rodoviária Federal em Fortaleza-CE ter chegado à agência do CIE em Brasília, em

março, precipitando a reação que, inevitavelmente, seria desencadeada no Araguaia. Porém, na concepção dos militares, as informações obtidas de Lúcia Regina e de Pedro Albuquerque foram secundárias, tendo em vista que

desde 1969, os órgãos de segurança dispunham de informações sobre a existência de ‘atividades subversivas’ no Bico do Papagaio, por onde passa o Rio Araguaia, mas não sobre a guerrilha em fase de organização (STUDART, 2006, p. 99).

Nesta perspectiva, a partir das informações contidas no *Dossiê Araguaia*, Studart conclui:

“A descoberta da Guerrilha do Araguaia resulta não de uma ‘traição’, como registra o imaginário dos guerrilheiros; mas, sim, de diferentes interpretações do imaginário militar que, movido pelo ideário anticomunista e pela doutrina de segurança nacional, criou o Sistema de Informação e Segurança. (...). Os inimigos do regime ‘desapareciam’; eles impunham medo, a tal ponto que muitos de seus prisioneiros, como Pedro Albuquerque, eram levados a tentar suicídio” (2006, p. 100-101).

De acordo com estudiosos do tema, notadamente Studart (2006), tanto os militares quanto o PC do B dividem a guerrilha em três Campanhas ou Fases diferentes. O termo *Campanhas de Cerco e Aniquilamento* foi empregado para se referir às operações militares visando exterminar possíveis núcleos guerrilheiros no Brasil e agir de forma a não deixar nenhum vestígio. Tendo em vista que esses acontecimentos foram determinados pelas Forças Armadas, será esse o termo usado nesse estudo.

Durante a Primeira Campanha, iniciada em de abril de 1972, pelas Forças Armadas Brasileiras, sob o comando dos Generais Antônio Bandeira e Viana Moog, os militantes do PC do B ainda em fase de preparação militar, foram surpreendidos. No dia 14 de abril o Exército atacou o Destacamento C (Base dos Caianos) e no dia 14 atacou o Destacamento A (Base da Faveira).

Com o objetivo de sufocar a guerrilha, As Forças Armadas posicionaram-se estrategicamente visando cercar os locais ocupados pelos militantes. Conforme Campos Filho:

“Agiram com rapidez no ataque às áreas de posse, às roças onde viviam os *paulistas*, e passaram a exercer uma severa vigilância em toda a região. Ao longo da Transamazônica, até Marabá, na PA-70, e em alguns trechos da Belém-Brasília, postos militares foram montados e nenhum veículo passava sem a devida fiscalização. Os suspeitos eram encaminhados para Marabá (2003, p. 111).

Dessa forma, as Forças Armadas ocuparam fazenda e povoados, bem como queimaram algumas das roças de camponeses suspeitos de colaborarem com os “terroristas”. Helicópteros, aviões e lanchas da marinha foram usados como apoio

logístico pelo Exército. Além disso, recrutaram homens da região para guiarem os militares na mata.

Os enfrentamentos entre as duas forças se deram de forma desigual, conforme era de se esperar de uma guerra de guerrilha, porém as disparidades foram compensadas a partir de algumas táticas de enfrentamento guerrilheiro. Os militantes do PC do B recuaram para os PA's e procuraram manter contato com a população, bem como realizaram contra os militares, ações de fustigamento e emboscada.

Além das condições geográficas da região, o recrutamento de militares desinformados e inexperientes para aquele tipo de enfrentamento, entre outros fatores, contribuíram para que os militantes do PC do B saíssem vitoriosos ao final da Primeira Campanha, a qual durou até julho de 1972.

Não se tem dados exatos da quantidade de mortos das Forças Armadas. Quanto aos militantes, Campos Filho, com base no *Relatório Arroyo*, cita o número de presos e/ou mortos: “foram presos seis guerrilheiros: *Geraldo e Nilo*, logo que o Exército cercou a área, e no decorrer da luta, *Domingos, Baianinha, Miguel, Jorge e Carlito/Quelé* (este último foi morto logo em seguida). E morreram, além, de *Carlito, Jorge, Maria e Aparício*” (2003, p. 118).

Após o fim da Primeira Campanha, conforme explica Jacob Gorender:

“A região ficou submetida à ocupação militar-policial e um regime de brutalidade aterrorizante se abateu sobre a população. Os agentes do Governo visavam a não só descobrir colaboradores dos guerrilheiros como deixar bem marcada a punição para quem lhes manifestasse simpatia” (1987, p. 209).

A população, surpreendida com a violência e repressão dos militares, ficou em meio ao conflito armado. Homens, mulheres, adolescentes, freiras e padres, suspeitas de colaborarem com os “comunistas”, foram vigiados, perseguidos, presos, torturados. Os militantes colocaram em prática os treinamentos e foram para os PAs, com o apoio logístico necessário à luta armada, que vinham construindo.

A Segunda Campanha, comandada pelos generais Antônio Bandeira, Vianna Moog e Hugo Abreu, iniciou-se em setembro de 1972, quando o Exército retornou à região com aproximadamente 3.000 militares, com apoio da Aeronáutica e da Marinha, incluindo tropas profissionais. Nessa campanha, assim como na primeira, as Forças Armadas atuaram regularmente fardadas. Porém, adotaram novas táticas visando derrotar o mais rápido possível a guerrilha: procuraram conquistar a simpatia da população com o início da Operação Aciso (Ação Cívico-Social) e manter os

“guerrilheiros” ainda mais isolados; recrutaram mais guias, construíram mais bases militares e usaram a propaganda e a guerra psicológica.

Com base no *Dossiê Araguaia*, Studart comenta:

“Os militares se esforçaram para convencer os moradores a apoiar o governo no combate aos guerrilheiros. Havia os simpatizantes do regime militar, identificados durante a Operação Sucuri. Os soldados eram orientados a se abastecer com eles, sempre pagando o preço justo pela comida. Havia o grupo dos que simplesmente tinham medo dos militares – e deixou de ajudar os guerrilheiros temendo retaliações. Havia ainda os que poderiam apoiar em troca de recompensas” (2006, p. 242).

Com relação às atividades desenvolvidas pela *operação Aciso*, Campos Filho registra: “a operação Aciso levou para a região médicos e dentistas, distribuiu remédios e vacinas em grandes quantidades, patrolou estradas, legalizou posses, doou terras através do Incra e ainda e ainda perseguiu pistoleiros e grileiros” (2003, p. 122).

Assim como o Exército, os militantes do PC do B, após a Primeira Campanha, também inovaram em suas táticas de resistência. Segundo Portela: “tranquilamente, começam a explicar os ‘motivos da resistência’, disseram que o Exército voltaria, que ninguém duvidasse, e iniciaram o desenvolvimento do Programa de 27 Pontos” (1986, p. 58). Ainda no mês de agosto, com base no conjunto de reivindicações elaborado e redigidos a partir das necessidades da população camponesa, os militantes iniciam a criação da ULDP (União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo), através dos quais objetivavam desenvolver o trabalho de conscientização política no sentido de conquistar a adesão de camponeses para a luta armada, chegando a organizar 20 núcleos, nos quais discutiam:

- “a) o programa de reivindicações;
- b) a política local (jagunços, **bate-paus** e guias do exército estavam definitivamente condenados; e
- c) os problemas da guerrilha (da resistência), de como as populações poderiam apoiar com mais eficiência o movimento” (PORTELA, 1986, p. 59).

Na Segunda Campanha, o primeiro choque entre federais e “guerrilheiros”, de acordo com Campos Filho: “aconteceu em 29 de setembro de 1972, numa localidade denominada São José. Dele saiu ferida (consta que foi morta logo em seguida) uma das guerrilheiras mais conhecida e querida na região, Helenira Rezende” (Fátima) (2003, p. 124).

A campanha durou até outubro do mesmo ano, e novamente os militares tiveram que abandonar a região. Morreram mais militantes que na Primeira Campanha; num

total de sete (CAMPOS FILHO, 2003, p. 126), dos quais um foi ferido, feito prisioneiro e executado posteriormente.

Durante essas duas campanhas promovidas pelo governo, com o objetivo de acabar com o núcleo guerrilheiro, os militantes ficaram em seus abrigos colocando em prática as táticas guerrilheiras. Só voltaram a conviver com os habitantes depois que os militares se retiraram.

“Só então, quando nada restava para continuar encoberto, é que o agrupamento guerrilheiro se lançou a um trabalho político junto à população local. Com este objetivo, proclamou-se a criação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), cujo programa de 27 pontos resumiu reivindicações dos trabalhadores e camadas médias da região. Se o programa revelou visão concreta e argúcia tática, o efeito prático resultou insignificante. O trabalho político já começava vinculado à mais alta forma de luta revolucionária – a luta armada direta contra o Estado, representado pelo Exército. Convidava-se a população a apoiar esta luta e mesmo tomar parte nela, sem ter passado pela mediação de formas de lutas inferiores e adquirido, no processo, a convicção da necessidade de pegar em armas” (GORENDER, 1987, p. 209).

Os militantes do PC do B visitavam as moradias dos camponeses tentando desfazer a imagem que o Exército havia construído a respeito deles, bem como procuraram desenvolver o trabalho de conscientização política através de panfletagem, cartas dos “guerrilheiros”, manifestos aos soldados, comunicados sobre as mortes dos guerrilheiros, entre outros. Segundo Campos Filho (2003), nesse período, cerca de dez camponeses aderiram à guerrilha. Realizaram ainda, operações de confiscação de armas, munições, alimentos, remédios, etc. nas fazendas dos que eram suspeitos de colaborar com o Exército ou que representassem incômodos aos moradores, bem como realizaram assalto em um posto da Polícia Militar e realizaram justiçamentos de um jagunço (Pedro Mineiro) e de um mateiro (Osmar) (CAMPOS FILHO, 2003).

Durante as duas primeiras campanhas, segundo a concepção das Forças Armadas, as ações teriam sido realizadas de acordo com Leis de guerra convencional, ou seja: tropas caracterizadas, os militantes que morriam em combate eram enterrados nos cemitérios de Marabá e de Xambioá, bem como os que eram feitos prisioneiros retornavam vivos para as cidades (STUDART, 2006). Ainda segundo Studart:

“17 guerrilheiros morreram e onze foram presos. Também morreram dois militares e três moradores da região, nenhum desses em combate. Dois camponeses teriam cometido suicídio na prisão; um terceiro teria sido executado pelos guerrilheiros, acusado de colaborar contra o governo” (2006, p. 41).

Após as duas derrotas, o Exército resolveu mudar de tática. No período entre novembro de 1972 e outubro de 1973, considerado pelos militantes do PC do B como “período de trégua”, as Forças Armadas, sob a “Operação Sucuri”, que tinha como bases o CIE e o SNI, infiltraram agentes da inteligência na região e começaram a treinar as pessoas especializadas no combate a guerrilhas na selva. As ações de espionagem e infiltração visavam à realização de operações de reconhecimento e de assistência à população através da Ação Cívico-Social (ACISO), conforme registra Hugo Studart:

“Conseguiram infiltrar no convívio com os guerrilheiros 35 agentes secretos – soldados, cabos e sargentos de carreira, quase todos caboclos, cafuzos e mamelucos, gente vinda das camadas populares da sociedade, muitos deles conhecedores dos traquejos dos camponeses e moradores da floresta” (2006, p. 42).

Conforme registra Campos Filho:

“No comando dessa tropa descaracterizada estava o major Sebastião de Moura Curió, atuando sob diversos codinomes, dentre eles *Dr. Luchini*, a quem viriam a ser imputados atos de barbaridade contra prisioneiros, tanto moradores da região quanto guerrilheiros” (2003, p. 140).

Nesse período, quando o Estado Maior das Forças Armadas e o gabinete da Presidência da República já estavam no controle de combate à guerrilha, a região recebeu uma atenção especial do Governo Federal, sob o comando do Presidente General Emílio Garrastazu Médici, o qual autorizou a construção de infraestrutura que possibilitasse apoio logístico aos militares, visando o extermínio dos militantes, bem como intensificou-se a repressão aos meios de comunicação e a caça aos comunistas de todo o país; recorre-se aos especialistas em combate à guerrilhas e aos mais aprimorados métodos de tortura. Além disso, procurou-se conquistar a simpatia da população camponesa através das ações com “Operação ACISO”, notadamente com assistência médica, e através do INCRA com distribuição de terras próximas as Bases Guerrilheiras e promessas de distribuição de terras e títulos de propriedade aos que ajudassem como bate-paus<sup>9</sup> do Exército.

Construíram três estradas Operacionais visando cercar a área onde estavam os militantes e facilitar a movimentação das tropas das Forças Armadas, bem como construíram quartéis nas cidades de Marabá e Imperatriz, transformando-as em Área de Segurança Nacional.

---

<sup>9</sup>Homens conhecedores da região, grande parte “jagunços, recrutados pelas Forças Armadas para contribuir com a caça aos “terroristas”. Atuavam como informantes e “guias” e também ficaram conhecidos como “mateiros”.

Para enfrentar a Terceira Campanha, sem um apoio político considerável dos camponeses, a Comissão Militar da guerrilha juntou os três destacamentos, e permaneceu na mesma área de atuação que ficou durante as duas primeiras Campanhas. O reduzido número de militantes ficou isolado politicamente e financeiramente; havia poucos e inadequados armamentos e munições, bem como faltava apoio logístico.

A Terceira Campanha começou em outubro de 1973, quando as tropas do governo entraram fulminantemente na região, e terminou no final de 1974 quando os militantes foram exterminados pelas tropas especiais do Exército, comandadas pelo General Hugo de Abreu, com o apoio da Aeronáutica, somando um total de 3.202 militares.

Nesse período, algumas táticas foram usadas pelo Exército para isolar os militantes, dentre elas, cerco total da área, retirando os moradores dos lotes que podiam ser de acesso aos “terroristas” e transferindo-os para os lotes que ficavam às margens da rodovia Transamazônica e das Operacionais, bem como destruição das lavouras dos camponeses que pudessem abastecer os militantes. Como consequência do trabalho de informações, vários camponeses foram presos, interrogados, torturados, conforme demonstra Campos Filho:

“Da mesma forma que nas vezes anteriores, os prisioneiros eram encaminhados para Marabá, Bacaba, Xambioá, Araguaína, e até mesmo Brasília. Os locais de tortura, pelo que se pôde constatar, eram as prisões no DNER e no Incra, em Marabá, na Bacaba e em Xambioá – nesta última cidade um dos locais em que as pessoas ficavam presas era um imenso buraco, cavado na base militar, com uma enorme grade jogada por cima (apelidado de Vietnã), onde se acotovelavam dezenas de prisioneiros. Nus, ou apenas de calção, os presos enfrentavam um sol escaldante, como é típico da região, além de chuvas constantes que são comuns naquela época do ano. Água para beber era jogada raramente, e alimentação, poucas vezes servida. As necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo, causando um cheiro insuportável. Também em Marabá as condições das celas não eram diferentes: os presos passavam por essas mesmas humilhações, completamente privados de direitos, tratados como animais e torturados por negarem fatos que desconheciam” (2003, p 142-143).

O primeiro embate entre as duas forças principais aconteceu no dia 12 de outubro, o qual resultou na morte de Zé Carlos, Alfredo e Zebão, conforme Campos Filho (2003). De outubro a dezembro de 1973 o número de mortos em combates ou executados após a prisão foi aumentando. A partir do final de dezembro as ações dos militantes não se davam mais de forma organizada, pois ficaram isolados entre si e sem o apoio da população, faltava alimentação e estavam totalmente cercados pelas Forças Armadas.

Nessas condições, apenas o operário Micheas Gomes de Almeida (Zezinho) e o comandante Ângelo Arroyo conseguiram sobreviver a essa fase final da guerrilha; e 47 restam desaparecidos. Este último foi assassinato durante a reunião na Lapa - São Paulo em dezembro de 1976 (STUDART, 2006).

A terceira fase consistiu no período de ações mais cruéis vivenciado pelos indivíduos envolvidos direta ou indiretamente na luta armada, conforme descreve Studart:

“A 7 de outubro de 1973, 750 membros das tropas especiais do Exército, escalonados em três grupo de 250 homens, operando em rodízio, entraram na selva em trajes civis com a única missão de extirpar os guerrilheiros, com máximo rigor e precisão cirúrgica. Saíram de lá em fins de setembro de 1974, com a guerrilha completamente dizimada. Foi nesse período de um ano que teriam ocorrido violações sistemáticas dos Direitos Humanos e das Convenções de Genebra, com tortura, decapitações e execução de prisioneiros” (2006, p. 42).

O período entre janeiro de 1974 e março de 1975 é caracterizado como a fase da “Operação Limpeza”, visando a eliminação de todo e qualquer vestígio de conflito armado na região, envolvendo as Forças Armadas e o Estado brasileiro então sob a presidência do General Ernesto Geisel. As operações militares foram consideradas oficialmente encerradas em março de 1975.

Com relação aos que atuaram como “guerrilheiros”, Campos Filho registra:

“Eram estudantes, ex-dirigentes estudantis (43,81%, sendo 37,07% universitários e 6,74% secundaristas); médicos, enfermeiros, geólogos, professores, advogados (15,73% de profissionais liberais); operários (5,61%); camponeses (22,47%, aí incluídos os que se integraram aos núcleos guerrilheiros no decorrer da luta); comerciantes, bancários e outros (12,35%). Isso totalizava 89 guerrilheiros, somando-se os que escaparam com vida após terem sido presos nas duas primeiras campanhas” (2003, p. 86).

Segundo informações divulgadas pelo PC do B, 75 pessoas teriam morrido durante a guerrilha, 58 “guerrilheiros” e 17 camponeses. No entanto, Studart demonstra discrepâncias entre esses números e os apresentados pelo militares no *Dossiê Araguaia*, o qual contabiliza 85 mortes.

“No *Dossiê*, os militares relacionam pela primeira vez seu próprio saldo da Guerrilha. Dos 107 guerrilheiros e camponeses que participaram, 64 teriam morrido; 18 teriam ‘paradeiro desconhecido’; 15 foram presos e sobreviveram; 7 teriam desertado; 2 teriam cometido suicídio; 1 teria sido ‘justiçado’ pelos próprios companheiros –tema dos mais delicados para a esquerda brasileira. O *Dossiê* revela ainda a data provável de cada prisão ou morte; e as possíveis baixas nas Forças Armadas: 6 mortos e 8 feridos” (2006, p. 33).

A violência praticada por militantes e militares durante a guerrilha do Araguaia repercute até hoje não somente na região, mas em todo o Brasil. Prisões, torturas,

espancamentos, assassinatos, justiçamentos, degolas, ocultação de cadáveres etc., envolvendo militantes, militares, religiosos e camponeses.

Como consequências da guerrilha, o Estado e o PC do B se fazem presentes na região. Sob influência do Estado a região sofreu um processo de militarização, a qual tem atuado nos conflitos sociais pela posse e permanência na terra, bem como manteve a população sob vigilância e controle. Tentavam evitar possíveis reorganizações de núcleos guerrilheiros, mas também que moradores tornassem públicas suas memórias dos fatos ocorridos durante a guerrilha. Manteve-se os quartéis que foram construídos na região com o objetivo de combater a guerrilha.

“Essa presença do Estado se fez através do INCRA, ACISO, MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), Operação RONDON, e do sistema de informação liderado pelo Major Sebastião de Moura Rodrigues, o Curió, da militarização das atividades de extração do ouro de Serra Pelada e, sobretudo, do GETAT (Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins) ao qual se atribuiu o controle estatal dos conflitos agrários” (NASCIMENTO, 2000, p.162).

O PC do B, por sua vez, procura contribuir com a reorganização dos movimentos sociais no campo visando à luta pela terra, atuando, principalmente, na oposição dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e na Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, localizada no município de São Domingos do Araguaia-Pa. Juntamente com entidades que atuam em defesa dos Direitos Humanos e familiares dos mortos e desaparecidos na guerrilha, acompanha as atividades do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), criado em abril de 2009 em decorrência das determinações da Justiça Federal, sob coordenação do Ministério da Defesa, o qual tem como objetivo descobrir o paradeiro dos restos mortais, bem como descobrir as circunstâncias em que os fatos ocorreram.

A partir de maio de 2011, através de uma portaria interministerial, o Grupo de Trabalho foi reformulado e ampliado, passando a ser denominado Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) e tendo uma coordenação-geral conjunta dos Ministérios da Defesa, da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos, com o acompanhamento do presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Marco Antonio Barbosa. As atividades do grupo são realizadas com o apoio logístico do Comando do Exército. Além do PC do B, fazem parte do grupo de trabalho representantes da Advocacia Geral da União, do Departamento de Polícia Federal, da Polícia Civil do DF, do Museu Paraense Emilio Goeldi e de universidades federais e estaduais.

Os estudiosos que se ocuparam em compreender e explicar a guerrilha rural organizada pelo PC do B na região do Araguaia tendem a afirmar que o movimento tratou-se de uma reação armada ao regime ditatorial militar implantado no Brasil em 1964 e visando implantar um governo popular revolucionário.

Campos Filho, ao falar do contexto histórico da guerrilha, enfatiza:

“A complexidade daquele momento histórico, de forte repressão aos direitos sociais e de exclusão das oposições da participação política institucional, levou à radicalização da luta. Para determinados setores, a situação vivida no Brasil, à época, parecia confirmar que as transformações políticas só seriam possíveis através da violência. Sem os espaços naturais existentes em regimes democráticos, diversas organizações brasileira de esquerda pela luta armada, visando a derrubada da ditadura militar” (2003, p. 17).

“A reação ao golpe, que não ocorreu em 1964, começou a ser preparada e implementada a partir de 1966. Nesse período de resposta armada à ditadura militar, algumas organizações fortaleceram-se pelo ímpeto revolucionário com que se lançaram à luta e pelo carisma de seus principais líderes. A Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de Carlos Lamarca, destacaram-se por essas características” (2003, p. 41).

Em que pese o contexto de radicalização das concepções políticas e ideológicas, é importante ressaltar as considerações de Gorender, as quais sustentam que,

desde 1962, quando ocorreu a grande cisão do comunismo no Brasil, com Luiz Carlos Prestes acatando a diretriz de Moscou, da transição pacífica do poder, e João Amazonas, Maurício Grabois e outros insistindo na teoria marxista-leninista da rebelião armada, a guerrilha do Araguaia já estava esboçada nos planos do PC do B (GORENDER, 1987, p. 25).

Refutando a tese de alguns estudiosos da guerrilha e setores da esquerda que defendem a guerrilha enquanto um movimento de resistência armada à ditadura, promovido por pessoas que foram forçadas a abandonar a vida na cidade e viver no campo, Nascimento (2000) compreende a guerrilha na mesma linha que Gorender. Argumenta a favor da intencionalidade da organização da mesma, com objetivo de tomar o poder e instaurar um suposto “Governo Popular Revolucionário”, afirmando que as condições necessárias para o desenvolvimento da guerrilha do Araguaia já eram supostas pelos comunistas do PC do B: “terras novas em processo recente de ocupação, conflitos sociais pela posse da terra; ausência do Estado, não cumprindo suas funções básicas e uma área de difícil acesso por causa da floresta densa” (NASCIMENTO, 2000, p. 77).

Apoiado nas análises feitas a partir de documentos oficiais do PC do B e contrariando a tese de que a Guerrilha do Araguaia foi apenas “resistência armada

contra ditadura”, Nascimento (2000) aponta para a intencionalidade estratégica da Guerrilha. Com relação a posição do PC do B, Nascimento conclui:

“A defesa da revolução estava explicitamente em seu projeto revolucionário, e tinha como um princípio inalienável, irrecusável, que independia daquela conjuntura política, ou seja, o projeto político-estratégico revolucionário existia, no seu pensamento antes mesmo do Golpe de Estado” (NASCIMENTO, 2000, p. 79).

Studart, assim como Gorender, também enfatiza os planos do PC do B quanto a violência revolucionária anterior ao golpe:

“Desde que foi constituído, em fevereiro de 1962, o PC do B passou a defender a violência armada como a principal forma de luta para a tomada do poder. Nesse sentido, já em seu Manifesto-Programa afirmava que as classes dominantes tornavam inviável o caminho pacífico da revolução e que as massas operárias e camponesas teriam que recorrer a *todas as formas de luta*. Isso em 1962, no governo Jango!” (2006, p. 313).

E é nesta perspectiva que os militares procuram justificar os excessos cometidos na repressão à guerrilha, conforme trechos do *Dossiê Araguaia* transcrito por Studart:

*‘Se alguém desejar assumir o poder de uma nação pela luta armada, deverá saber que haverá violência de ambos os lados nos confrontos, que seus combatentes poderão matar ou morrer, porque não existe guerra com flores e sim com armas. Quem tomar a iniciativa poderá vencer ou perder. Se perder, deverá aceitar a derrota com dignidade e não sair por aí chorando nos muros das lamentações como criança inocente que praticou um ato inconsequente’.*

*‘Nesse contexto, e considerando que a guerra de guerrilha é uma guerra suja, é pouco provável que a tropa, dentro da selva, compartimentada em pequenos grupos de combate, com grande descentralização e dispo de autonomia operacional, adotando procedimentos não-convencionais, com seus homens descaracterizados e sob tensão permanente, estivesse disposta a facilitar a fazer prisioneiros. Não podendo ser descartada, também, a hipótese de que, a exemplo do que ocorreu em Israel, após o chamado Massacre de Munique, o contra-rebelde tenha feito um pacto de ‘matar os que mataram’ (2006, p. 273-274).*

Ainda a respeito do imaginário militar registrado no *Dossiê*, notadamente relativo ao final da Terceira Campanha, Studart (2006, p. 275) transcreve:

*‘Para os militares que combateram no Araguaia, em nenhum momento parece ter ficado a sensação de vitória, e sim a noção de dever cumprido. Nós extirpamos um câncer quando ainda estava no início. O PC do B preparava no Araguaia uma guerra civil na qual dezenas de milhares de brasileiros a morrer. E se eles vencessem, milhares de dissidentes do novo regime seriam mortos, como Fidel Castro fez em Cuba. Como eles eram stalinistas, talvez houvesse um extermínio em massa de milhões, como Stalin fez na União Soviética com os adversários da ditadura do proletariado. Nós arriscamos nossas vidas para salvar o País de um grande ameaça’.*

Ao se referir as ações dos grupos de “especializados”, Portela enfatiza:

“E escudados na impossibilidade de fiscalizações pelos próprios colegas do Exército regular, e da imprensa, na época censurada, os ‘especialistas’ agiram, usando a bandeira da Segurança Nacional, como se o conceito de Segurança Nacional não envolvesse, obrigatoriamente, estudos complexos, profundo, de Geopolítica, Economia, Estratégia, entre outros, e pudesse ser confundido com as operações nada intelectuais de aplicar choques elétricos e espancar pessoas” (1986, p. 47).

A região pensada para a guerrilha era, naquele período, “considerada maldita, virgem de progresso e atenções dos governos estaduais e federal” (Portela, p. 32). O descaso dos governos estaduais e federal continua. E a chegada do progresso parece perpetuar a maldição na região, pois carrega consigo a destruição da floresta, substituição das roças de pequenos agricultores por grandes pastos, expulsão dos camponeses de seus lotes, exclusão dos benefícios gerados pelos grandes projetos, os quais estão a serviço do capital, tudo isso devido um modelo de ocupação autoritário pensado para a região que foi intensificado após o período de ocorrência da guerrilha. Aumentando juntamente os conflitos e assassinatos dos que lutam pela terra e mesmo dos que apóiam essa luta, dentre os quais, lideranças sindicais, religiosos da Igreja Católica, advogados, entre outros, fatos esses divulgados principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Impera a impunidade!

A expansão capitalista na região do Araguaia provocou profundas mudanças na sociedade e na população. Interferiu no modo de vida camponês; transformou as roças em pastos, as relações até então baseadas nas relações de vizinhança foram enfraquecidas, a produção familiar foi cada vez mais submetida aos interesses do capital. O “progresso” chegou à região, mas levou consigo a espoliação, os conflitos, o trabalho escravo, entre outros, tornando necessária a organização camponesa na luta pela terra, através da oposição sindical e da busca de parceria com outros movimentos sociais que lutam pela terra.

### CAPÍTULO III - MEMÓRIA CAMPONESA E MEMÓRIA DOMINANTE

A literatura referente ao período da ditadura militar é extensa, porém poucos estudos são dedicados à guerrilha do Araguaia. Os estudos e pesquisas a respeito da guerrilha têm sido realizados a partir de fontes escritas, documentais e, notadamente, a partir das narrativas orais dos que participaram direta ou indiretamente desse acontecimento. Nessa perspectiva, esses estudos procuram reconstituir as diferentes visões sobre o ocorrido, seja dos militantes comunistas do PC do B, seja dos militares, como também dos camponeses da região.

Partindo do pressuposto de que as narrativas orais recorrem à memória social e de que essa memória, conforme analisada no primeiro capítulo, perpassa por um processo de construção e reconstrução contínua, o objetivo desse estudo é compreender a memória camponesa da guerrilha levando em consideração o contexto, não apenas da ocorrência da guerrilha, mas também o contexto pós-guerrilha, visando identificar e compreender as múltiplas determinações do processo de rememoração.

A região do Araguaia, juntamente com sua população, foi inserida num projeto de transformação social via luta armada idealizada pelo Partido Comunista do Brasil. Os militantes do PC do B, com suas motivações políticas e ideológicas inspiradas numa suposta concepção socialista de sociedade, adotaram estratégias políticas e militares de guerrilha rural, baseadas, segundo alguns estudos, nas concepções maoístas.

A influência da concepção maoísta nos princípios norteadores da ação dos militantes comunistas fica perceptível a partir do documento *Guerra Popular: O Caminho da Luta Armada no Brasil*, caracterizado como um programa político-militar organizado em 1966 pela direção do PC do B, tendo como referência as decisões da VI Conferência Nacional do partido. O mesmo apresenta discussões sobre as possibilidades de desenvolvimento da luta revolucionária no Brasil e apontamentos sobre as possíveis áreas de deflagração da guerrilha.

Dentre esses princípios ressalta-se a ideia de que a luta armada das forças revolucionárias teria o amplo apoio e participação popular, e deveria ser planejada e desenvolvida no campo, onde os guerrilheiros deveriam vivenciar o modo de vida camponês e organizar um exército popular no decorrer da luta. Nessa concepção, tanto a guerrilha como a organização do exército popular só teriam sucesso com a construção estratégica de bases de apoio no campo.

Dessa forma, os camponeses da região, caracterizados pelos militantes do PC do B como "apoios", "elementos de massa" ou "moradores da região" foram envolvidos num conflito armado que durou aproximadamente três anos, no entanto, suas consequências alcançam os dias atuais. As campanhas militares de cerco e aniquilamento foram consideradas finalizadas em 1975, porém, as ações que se seguiram aos confrontos armados, tanto por parte dos militares quanto por parte dos militantes perduraram por muito tempo. Num contexto pós-guerrilha, as consequências desse conflito envolveram novos sujeitos e acontecimentos, os quais tornam-se fundamentais para o entendimento da construção da memória social da guerrilha.

A compreensão da guerrilha, neste sentido, requer um exercício de reflexão não apenas do passado, mas também do momento presente. Nessa perspectiva, Peixoto enfatiza: “além de reaver a memória sobre a guerrilha, a partir de narrativas de quem viveu a experiência, é importante saber o que veio depois”. Dessa forma, o autor apresenta o contexto pós-guerrilha na região, utilizando a expressão “a guerra que veio depois” para caracterizá-lo:

“No Bico do Papagaio, os governos militares montaram um intenso sistema de repressão e controle político, com operações para a criação de mentalidade, conhecidas como Ação Cívico-Social do Exército (ACISO); a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT); a concessão de lotes para colaboradores, os chamados ‘guias formados’, nas estradas operacionais (OP1, OP2 e OP3); a decretação da região como área de segurança nacional; a nomeação de prefeitos; o assassinato de lideranças sindicais e de agentes religiosos, a chamada ‘injustiça institucionalizada’; a onipresença de Sebastião Curió; e, enfim, um modelo de ocupação pela ‘pata do boi’, que devastou as florestas da região. De forma que, quando falamos da guerrilha, precisamos também falar da ‘guerra que veio depois’” (PEIXOTO, 2011, p. 489).

Além da permanência do Exército na região, através da “Operação Limpeza” e dos vários programas do governo implementados na região visando monitorar e controlar sua população, pode-se mencionar ainda a permanência do PC do B e sua atuação nos movimentos sociais do campo, notadamente nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e, particularmente na Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, localizada em São Domingos do Araguaia-PA.

Paralelamente à presença das duas principais forças envolvidas no confronto armado, destacam-se vários segmentos sociais interessados na “história da guerrilha”, dentre os quais: jornalistas, estudiosos, pesquisadores, bem como a Comissão de Anistia e o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), coordenados pelo Ministério da Justiça, em decorrência da ação impetrada contra a União na década de 1980, pela Caravana de

familiares dos desaparecidos durante o combate à guerrilha, a qual foi sentenciada a promover ações necessárias para identificação do paradeiro dos corpos e esclarecimentos das circunstâncias dos fatos, entre vários outros.

### **3.1 A memória da guerrilha em construção**

A memória da guerrilha, embora reprimida por um longo tempo e, ao contrário do que esperava e planejara as Forças Armadas Brasileiras, é mantida viva e em contínua construção e re-construção. A tática do governo militar de não deixar rastros do acontecimento através da ocultação dos corpos dos mortos em combates ou executados nas prisões, bem como a falta de esclarecimentos sobre as circunstâncias das mortes, motiva cada vez mais pesquisas e estudos sobre a guerrilha. A literatura existente sobre a guerrilha tem priorizado a reconstituição da totalidade da guerrilha a partir dos relatos de ex-militantes, ex-soldados, camponeses e religiosos da região sobre as perseguições, prisões, torturas, execuções de prisioneiros, etc.

Atualmente, o processo de construção e reconstrução da memória da guerrilha é evidenciado, inclusive, nos migrantes recentes e nas novas gerações dos que foram envolvidos. Existe um movimento forte de enquadramento da memória, no sentido de apontar para a versão oficial, neste caso, a do PC do B. A politização dos relatos é constatada a partir das avaliações e reivindicações feitas pelos camponeses durante o processo de rememoração; eles não apenas reconhecem a necessidade imperiosa da memória para evitar o esquecimento do ocorrido, como também reivindicam o reconhecimento público de seus envolvimento e, conseqüentemente, esclarecimentos sobre as circunstâncias das mortes e desaparecimentos decorrentes do conflito armado, como também reivindicam indenizações por perdas e danos sofridos.

Partindo do pressuposto de que o processo de rememoração relacionado à guerrilha é perpassado por determinações históricas, culturais, políticas, etc., será feita, num primeiro momento, a reconstituição da percepção camponesa da convivência entre os moradores da região e os militantes do PC do B na fase de preparação da guerrilha, tendo em vista que uma das táticas utilizadas pelos militantes foi a convivência disfarçada entre a população com o intuito de conquistar a confiança e apoio da mesma.

### 3.1.2 Os relatos

Os camponeses envolvidos no conflito armado na região sul do Pará tem em comum uma trajetória de vida caracterizada pela migração em busca de melhores condições de vida, de resistência pela posse e permanência na terra numa região de fronteira agrícola historicamente marcada pelos conflitos fundiários.

O Entrevistado 2, nascido em 1953, em Mariano Lopes, Município de Pedreira/Maranhão, atualmente com 59 anos, relata que seus avós saíram de sua cidade de origem quando ele ainda tinha seis meses de idade. Foram para Pedra Branca, na época Goiás, hoje Tocantins, região na qual predominava a atividade no garimpo, notadamente de cristais e, quando foi em 1957 uma enchente destruiu o garimpo, forçando-os a migrarem novamente em busca de melhores condições de vida. Em 1959 mudaram-se para o Pará, onde o Entrevistado 2 permanece até hoje. No período em que ocorreu a guerrilha do Araguaia o Entrevistado 2 morava em São Geraldo do Araguaia-PA, numa região chamada de Gleba Caiano, onde sua família desenvolvia uma agricultura de subsistência, conforme seu relato:

“Quando começou esse problema de Guerrilha eu tava com 17 anos. (...). Aqui toda vida, meu rumo era trabalhar na roça, num tinha outra coisa. (...) Quando eu comecei me desenvolver já foi dentro da roça. (...) De certo que era junto com meu pai, nós trabalhava tudo num rumo só, numa roça só, tudo junto, né. (...). Nós era três irmãos; era eu... eu já sou o mais novo, o mais velho mora aqui no Parauapebas-PA (...). Três macho e uma mulher”.

O Entrevistado 2 fala sobre a convivência com os militantes que habitavam o povoado de Santa Luzia dos Perdidos, comunidade localizada à margem do Igarapé denominado Perdido, no município de Conceição do Araguaia-PA na época, hoje São Geraldo-PA:

“Aí a gente tinha contato... eu tinha..., trabalhava com eles, trabalhei com eles. Assim que eles mudaram pra lá, eles compraram um barco, e eu morador já na beira do rio - trabalhava na roça e morava na beira do rio - eles me chamaram pra mim... (esse o Antônio da Helena que era o mais velho dali...) aí eu criado lá no meio deles e eles caçando uma pessoa pra carregar as coisas deles, do São Geraldo pra lá, pra esse local que eles compraram. Aí esse Antônio da Helena disse: não, eu tenho um menino (que eu trabalhava com ele), tenho um menino que dá conta de fazer isso aí, essa mudança sua de lá pra cá nesse barco de vocês. Dizia: então tu arranja ele pra nós, pra nós carregar essas coisas pra cá e aí fazer alguma viajinha pra nós. Aí eu fui. Foi eu foi quem fiz esse transporte deles, no barco, carregando eles de São Geraldo passando pra terra deles lá”.

Assim como o Entrevistado 2, o Entrevistado 6 também relata o convívio com os militantes comunistas, conhecidos na região como “paulistas”:

“Eu tive com o pessoal, com Osvaldão, Amauri, Dina, Sonia, Valquíria, Tuca. (...). Aí eu tive contato com esse pessoal. Igual nós estamos aqui conversando eu tive contato com eles, livremente assim. Eu vendia meus mantimentos pra eles como que eu vendia pra qualquer uma pessoa qualquer. Eles chegaram aqui como capixaba, mineiro, baiano”.

É importante ressaltar que, conforme os entrevistados demonstram, as relações que foram estabelecidas naquele momento são comuns no meio rural. O Entrevistado 6 plantava para subsistência e vendia o excedente: “Eu tinha roça aqui. Eu vendia esses mantimentos eram colhidos da roça. Eu colhia isso e vendia pra eles lá, mas aqui eu colhia da roça. E o trabalho da época, dos camponeses, era isso!”.

O Entrevistado 2 relata uma experiência que demonstra a relação de solidariedade, comum entre os camponeses que, no período da preparação da guerrilha, foi apropriada pelos militantes comunistas.

“Eu morava uns mil e... uns dois mil metros longe da casa deles, né. Aí quando soube isso eles saíram de casa, na época.... Quando eles começaram isso eles tavam mudando, fazendo outro centro distante seis quilômetro da beira do rio pra casa deles lá no centro, que é hoje lá chama-se o Boa Vista do Pará. Eles tavam fazendo esse assentamento, como é que se diz... abrindo uma fazenda lá, eles diziam que era uma fazenda, né. Eles estavam abrindo isso lá. Quem primeiro derrubou lá as primeira roça foi o pai dessa mulher minha pra tratar de uma filha dele que adoeceu e ele disse: é, rapaz eu trato de tua filha! Aí ele disse: mas eu não tenho dinheiro. (...). Aí disse ele disse: não mas... faz o seguinte, tu me dá umas diárias aí... Ele foi e derrubou lá dois alqueiros de roça e eles tratando da menina deles, que ela deu tipo assim uma lepra no corpo e no São Geraldo e em Xambioá não tinha pessoas pra tratar, não dava conta do tratamento. Aí eles disseram: nós trata, só que não é fácil não porque essa menina tua ta muito..., ta muito ruim, ela não é fácil pra se tratar. Aí ele pagou esse tratamento... foi tratada aqui na roça mesmo lá dentro da roça (...). Todo medicamento eles tinham. Eles tinham, nessa casinha que eles fizeram tampada de tauba e coberta de telha, era só medicamento [...]”.

O Entrevistado 4, camponês migrante que chegou ao Pará em 1970 e, em 1971 comprou uma terra depois do “Igarapé dos Veados”, lugarejo onde morou com sua mulher e filho, relata como teve o primeiro contato com os militantes do PC do B:

“Quando foi em 70 que eu vim pra cá...em 71, em janeiro de 71 aquela coincidência! Comprei a terra... quando eu vou comprar a terra chego lá tem dois barracão: uma do que era proprietário e o outro era dos guerrilheiros, moço! Como é que pode moço! Aí eu fui lá – só que nós num se conhecia – aí eu fui lá e perguntei [...] seu Wélington me ofereceu esse direito de posse (era só posse)... isso aí num interessa comprar... Ele me ofereceu, disse que ía vender e ele disse: não, ele já ofereceu pra nós num temos interesse de comprar, que nós temos já lá no “Chega com Jeito”, temos aqui na “Metade”, já temos na “Gameleira”, temos em “Caiano”, que é onde morava José Genuíno Neto que tomava de conta lá do destacamento lá... o outro lá, o Gameleira e o outro aqui...: A, B e C. E o outro aqui no “Chega com Jeito”. Você pode comprar! E aí eu comecei ver aqueles homens lá e tal e eu... E inclusive eles desconfiaram de mim também... aí eu disse: eu já sei quem

é...[...]. (...) Ele pensou que nós era... eu era uma pessoa que num veio pra li pra comprar terra, desenvolver uma agricultura. Porque teve muitos que entrava aqui com essa... dizendo que era comprador de terra, essa coisa toda, quer dizer... Depois de mim entrou esses cabas aí dizendo que era comprador de terra e num era”.

Conforme planejara os idealizadores da guerrilha, a convivência dos militantes do PC do B com os moradores da região possibilitou a criação de vínculos. Porém, esses vínculos tiveram como sustentação valores norteadores das relações características do meio rural que, para os camponeses, foram bastante significativas, pois acreditavam estar diante de pessoas nas mesmas condições que as suas: humildes posseiros em busca de terra e trabalho. Na percepção dos camponeses, foram estabelecidas relações de confiança, de amizade, solidariedade e respeito entre os camponeses e os militantes até o período de 1972. No entanto, essas relações estavam baseadas em representações por parte dos militantes do PC do B; faziam parte da tática de aliciamento da população para o apoio à guerrilha.

A suposta convicção socialista dos militantes os levou a vivenciar uma vida dupla na região do Araguaia. Nas palavras de Portela:

“Os 63 do Araguaia conseguiram, por força de suas convicções, levar uma vida dupla de guerrilheiros em preparação e posseiros pacíficos, ou comerciantes, ou profissionais liberais. Uma vida que desgastaria fisicamente a maioria das pessoas. Ao mesmo tempo que preparavam a guerra, eles se misturavam ao povo, cada vez mais cativado, e, por ecletismo ideológico, iam às missas e terecôs (candomblé local), participavam de forrós, sempre mantendo uma postura de monges, pessoas de comportamento moral irrepreensível, tanto os solteiros quanto os casados” (PORTELA, 1986, p. 36).

Os militantes do PC do B foram chamados de “paulistas” pelos moradores da região, os quais estavam convencidos de que eles eram apenas migrantes de outras regiões do país a procura de melhores condições de vida como tantos outros da região, pois, para fazer valer suas representações, os militantes instalaram-se como posseiros, fizeram plantações e adotaram o modo de vida camponês, com muita discrição.

Dessa forma, os primeiros impactos da guerrilha na população camponesa foi quando a mesma foi descoberta pelas Forças Armadas, as quais iniciaram os embates, gerando um clima de terror na região. Nesse momento, os camponeses foram informados dos “verdadeiros” motivos da estadia dos “paulistas” na região, a partir da versão militar.

O Entrevistado 5, 89 anos, vivenciou esse contexto de violência. Nascido e criado em Brejo Santo, estado do Ceará, migrou juntamente com a família em 1953 para

o Maranhão e dois anos seguintes, deste para o Pará. O mesmo deixou o Ceará devido às secas de 1953 e foi para o Pará, objetivando trabalhar nos garimpos de diamantes. No intervalo de 1956 a 1962, trabalhou nos castanhais livres de Marabá, e, posteriormente trabalhou na agricultura, em São Domingos do Araguaia. Durante a Guerrilha do Araguaia, trabalhou como mateiro do Exército, e, posteriormente, deixando de lado a atividade camponesa, trabalhou como garimpeiro extraíndo ouro na Serra Pelada.

Ao lembrar como ficou sabendo, na versão militar, quem eram os “paulistas”, o Entrevistado 5 comenta:

“Quando foi em 72, aí foi que a polícia veio e aí levantou eles aí, aí foi que nós ficamos sabendo. Eles peitaram pra mata e começaram contar pra nós (...). Começaram contar pra nós o que..., qual era o, o sentido deles aí. Nós... que o Exército dizia que era ladrão, era criminoso, era assaltador de banco, num sei o quê. Eles falavam muito, que o Exército falava muito assim”.

Da mesma forma que o Entrevistado 5, o Entrevistado 2 também relata que ficou sabendo do objetivo dos “paulistas” na região através do Exército:

“Eu vim descobrir, nós viemos descobrir esse negócio quando começou surgir diz que essa guerra, agora de quê nós não sabia; pegando o quê eu não sei. Aí a polícia quando passaram a falar pra nós, é que eles eram terrorista, mas a gente não sabia (...). Ninguém sabia nem o que que era terrorista! Pior dos dois que a gente não sabia nem quem era nem o que que era! A gente achava que tudo era uma coisa até estranha, né”.

(...)

“Quando nós passamos a saber que eles tavam pegando era esses povos, que eles falara... a polícia mesmo falou pra nós que tava pegando era eles. Eles falaram, mas pras pessoas mais de longe, mas que nós num tinha acesso, num podia mais conversar com ninguém, assim... trocar ideia sobre esse assunto, né. Aí eles falavam que eles tavam era atrás deles porque eles eram... O Exército que...o que era que eles eram, o que é que eles tavam fazendo, disse que tavam querendo era... iam acabar com todo mundo, que eles eram terroristas. Também eles num diziam o quê, só diziam que era terrorista e tava pra acabar com [...]”.

### 3.1.3 Lembranças do conflito armado

Os estudiosos da guerrilha do Araguaia afirmam que as Forças do Governo empreenderam 3 Campanhas de Cerco e Aniquilamento contra os militantes do PC do B. Os embates entre as duas forças foram iniciados em abril de 1972 e terminaram em janeiro de 1975. A estimativa é que tenham sido empregados em torno de 10.000 homens das Forças Armadas Brasileira durante esse período. Segundo Portela,

“a **primeira campanha** vai de 12 de abril de 1972 a fins de julho do mesmo ano; a **segunda campanha**, em setembro e outubro de 1972; e a **terceira campanha**, a última, quando a guerrilha foi finalmente aniquilada e não apenas cercada, de outubro de 1973 a janeiro de 1975” (1986, p. 27).

O Entrevistado 4, ao lembrar os fatos relacionados aos primeiros embates entre militares e militantes, evidencia que a região e sua população já estava sendo investigada pelo Exército, o qual enviava seus membros para atuarem disfarçadamente como:

“Grileiro, fazendeiro, agente, tudo isso... quer dizer, fazia trabalho pro próprio Exército, né. Que tinha muitos que conhecia já a região, viu! E quando eles realmente fizeram todo esse trabalho, o Exército, aí quando foi no dia 12 de abril de 72 eles deram o primeiro ataque. Que eu já estava arranchado lá, mas não mexeram comigo. (...) E nem com ninguém aí. O Exército não mexeu com ninguém. E a turma correu, se embrenhou-se nas mata aí, abandonaram seus acampamento no “Chega com Jeito”, “Gameleira”, “Caiano”. Aí foi onde prenderam José Genuíno Neto e mataram a Fátima, uma das meninas que..., quer dizer, tava aqui nesse... eles mataram ela aqui perto do Igarapé Fortaleza e depois eu fiquei sabendo que enterraram ela aqui nas “Oito Barracas”, que aqui nas Oito Barracas tinha uma micro base do Exército. (...) E ficaram aqui abril até outubro. Era eleição em novembro, em alguns lugares do Brasil havia eleição. Aqui, por exemplo, no município de São Domingos, de São João do Araguaia havia eleição, mas em Marabá não, Marabá era área de segurança, não tinha eleição era nomeado, o prefeito nomeado. (...) Diretamente pelo governo do Estado que era o coronel Jarbas Passarinho, o Coronel [...] foi que mandou aí, no Estado aí...”.

Assim como o Entrevistado 4, o Entrevistado 2 relata a memória que tem do primeiro contato com o Exército, em função do combate à guerrilha. Ele evidencia o isolamento da região ao afirmar que o Exército não era conhecido pelos moradores. Esse relato demonstra o impacto que a população sofreu, bem como a mudança no cotidiano dos moradores e na região:

“Quando veio começar esse negócio de Guerrilha eu num conhecia nem o que era soldado não, só PM, mas assim... pra falar verdade eu num via... Em jornal em cartilha nessas coisas era o que eu via, mas eu não tinha visto nunca um homem fardado daquele jeito. Pra mim foi um estranho quando eu vi a primeira vez... A gente dentro do mato ficou meio brabo porque..., eles achavam que era porque a gente tinha contato muito com o povo, mas não era isso, é que a gente não tinha costume de ver eles daquele jeito, com um [...] de homem fardado daquele jeito, com aquele grupo de armamento... nós num sabia o que era!”.

O Entrevistado 2 fala sobre o contexto do início da Guerrilha, da região de mata e o que pensou quando os embates foram iniciados:

“Aqui era mata, isso aqui era mata pura. (...) O Exército, quando eu vim ver de verdade foi nessa época, eu não via... pra mim era outra coisa aí, eu estranhava! Eu digo: nós vamos morrer agora é tudo porque aqui não vai sobrar ninguém! Eu não sabia o que era. A gente via no início lá quando foi pra começar, eles passaram um dia é... por cima de casa assim falando com alto falante num avião [...], passava assim e falando com aquela voz por cima, pedindo pro povo se entregar, aquela coisa, mas a gente num sabia o que era!”.

Assim como o Entrevistado 5 e o Entrevistado 2, o Entrevistado 6 relata a versão do Exército sobre os “paulistas”: “diziam que eram terroristas, eram contra o governo. Na época o pessoal que era contra o governo dava o nome de terrorista. Mas eu não achava que eles eram terroristas porque não faziam terror com ninguém”.

O Entrevistado 2 explica que não houve explicações por parte dos militantes do PC do B sobre as reais intenções dos mesmos na região:

“Eles nunca contaram pra nós o que que era, né. Então eles não falaram assim: não, nós somos políticos e somos contra esse lado. Nós achava que eles era assim uma pessoa assim que trabalhava, queriam abrir uma fazenda, fazer alguma coisa assim, um benefício qualquer assim por esse lado de serviço. Mas eles num falavam que eram políticos, né, que tavam aqui era se ajuntando pra abrir um assim, né, se armar contra o outro governo, né, pra ver se reagia alguma coisa. Não, eles num contavam isso pra nós!”.

Dessa forma, o primeiro impacto foi a versão do Exército sobre as pessoas que os camponeses conheciam como “paulistas”. Porém, o que causou sofrimento maior foi a forma como os militares agiram com os camponeses da região.

O Entrevistado 2 relembra o dia que teve o primeiro contato com o Exército:

“Eles mataram muita gente [pausa e choro - NR] sem merecer. (...) Olha aqui ó: [mostra a marca de tiro no pé – NR] isso foi uma bala que eles atiraram neu. (...) Só porque eu tava... fui lá pra acertar uma conta com eles, com Paulo, que eu tinha trabalhado uns tempo e aí quando deu esse negócio, quando tava pra surgir esse negócio e eu não sabia o que era, aí eu fui. Aí cheguei lá e ele não tava em casa, já tinha corrido de casa, e eu não sabia que eles tavam correndo (...). Quando eu cheguei na casa e chamei num tinha ninguém só as galinhas correndo e os cachorros [...]. Era perto dos Igarapé dos Caianos, era bem pertim, aí eu chamei eles e num veio ninguém aí eu digo rapaz!.... Eu tava mais um rapaizim, inté era... ele era baiano (...). Aí eu digo: Antônio, vamos esperar eles aí ver se eles aparece, vamos ficar ali na beira do Igarapé [...]. Eu acho que quando nós passamos, eles vieram acho que pra atacar a casa, num sei porque num mataram nós! Aí eu fiquei com um facão cortando uns galho de pau bem na beira do [...] da onde a gente atravessava montado [...]. E aí quando nós tava ali eu... me deu aquela vontade de sair e eu digo: Antônio, vamos embora, esse povo num vem não, eles deve ta pra casa do, do, do homem que morara aqui pra dentro, era muito longe, que eles gostavam de ir lá ... o Pedro Onça, eu digo eles devem estar pro Pedro Onça! Às vezes foram caçar – a minha ideia, né. Então vamo embora e aí quando nós vai saindo... num viajei como daqui ali na esquina assim, a base de uns 50 metros mais ou menos, quando eu dei fé eles saíram no meio da estrada (...). Tava tudo fardado, tudo fardado e eles disseram: cadê, cadê os outros? Eu digo: num sei. Aí eu nessa hora eu perdi o rumo: eu num sei! Aí nessa hora pegaram o seu Antônio levaram pra frente, só ficou eu cá. Eles disse: tu tem que dizer pra onde eles foram! Eu digo: eu num sei! E se nós... se eu te dar um tiro aqui tu vai fazer o quê? Eu nada, eu só tinha um facão eu ia fazer o quê!? Aí, eu digo: eu num sei pra onde eles foram, eu num sei o que que eles foram, que que eles tão fazendo, eu vim aqui cobrar um dinheiro que eu tenho na mão dele, mas aí num tem ninguém aí na casa deles [...]. Ele disse: tu sabe, tu ta é mentindo, tu ta negando tu sabe onde eles tão! E digo: eu num sei. Aí foi a hora que eu levei o tiro no pé (...). Era bem

pertim de lá aí eu vim até... eles me trouxeram até a beira do rio, vinha saindo muito sangue e eu ruim pra andar (...).

Trouxeram pra beira do rio né, e eu num sabia pra que lado é que eu ia, mas aí eles acharam que me procuraram muita coisa e eu não sube dizer nada, aí eu vim pra Xambioá [...] aí mandaram fazer o tratamento e teve um que disse: faz o tratamento e manda ele pra casa do pai dele, ele num sabe de nada, esse menino é novo, num ta sabendo de nada! (...). Procuraram onde que eu morava; eu disse onde que eu morava... o meu pai morava lá. Ele disse: mas tu trabalha com ele. Eu digo: não, eu trabalhei com eles há muito tempo, agora eu num sei o que que eles tão fazendo, que eles moravam aí num tão mais aí, eu num sei aonde tá! Num sei como eu escapei nesse dia! Aí eles... pois é, eles fizeram o curativo e mandaram: vai te embora, se arruinar aí eu passar eu te vejo e te trago. Mas nunca mais eles foram... passava lá mas nem procurava por isso aí. Isso aqui foi tratado com sola de... sola crua queimada e rapada no fogo e botada em cima”.

Após o primeiro ataque do Exército, os militantes refugiaram-se na mata, porém retornaram após a retirada do Exército. Nessa fase, os militantes ficaram sendo chamados pelos camponeses de “homens da mata”. A retomada do contato com os camponeses foi sendo feita com muito cuidado. O Entrevistado 6 relata a contribuição dada por ele aos “homens da mata” durante o período em que eles ficaram refugiados:

“Eu, muitas vezes eu, eu lembrava: depois que eles saíram assim, foram pro mato, quantas vezes eu não dava de comer escondido; eu dava comida escondido pra aquele povo porque.... Agora, eu fui um abençoado assim, por que se o Exército sabe se a gente desse um, desse um copo de água pra um ia ser preso, talvez até eliminado. E eu dei várias e muitas vezes comida praquele povo de noite. Meia noite... chegavam ... Rapaz, você não tem jeito pra você ver uma pessoa quase morrendo de fome, e você dar... Eu dizia assim: eu posso é morrer, mais eu, eu vou dar uma prato de arroz... É muito difícil você falar isso... é difícil viu...”

(...)

“Quando eles saíram, que eles ficaram liquidado, (...) que não tinha mais apelo pra eles, né. Não tinha mais nada pra eles, muitas vezes tudo rasgado. Aí liquidou eles, cabou-se! Saím, pedia até pelo amor de Deus! E você dava comida, mas você não podia acolher eles!”.

O Entrevistado 4 menciona o diálogo que teve com um deles:

“Eu me relacionei aí com vários deles, e eles, antes, como disse o Piauí também que é um conterrâneo lá da minha terra, lá do norte do Piauí, um caba [homem – NR] duro mesmo, viu! Disse, disse pra mim... disse: conterrâneo, esses caras vêm nos buscar, esses caras vão nos matar! (...) Que o Exército já tinha dado uma carreira neles, aí eles voltaram... Quando o exercito se afastou, que era época de eleição, né, onde tinha eleição, viu, e aí eles ficaram... o Exército ficou aí, porque eles... nessa botada aí o Exército num levou vantagem não! Eles nunca deram o número de soldados que foi morto aí, mas foi sim, foi morto soldado aí bastante aí dentro, porque eles pegaram... Tinha sido inaugurado esse quartel aí e eles pegaram esses recrutas aí e jogaram aqui dentro. (...) 23ª Brigada, Vigésima Batalhão de Selva, era o Vigésima Batalhão de Selva. (...) Jogaram aí dentro aí, rapaz! Entrou no tiro aí, coitado aí!

(...)

Sim, mas aí o Piauí disse pra mim: conterrâneo, eles vem nos... eles vem atrás de nós, eles não vão nos dispensar. Nós vamos morrer sim! Mas só que nossa semente vai ficar plantada aqui! Um dia você vai ver isso aqui tudo cortado de estrada... (...) O Piauí..., O nome dele era Lino, Lino, na história... (...). Ele disse: um dia você vai ver esse... vai ver isso aqui tudo cortado de estrada, viu, poeira cobrindo aí nessas estrada aí, no sinal aí, mas é graça a nossa semente, viu! Escola pra todo lado aí, porque vocês estão aqui jogado, abandonados, mas vocês vão ter... os que não morrerem vão ter esse privilégio!”.

No depoimento abaixo, o Entrevistado 4 evidencia o conhecimento que tem a respeito de táticas de guerrilhas, resultante de suas leituras teóricas. De acordo com seu relato, os comunistas, ainda que soubessem de sua formação teórica, não tentaram convencê-lo de participar da resistência armada:

“Eles apenas disseram assim... que precisavam de pessoas que dessem apoio a eles no campo, mas precisavam também que tivesse pessoas na cidade pra dar apoio; que *sem alimento não se ganha a guerra!* Se não tiver alimento, pode ter a melhor arma que tiver e não ganha a guerra...! Eles que falaram isso. (...) Que nem todo mundo ia pra o campo de batalha! No caso da guerrilha, é uma tática muito interessante, muito importante – eu já li muito a respeito de guerrilha, na época da Guerrilha lá de Cuba, viu... Esse amigo meu teve lá, viu, o Osvaldão teve lá na Albânia, viu, fez curso de guerrilha”.

Após relembrar as experiências vivenciadas e testemunhadas durante a Primeira Campanha, o Entrevistado 4 avalia negativamente a forma como o Exército agiu:

“Esses soldados eles souberam devolver; os guerrilheiros, quando eles voltaram em 73, que foi morto aí, eles não devolveram às famílias! E continua ainda por isso mesmo! E o Curió declarou que mataram 43, 41 guerrilheiros mataram, mataram eles, quer dizer... desarmado..., foi morto! Eles mataram... depois de apreendido! (...). A Rosinha foi presa ali do lado da Vila São José, passou bem aqui nessa rua aí! Essa avenida que você está vendo ali era uma pista de avião, inclusive em junho quando fez a Transamazônica até usou ela, porque era uma pista de avião que eles fizeram quando chegaram aqui”.

Lembranças recorrentes em todos os relatos dos camponeses dizem respeito às perdas materiais decorrentes dos confrontos armados. O Entrevistado 6 relata, ainda com muita indignação: “Você sabe o que que o Exército fazia?: nossas plantaço, quando chegava, eles arrancavam toda aquela mandioca velha encima da terra, diz que pra os terrorista num comer! Moço foi sofrimento aqui! Foi sofrimento!”.

O Entrevistado 2 relembra que o cotidiano na região foi alterado. Sobre a roça de sua família:

“Cabou... porque o gado do vizinho ia pra roça do outro. Ali era o seguinte: se eles, no caso..., se eu morasse vizinho desse aqui e eu achasse, eles achassem que eu ou ele tinha acesso eles, nós num trabalhava mais, porque eles num deixava nós ir pra roça ...que era pra num ajudar eles e aí nós já ia

preso. Aí ali você... Quem era a mulher dele e a minha dava conta de mexer com aquela roça!? Alí o gado dos outros, o animal dos outros comia... acabava com tudo! Sorte se nós inda voltasse, se num achasse uma bala por aí! Isso que era o pior!”.

O Entrevistado 5 também demonstra indignação ao falar das perdas: “Perdemos tudo que tinha lá dentro! (...). O Exército matou porco, o Exército matou galinha!”. O Exército destruía, segundo ele:

Para os terrorista não comer... chegava nos pés de banana tudo com os cachos já madurando, e pinicava tudim, olha! cada um com facão pinicando. Derrubava pé de mamão, derrubava bananal cheio de cacho de banana madurando que era pros terrorista num comer. Chegavam num paiolão de arroz aí ó, como esse aí sabe - topado na palha em cima – tocava fogo!

O Entrevistado 5 contou que sua família foi retirada da moradia para que o Exército procurasse os “terroristas”:

“Num tinha mais ninguém lá dentro não. Tava todo mundo pra beira da estrada, nesse tempo já tinha essa Belém-Brasília..., como é?: Transamazônica. Tava todo mundo lá na beira. E eles aí dentro do mato feito... que nem porção cabando com tudo! *E aí zerou tudo, terminou, eles foram embora e nós ficamos... té hoje!*”.

As falas do Entrevistado 5 e do Entrevistado 2 provavelmente referem-se às consequências das ações de espionagem dos agentes disfarçados, na região, no período anterior aos combates da Terceira Campanha, quando todos os que haviam estabelecido qualquer tipo de contato com os “terroristas” foram identificados e, posteriormente, perseguidos, presos, torturados, tiveram plantações queimadas, foram afastados de suas residências.

Sobre a Terceira Campanha, Nascimento ressalta:

“As informações obtidas por esses agentes e o sistema montado levou à dezenas de prisões. Homens maiores de 18 anos, simpatizantes, militantes ou não da guerrilha, foram levados para o campo de concentração de Bacaba. Somente mulheres e crianças continuaram nas casas. Ocuparam roças, sítios, destruíram plantações. São incendiados paiós de milho e arroz construídos pelos guerrilheiros. Sem embargo, as Forças Armadas consideravam a população como amiga e simpatizante da Guerrilha, ela pagou um alto preço por essa simpatia” (NASCIMENTO, 2000 p. 141).

O Entrevistado 2 também comenta sobre a chegada do Exército, provavelmente, durante a Terceira Campanha: “Já veio já pegando, amanhecendo o dia em Xambioá não tinha ninguém, quando deu com vinte e quatro hora tava cheio, o Xambioá. (...) E acho que eles já tinha alguma pista deles eu penso que tinha...”.

Conforme os estudos desenvolvidos sobre a guerrilha, as duas primeiras campanhas aconteceram de acordo com as leis de guerra convencional, pois o Exército iniciou os embates utilizando tropas regulares e armamentos convencionais. Porém, na

terceira e última campanha, as Forças Armadas adotaram as mesmas estratégias que os militantes comunistas estavam utilizando; se infiltraram na comunidade camponesa disfarçadamente, com nomes falsos, à paisana e portando armamentos leves.

Nesse contexto, mais uma vez os camponeses foram enganados, pois os agentes que conviveram disfarçadamente entre eles, foram os mesmos responsáveis por suas prisões e presenciaram as ações de torturas as quais foram submetidos. Durante os relatos, novamente, os camponeses falam assustados e angustiados: “Nós não sabia!”. O contato com os “paulistas” ou com os militares, em ambas as situações disfarçados de camponeses, os levaram às perseguições, às prisões, torturas, perdas de seus lotes e plantações, e, em alguns casos, até mesmo à morte.

### **3.2 A luta pela memória por parte dos pesquisadores**

A maioria dos estudos realizados, ainda que alguns tenham como fontes narrativas orais e memórias dos camponeses, visam construir ou legitimar uma versão maniqueísta e hegemônica sobre a guerrilha, motivada por paixões, interesses e valores de um dos dois principais lados envolvidos, seja na perspectiva dos militantes, seja na perspectiva dos militares.

Durante muito tempo a Guerrilha do Araguaia ficou quase esquecida, sendo retratada basicamente pelo PC do B através de artigos, cartilhas e livros, bem como por outros trabalhos jornalísticos, sem rigor científico e acadêmico.

Dentre os documentos considerados fontes primárias de pesquisas sobre a guerrilha, destacam-se o *Relatório Arroyo*, o *Relatório Pomar* e o *Diário do Velho Mário*. Enquanto fonte primária de informação, o *Relatório Arroyo*, documento organizado pelo sobrevivente da guerrilha Ângelo Arroyo, é considerado o documento público mais importante sobre a guerrilha. O documento, no qual o autor relata as experiências vivenciadas durante a guerrilha, bem como faz uma avaliação pessoal sobre a mesma, norteou a elaboração dos documentos de avaliação do PC do B e publicações e pesquisas históricas relacionadas à guerrilha (STUDART, 2006).

No documento denominado *Relatório Pomar*, produzido pelo então membro do Comitê Central do partido e um dos idealizadores da guerrilha Pedro Pomar, o autor faz uma análise da derrota da guerrilha, fazendo autocrítica sobre a mesma. O relatório foi publicado em 1980 no formato de livro por Wladimir Pomar sob o título *Araguaia: O Partido e a Guerrilha*. De acordo com Studart (2006), Pedro Pomar esteve na região da

guerrilha antes do início dos combates com o objetivo de montar uma base de apoio e, assim como Ângelo Arroyo, morreu durante a Chacina da Lapa. Já o documento *Diário do Velho Mário* foi elaborado entre 30 de abril de 1972 e dezembro de 1973, por Maurício Grabois, um dos primeiros militantes a chegar à região e morto em dezembro de 1973 durante os embates armados no Araguaia.

Além dos documentos acima citados e da contribuição da imprensa que tem publicado desde 1996 documentos e depoimentos sobre a guerrilha, Studart relaciona ainda as principais publicações referentes à guerrilha. Após a Anistia de setembro de 1979 foram publicados os livros *A guerrilha do Araguaia* (1981), de Palmério Dória, *Diário da Guerrilha do Araguaia* (1979) de Clóvis Moura e *Guerra de Guerrilhas no Brasil* (1987), de Fernando Portela. Em 1996 foi publicado o livro-revista *Guerrilha do Araguaia – Documentos do PC do B*, o qual divulga o discurso oficial do partido sobre os acontecimentos. Em 1997, Romualdo Pessoa Campos Filho publicou o livro *Guerrilha do Araguaia – a Esquerda em Armas*, o qual resultou de sua pesquisa de mestrado. A partir de 2002 outras obras foram publicadas, são elas: *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*, elaborada por Verônica Bercht, o relato da ex-guerrilheira Criméia de Almeida, o qual foi publicado na página virtual da ONG *Desaparecidos Políticos*.

Com relação ao imaginário e a participação dos militares na guerrilha, em abril de 2005, o livro *Operação Araguaia – Arquivos secretos da guerrilha* foi publicado pela pesquisadora Tais Morais Hime Urbano e pelo jornalista Eumano Silva, os quais tornavam público a análise de documentos militares considerados inéditos. Ainda em 2002, outras obras foram publicadas, tendo como fonte a memória e as narrativas orais de militares, dentre elas, o livro de Élio Gaspari, *Ditadura Escancarada*, mais especificamente, o capítulo intitulado *A Floresta dos Homens sem Alma*, no qual analisa a guerrilha a partir de novas informações coletadas com militares, o livro *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*, do coronel do Exército Aluísio Madruga de Moura e Souza, também relata detalhes das ações das Forças Armadas durante a Guerrilha, da qual ele participou das operações de inteligência durante a Segunda Campanha. Por último, mas não menos importante, pode-se citar o livro do jornalista Luiz Maklouf Carvalho intitulado *O Coronel Rompe o Silêncio*, obra na qual o coronel Lício Augusto Ribeiro, que participou da guerrilha durante as três campanhas com o codinome Dr. Asdrúbal, concede longo depoimento ao jornalista sobre a experiência vivenciada no Araguaia (STUDART, 2006).

Nesses estudos, a luta pela memória se torna evidente, pois tendem a evidenciar fatos que legitimem a versão de um dos dois lados principais envolvidos na guerrilha. Ainda que recorram às narrativas orais dos camponeses, alguns se referem aos mesmos como *testemunhas* do conflito entre “guerrilheiros” e militares. Nessa perspectiva, os camponeses são representados pelos estudiosos de várias formas. Uns evidenciam suas contribuições com os “guerrilheiros”; outros com os militares, outros ainda os acusam de fazer “jogo duplo”.

Dessa forma, os estudos desenvolvidos por membros ou simpatizantes do partido tendem a enfatizar as falas dos camponeses que exaltam os feitos heroicos dos “guerrilheiros”, suas qualidades morais, suas ações de solidariedade com a população, por um lado, e a perversidade e crueldade dos militares, por outro.

O livro de Campos Filho, identificado como a versão defendida pelo PC do B, apresenta conclusões sobre a guerrilha que reforçam a memória dominante sobre o ocorrido. Dentre esses aspectos pode-se citar a refutação da possibilidade de que a Guerrilha tenha sido constituída enquanto um foco revolucionário e defesa de que foi a concepção maoísta que motivou a preparação da Guerrilha do Araguaia, determinando a elaboração de estratégias e táticas pelo PC do B adotadas no conflito. Dessa forma, em sua análise, ele destaca a importância do partido na preparação da guerrilha, bem como o envolvimento e participação da população camponesa no decorrer da mesma. De acordo com Campos Filho, as entrevistas e conversas informais com a população da região do Araguaia o permitiram constatar que

houve diversas formas de participação da população no movimento, fornecendo-lhe alimentação, dando guarida aos guerrilheiros, negando-se a fornecer informações aos militares e até mesmo participando diretamente dos núcleos da guerrilha. Alguns camponeses se incorporaram à guerrilha e centenas de moradores da região do conflito foram presos pelas tropas federais, sob suspeita de colaborar com os guerrilheiros; muitos, sem justificativa plausíveis para tal detenção (2003, p. 191).

Campos Filho conclui ainda que o envolvimento dos camponeses não se deu devido ao convencimento político, mas, principalmente, pela simpatia que tinham com os guerrilheiros e devido a forma como as Forças Armadas agiram no combate à guerrilha e com os camponeses.

Com relação aos camponeses que foram recrutados para atuarem como guias do Exército, Campos Filho registra:

“Tamanho terrorismo surtiu efeito de criar pânico na população. Incentivou a ‘deduração’ e, mais grave, criou imunidade para jagunços que se tornaram bate-paus e guias do Exército. Existiram dois tipos de guia: aquele que, após ser preso e espancado, foi obrigado a conduzir os soldados e o que se

aproveitou da situação, fosse em troca de dinheiro ou das terras doadas na OP-3, abusando da confiança que lhe era depositada, e que praticou também inúmeras barbaridades. Conta-se que esses bate-paus faziam parte do trabalho sujo que alguns soldados se recusavam a fazer, como a degola dos guerrilheiros” (2003, 148-149).

Com relação à guerrilha e aos guerrilheiros, Campos Filho enfatiza:

“É preciso entendê-la como um capítulo cruel, sangrento e violento da longa história dos movimentos populares no Brasil. E, também, enxergar naqueles guerrilheiros não desvairados terroristas, mas homens e mulheres corajosos, que tinham ideal revolucionário. Não visavam *destruir* o Brasil; ao contrário, acreditavam estar lutando contra a falta de democracia e a dominação do país por potências estrangeiras. E, naquele momento, a guerrilha era a única forma de luta possível. Os guerrilheiros eram, em sua maioria, jovens, mantendo a tradição das lutas sociais brasileiras. Impedidos de lutar livremente nas cidades, devido ao sistema repressivo imposto pela ditadura militar, embrenharam-se nas matas do Araguaia à procura da liberdade perdida” (2003, p. 25).

A abordagem de Campos Filho, ainda que tenha se reportado ao fato de que o PC do B, ao ser reorganizado em 1962 tenha optado pelo o caminho da luta armada como forma de tomar o poder, aponta para a ideia de não intencionalidade da Guerrilha, enfatizando sua existência como uma forma de resistência à ditadura.

Jacob Gorender, por sua vez, sistematizou o surgimento, perfil e atuação das organizações de esquerda consideradas opositoras do governo militar, abordando as diferentes concepções norteadoras das ações táticas e estratégicas das mesmas antes e depois do golpe de 1964. Numa perspectiva crítica, o autor avalia a Guerrilha:

"Paradoxal foi que a guerrilha do Araguaia, planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoísta, reproduzisse, no essencial, a tática de foquismo castro-guevarista. Ou seja: nenhum trabalho político prévio, início da luta por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando, etc.” (1987, p. 211).

O imaginário dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia é descrito por Hugo Studart (2006), o qual tem como principal fonte de informação o Dossiê Araguaia, relatório organizado e sistematizado por um pequeno grupo de militares no período de 1998 a 2001, e alguns documentos supostamente oficiais das Forças Armadas Brasileiras. Além de outras fontes escritas e publicadas, o autor recorreu a narrativas orais concedidas por militares que participaram da guerrilha.

Na versão dos militares, sistematizada no estudo de Studart, os camponeses são representados como tendo importante contribuição no combate militar aos “guerrilheiros”. Classifica os camponeses entre os que deliberadamente apoiaram os “guerrilheiros”; os que não ajudaram os “guerrilheiros” por medo de retaliações

militares e os que resolveram apoiar o combate aos “terroristas” em troca de recompensas material e/ou moral que lhes foram prometidas.

Com relação à ação *Contra-Rebelião na Guerra Revolucionária* empreendida pelo Exército, Studart (2006, p. 309-310) recorre ao Dossiê Araguaia, citando o seguinte fragmento:

“Deve-se ter em conta que dismantelar uma guerrilha, prevenir-se contra seu retorno, instalar guarnições para proteger as populações rurais e investigar os resíduos guerrilheiros são ações predominantemente militares. Identificar, prender e interrogar os rebeldes, buscando reabilitar aqueles que possam ser recuperáveis são tarefas policiais e da Inteligência. Estabelecer contatos com a população, impor e fazer executar medidas de controle, testar novos líderes, organizá-los, realizar todo um trabalho construtivo necessário para a obtenção de um sincero apoio da população, são operações essencialmente políticas. O resultado final desejado constitui uma junção dessas diversas operações, pois todas são essenciais”.

As ações do governo militar visava a adaptação das forças Armadas à ação contra-rebelde, dentre elas, inclui o trabalho social e político de “conquistar” o apoio da população. Studart (2006, p. 243) transcreve um trecho do Dossiê Araguaia, no qual fica perceptível esse fato:

*“O contra-rebelde fez realizar ações psicossociais junto à população, com distribuição de títulos de terra e fornecimentos de documentos de identidade. Sentindo, também, a necessidade de uma presença mais efetiva na área por parte dos órgãos federais e estadual, foram adotadas providências junto ao governo federal e estadual, buscando propiciar melhores condições de vida àquela população”.*

*“Em pouco tempo de atuação, o contra-rebelde conseguiu colocar a população a seu favor, o que levou grande insegurança aos guerrilheiros, pois passaram a não mais saber quem era a favor ou contra eles. Em consequência, passaram a evitar a abordagem das casas dos posseiros, com receio de serem denunciados ou, mesmo, de encontrarem nas posses o contra-rebelde, o que ocorreu não poucas vezes”.*

Conforme os fatos registrados, observa-se que a população camponesa representava um objeto de interesse também para as Forças Armadas. Ao se referir as novas ações da Aciso, realizadas pela FAB no período entre a segunda e a terceira campanha, denominada Operação Presença, com disponibilização de médicos e dentistas, bem como com distribuição de remédios e material escolar, Studart cita a avaliação contida no Dossiê Araguaia (2006, p. 143):

*“Esse trabalho foi altamente positivo, uma vez que angariou a simpatia e a confiança da população. Todavia, não foi conseguido o grau de lealdade desejado, em consequência da visão oportunista daquela gente, pois enquanto tava sendo beneficiada, mostrava-se grata às Forças Armadas. Mas, cessado o apoio, bandeava-se para o lado de quem lhe promettesse algo mais”.*

É importante observar que a expressão “visão oportunista” associada aos camponeses pelos militares, se refere aos que foram inseridos na categoria dos que faziam “jogo duplo”. E foi justamente esse oportunismo que, segundo Studart, levou alguns camponeses a cometerem atos bárbaros:

“As narrativas orais me revelaram ainda que, de pelo menos cinco corpos de guerrilheiros, talvez sete, moradores da região teriam decepado as cabeças, a serviço do Exército. A razão para tais atos, segundo os militares, era o prêmio em dinheiro vivo – 5 mil cruzeiros por guerrilheiro vivo, ou 10 mil se entregue morto, valor que na época dava para comprar um sítio de 50 hectares na região. Por isso, no imaginário deles, alguns camponeses resolveram colaborar com o Exército” (2006, p. 39).

A expressão “deduragem” utilizada por Campos Filho também tinha um significado peculiar para os “guerrilheiros”. Os dedos-duros eram considerados “inimigos” e “traidores” do povo e, como tal deveriam ser capturados julgados pela Justiça Militar Revolucionária, o “Tribunal Revolucionário”, o qual, dentre as penalidades aplicadas, incluía o justicamento. De acordo com Studart, além dos pistoleiros, grileiros, bate-paus, generais fiscais, poderiam ser julgados os próprios companheiros, bem como camponeses que supostamente estivesse fazendo “jogo duplo”.

Ao analisar os fatos ocorridos durante as duas primeiras campanhas, quando as Forças Armadas combatiam com tropas fardadas de acordo com as leis da guerra convencional, Studart enfatiza:

“Deve-se registrar, contudo, excessos de ambos os lados. Da parte dos militares, prisões arbitrárias, espancamento de moradores, a morte de dois camponeses sob custódia do Estado, como já dito, além da morte de quatro guerrilheiros que, a rigor, a tropa poderia, com algum empenho, capturar vivos e levar aos quartéis. Da parte dos guerrilheiros, justicamentos. Um jovem camponês, de 17 anos, que guiou um grupo de militares ao esconderijo dos guerrilheiros, foi capturado, julgado por um Tribunal Revolucionário e executado a golpes de facões. Logo após a segunda campanha, teria havido a execução de mais três camponeses suspeitos de colaborar com o governo, e de pelo menos um companheiro de guerrilha” (2006, p.41-42).

Studart relata os embates e momentos de enfrentamentos entre forças guerrilheiras e forças militares, ressaltando que os militares tinham admiração pela determinação e coragem dos “guerrilheiros”, remetendo-as às táticas de guerrilha. Na versão militar, os “guerrilheiros” tiveram “morte gloriosa” porque morreram na luta, “morte por sonho de revolucionário”. Segundo Studart, com base nos depoimentos e conversas que manteve com alguns militares que estiveram durante o conflito armado no Araguaia,

todos eles nutrem profundo respeito, reverencial até, pelos guerrilheiros que tomaram lutando. Especialmente por aqueles que representavam maior perigo no imaginário militar, como Dina, Osvaldão, Sônia, José Carlos, Velho Mário. Demonstraram, por outro lado, profundo desprezo pelos que fugiram dos combates, especialmente pelos dois dirigentes máximos do partido que deixaram a região ainda no início de 1972, no primeiro sinal da chegada das Forças Armadas – João Amazonas, presidente do PC do B, e Elza Monnerat, membro do Comitê Central do Partido (2006, p. 75-76).

Uma citação do Dossiê Araguaia, feita por Studart (2006, p. 300) demonstra a percepção militar a respeito da guerrilha e de seus idealizadores:

“Em vários capítulos deste livro, estão registrados os processos do PC do B no Araguaia, que não passou de uma louca aventura de seus dirigentes, que sacrificaram quadros bem treinados num movimento que desde o início, se fossem coerentes, saberiam que seriam derrotados”.

A partir dos aspectos relacionados acima, pode-se concluir que as formas como os camponeses que foram envolvidos no conflito armado são representados são motivadas pelos diferentes valores e interesses dos que relatam, escrevem e sistematizam. Dessa forma, torna-se relevante uma análise mais profunda das determinações das ações desses camponeses dentro do contexto histórico do ocorrido. Eles foram inseridos em projetos estratégicos dos quais não tinham informações nem conhecimento. De um lado, foram envolvidos num projeto de transformação social, via luta armada, de inspiração supostamente socialista e idealizada pelo Partido Comunista do Brasil; de outro, num projeto estratégico de suposta “defesa da ordem” e da “segurança nacional” protagonizado pelos membros das Forças Armadas Brasileira. Os que “colaboraram” com os comunistas são chamados de “elementos de massa” ou “base de apoio”; os que “contribuíram” com os militares: “guias”, “mateiros” ou “bate-paus” e os que são acusados de fazer “jogo duplo” são chamados de “traidores” por parte dos militantes do PC do B e de “oportunistas” por parte dos militares.

Nascimento, por exemplo, se refere aos camponeses que trabalharam como informantes do Exército em uma nota de rodapé da seguinte forma: “homens contratados pelo Exército como informantes. Eram utilizados como guias, também conhecidos como “mateiros”, nas caçadas aos *paulistas*” (2000, p.126).

É importante ressaltar que a maioria dos que trabalharam nessa condição, não foram por vontade própria. Os relatos abaixo mostram que foram forçados, muitos deles após várias sessões de torturas e espancamentos. Dentre as condições determinantes para que os camponeses fossem convocados para o trabalho como guia, destacavam-se:

o conhecimento da região e da mata e os contatos previamente estabelecidos com os “terroristas”, independente do tipo.

Tendo em vista que o convívio com os camponeses foi uma das táticas de guerrilha rural utilizadas pelos militantes comunistas, na qual esses primeiros eram objeto de aliciamento para o “Exército Popular Revolucionário”, poucos camponeses escaparam da suspeita de estarem colaborando com os comunistas.

Assim como os comunistas, os militares visualizaram os camponeses como possíveis aliados. Porém, para obtenção do apoio dos mesmos, agiram de forma contraditória. Se por um lado o Exército colocou em prática a operação Aciso, por outro, forçaram alguns camponeses a atuarem como guias na busca aos comunistas. Foram forçados a abandonar a família, a residência e a pegar em armas para ajudar o Exército a encontrar os “terroristas”. Segundo o depoimento de alguns, a ordem era matar!

Os camponeses, usados como guias, vivenciaram uma situação angustiante. Também foram chamados pelo Exército de “terroristas”, mesmo sem saber o significado de tal expressão.

Levando em consideração esse contexto, o Entrevistado 2 relata: “num tinha tamanho de pessoas que eles num deixava de levar como guia, qualquer tamanho. Se você já pudesse com a arma e você desse conta de andar junto com eles, você ia! (...) eu tinha 17 anos (...). Era eu e outro. (...). Eu inda trabalhei como guia..., mas é triste... num é bom não!”. O entrevistado relata detalhadamente como se dava a abordagem dos agentes do Estado aos camponeses na ocasião do recrutamento para a função de “guia”:

“E eles pegavam era assim... eles num ia pelo tamanho ou por a idade; era se você aqui, no caso, como eu moro aqui, aí você diz: Seu Olímpio eu sei quem é, ele mora... Ou às vez eles chegava aqui: o senhor mora aqui a quanto tempo? Você dizia: eu moro aqui tanto tempo, tantos anos. Aí: você conhece assim e assim? Eu digo conheço. Pois você ia! Você tinha que ir! Então você conhecia o lugar, eles num tava procurando... só se você num desse conta de pegar uma arma e levar, mas se você pudesse pegar, pudesse com a arma, pudesse andar, você ia mais eles! Então aquele ali era o seu guia. Era o guia que ele levava, porque você conhecia o setor”.

Situação complicada vivenciada pelos camponeses no Araguaia. Em meio ao conflito, vigiados pelo Exército e coagidos a colaborarem com a caça aos comunistas, os camponeses ainda temiam os “homens da mata”. Neste sentido, o Entrevistado 4 relata um acontecido, no qual ele foi envolvido e que, inclusive, determinou a sua prisão.

“Eles me prenderam porque aconteceu um caso muito interessante lá nessa propriedade... Eu não podia dizer que num conhecia os guerrilheiros porque eles moravam na minha terra, que comprei a terra e eles moravam lá (...) aqui depois dos “Veados” aqui, daqui a uns quatorze quilômetros. E eu não podia também... quer dizer, e o que aconteceu eu não podia dizer não tinha acontecido, porque os “guerrilheiros” tomaram um revólver de um camponês lá, que esse camponês blasfemou contra eles, e eles... uma certa vez ele... esse camponês vinha de Brejo Grande mais outro rapaz, aliás de Bom Jesus que era uma Vila - que acabou essa vila lá na época da guerrilha que o Exército chegou e acabou com tudo... Ele vinha e aí viram uma luz de lanterna, aí eles vinham [*sinal para informar que estavam bebendo*], o Expedito que era o morador de lá, que era o proprietário (...) aí blasfemou contra eles. (...) Quando eles viram o topete dos cavalos eles entraram no mato, eles... de noite, eles andavam só de noite. Depois dessa carreira que o Exército deu neles em 72 aí eles só andavam de noite. Aí ele diz que... o outro disse assim: rapaz é os “homem da mata”! (que eles tinha também esse apelido, paulista, homem da mata, num é) e ele disse: se eu topar eles aí eu toro no tiro! Esses vagabundos... Ele blasfemou contra, né, e eles ouviram. Aí eles capturaram ele até que pegaram ele numa emboscada aí né. Que ele vinha daqui, ia passando lá na casa do seu Cedilho e lá eles cercaram ele e tomaram o revólver, e aí ele ficou agoniado! Ele disse assim: olha, nós anda numa caça de “bate pau de polícia” e inclusive já executamos um (...) e disse: se você nos provar o contrário você... nós vamos lhe liberar! Quem pode dar um testemunho a seu favor? do contrário nós vamos lhe levar e você vai ser julgado pelo Conselho, viu, de sentença lá. E era só o... o Conselho de Sentença era só de mulher, as mulher que fazia o julgamento (...) de traidores, de bate pau de polícia. Aí ele chorou lá nos pés dos homem e disse [...], aí ele disse: tem seu Pedro aqui no quilômetro 14, tem seu Natal, seu Nogueira, tem seu Raimundo Tenente (...) Ele disse: nós sabemos que em São Domingos vocês num andam, quer dizer, ninguém anda armado, só você com esse revólver! E ele também era recém chegado aqui esse rapaz, era um pernambucano, mas já morava muitos tempos em Maranhão e veio pra cá. Aí ele foi, coincidiu achar só eu lá na...! quer dizer... como é que pode um negócio desse!? Disse: rapaz os homem da mata tomaram meu revólver...! Aí eu digo: rapaz e eles ainda tão aí, tão andando aí, porque da carreira eles ficaram assim meio afastado e tal...? Ele disse: Tão. Aí ele disse: queria que você fosse lá dar um testemunho. E eu fui. Nós pegamos a estradinha... ele queria ir... não nós vamos montado! Não, montado não nós vamos de pé. Deixa tua burra aí e nós vamos de pé! Era voltando pra cá em direção de São Domingos, e aí nós viemos que o Cedilho morava na beira dos Veados (...), já era de noite. (...). Aí eu cheguei, entrei... Boa noite, seu Cedilho falou, disse veio: senta! Aí eu disse: cadê os homem? Aí ele disse: de forma... (ele fala assim... um goiano véi lá da beira do... de Curumbá de Goiás [risos]: de forma que eles tão por aí! [risos]. Aí eles foram entrando, eles ouviu a fala, né, e foram entrando. Aí tava Nelito (...), seu Antônio pernambucano, é..., João Araguaia, é... Valdir, Zé Carlos – foi a primeira vez que eu vi o Zé Carlos foi nesse dia, eu num conhecia o comandante aqui do, do Destacamento A deles aqui na... era o Zé Carlos que é o marido daquela Criméia, aquela que tá viva, viu, a Criméia (...).

Aí eles foram sentando assim... aí o Valdir quando entrou disse: mas rapaz!... O Valdir era... O Valdir e o Piauí era alegre, moço, uns cara alegres assim rapaz, conversador! Aí disse: você por aqui! Aí me abraçou, o Valdir... o Valdir sempre é que ficava no barracão lá do terreno que eu comprei, porque eles... eu comprei o terreno em julho e quando foi em novembro eles foram embora de lá. Aí... apresenta aqui o nosso comandante Zé Carlos... Zé Carlos - ainda hoje eu me lembro ele com boné preto, óculos de grau e um fuzil modelo 45- encostou lá no canto lá. Aí eu disse: o que me trouxe aqui foi isso, isso, e isso... aí comecei ta, ta, ta ... e eles num falaram nada, só ouviam, todos calados. Aí que quando eu disse: e era só isso seu Zé Carlos, o que eu

tinha a dizer! Aí ele disse... virou pro... Aí o Zé Bãm... virou pro Zé Bãm e disse: Zé entrega o revólver do seu Expedito! (...) Aí o Zé tirou o revólver do bonau assim... (...) Ele não era... eu não o conhecia como bate pau; chegou aqui agora há poucos tempo, comprou essa propriedade na beira do Água Branca e está aí com a família, viu (...). Aí eles tiveram essa tolerância e aí mandaram entregar o revólver. Aí foi a vez deles... aí falou Zé Carlos, falou João Araguaia, falou Valdir... quando nós viemos sair de lá já era umas duas pra três horas da manhã, que nós saímos de lá, da casa de seu Cedilho. Aí eu disse assim... quando encerrou a reunião eu disse assim: seu Cedilho... (pausa) – lá foi aonde o Valdir disse pra mim que o Piauí, o Edinho advertiu ele: tenham cuidado com o Pedro! O Pedro é esperto! Porque eu começava a fazer perguntas pra eles lá, viu, eu começava a fazer pergunta e tal... (...)

E o que que ocorreu com o negócio do revólver... Eu disse: seu Cedilho, tudo isso, se aqui ficar, quem sabe nós vamos escapar da garra do Exército, mas se vazar, o senhor pode se preparar! Como eles aqui que acaba de dizer que eles vão vim atrás deles (e eles tavam lá ainda), nós vamos sofrer as consequências!”.

O Entrevistado 6, que também trabalhou como guia, relata que mesmo depois de liberado da obrigação de guiar os militares na mata, ainda continuou a servi-los:

“Pra você ter uma ideia, quando foi pra se findar da guerrilha, ficou a base aqui no Pau Preto. (...) Eu não podia trabalhar em nada! Eu tinha que ir lá todo dia; ou chovesse ou fizesse sol, daqui doze quilômetro... no Pau Preto, na base do Exército. Você tinha que ir lá todo dia dar notícia, se tinha alguma notícia de algum terrorista; ou chovesse ou fizesse sol você tinha que ir lá (...). Depois que me liberaram eu fiquei com essa missão, de todo dia ir lá dar notícia, se tinha notícia de algum terrorista (...) que ainda tava faltando dois... Aí ficou pior pra mim. (...) Ir a pé. Aí era o dia todo que você gastava... foi tristeza!”

Um relato feito pelo Entrevistado 2 evidencia as ações da “Operação Limpeza”, realizada pelas Forças Armadas na região:

“Se acabou aquilo em 74. Depois de 74 eu ainda fui preso! Em 76 eu fui preso; passei quatro mês na cadeia. Eu tava casado, já com poucos dias de casado, aí eu... eles vieram e aí fomos... eles levaram uma parte pra Belém. Que tinha sobrado um resto dos terroristas e tava lá matando o povo. Então, eu fui pra cadeia. (...). Em Belém. (...). Nós era quarenta e cinco. (...).

Todos eles voltaram, porque já (...), todo mundo deu o depoimento e aí foram ver como é que era as coisa. Lá encheu foi... trezentos e poucos policial da PM. Encheu lá dentro, prendeu homem, mulher e todo mundo, mas só lavaram um bocado pra Belém e os outros soltaram. Aí o Exército veio de novo, mas já veio pouco, já veio já espalitado. Fizeram só dar uma volta lá dentro pra saber se era ou não, mas aí era confusão errada, num era o que eles tavam dizendo que era. Só levaram nós pra Belém, passemos quatro mês lá preso e sendo justificado e, perguntando tanta coisa...”

Segundo o Entrevistado 2, após o período considerado como final da guerrilha, ainda foi vítima de perseguição por parte do Exército. Ele, juntamente com mais 44 pessoas, foi preso e levado para Belém, onde foi submetido a interrogatórios, e sessões de reconhecimentos de cartas e fotos:

“Que era pra nós ler e responder se nós sabia quem tinha feito, se nós sabia o que era... Bom, quando aparecia um foto das pessoas nós dizia: bom, ó esse é fulano, fulano, mas esses homens já morreram! (...) Pra ver se conhecia, sabia quem era, se ele tava aqui. Nós dizia: não, Não... esse pessoal aí, quando vocês tiveram... ele acabou! (...) Eles forçavam, procurava se nós sabia que era, que que era aquilo ali, porque era que nós tava preso (...) Nós num sabia porque, né... Uma parte nós sabia, porque uma parte foi uma confusão do INCRA com uma terra nossa lá que queriam tomar. Aí, mais aí a parte lá já era que nós era terrorista, nós tava sendo, no caso é... treinados por um terrorista que tinha sobrado, pra nós tá fazendo aquela confusão”.

Esse relato nos remete à realidade de conflitos fundiários que caracterizam a região do Araguaia e que, após o fim da guerrilha, passou por um processo de militarização.

### 3.3 A percepção camponesa sobre a guerrilha

A luta política e militar na qual a população do Araguaia foi envolvida pode ser considerada não apenas mais um reflexo do modo como a região e sua população é vista e avaliada pelos vários segmentos sociais, mas é também resultado das concepções políticas, dos interesses e objetivos, dos dois lados, do Partido Comunista do Brasil e do Governo Militar.

Assim como em quase todos os projetos pensados para a região e para a população, os camponeses não tiveram parte na elaboração desse projeto, não tiveram conhecimento de seus objetivos, porém sofreram e sofrem as consequências. A ida e preparação dos militantes para o combate armado, bem como a infiltração dos militares na população foram feitas de forma secreta. O envolvimento da população causou consequências que marcam a vida da mesma até os dias atuais.

O Entrevistado 6 relembra, com muita tristeza, as consequências do conflito armado para a população da região escolhida para a deflagração da guerrilha:

“As pessoa ficou muito, muito tempo... outros perderam as terras, saíram, foram embora. Ficou muito defasado isso aqui! Pessoas não queriam mais voltar, porque tinham perdido tudo. Às vezes corriam pra cidade, pra São Geraldo ou pra São Domingos. Voltar, fazer o que!? Não tinha mais nada pra comer! O que tinha, tinha arrancado, deixado dentro da terra, acabado. Você ia tornar recomeçar sua vida (pausa). Desse jeito! Você ia começar sua vida de novo, do zero!”.

Recomeçar a vida, num contexto pós-guerrilha, não seria tão fácil e simples como à primeira vista poderia parecer. A população da região onde ocorreu a guerrilha continuou num clima de terror por muito tempo: medo, perseguições, ameaças, coações,

bem como imposição de silêncio, fizeram parte do cotidiano, conforme relatos colhidos na região.

As lembranças traumatizantes dos fatos ocorridos durante o conflito armado, difíceis de serem esquecidas, mas expressamente proibidas de serem reveladas, foram durante o período pós-guerrilha silenciadas, notadamente, devido a presença de representantes das Forças Armadas na região. Um caso ilustrativo trata-se da permanência nas terras do Araguaia do militar que atuou na guerrilha com o codinome Luchini e que, tendo terminado o conflito, ficou conhecido pelo nome Dr. Curió.

O major Sebastião Curió, que durante a guerrilha assessorava interrogatórios de suspeitos de subversão, permaneceu no quartel construído após o fim da guerrilha no quilômetro 8 da Transamazônica, o qual comporta o 52º Batalhão de Infantaria de Selva e a 23ª Brigada de Infantaria de Selva. O sul do Pará ficou sendo controlado pelo Serviço Nacional de Informações e pelo Centro de Inteligência do Exército, através de alguns agentes comandados pelo Major Curió. Desde o início de 1977, Curió passou a atuar como um “deus” numa pequena comunidade de aproximadamente 200 famílias camponesas localizada às margens da estrada Operacional nº 3 (OP-3), das quais ele monitorou e manipulou suas atividades o quanto pôde. A maioria dos moradores tinha participado da ULDP – União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo e, após terem sido forçados serem guias dos militares ganharam a recompensa de 200 hectares de terras situadas nas margens da OP-3. Conforme Portela:

“Mas nem todos os moradores da estradinha são ‘comunistas recuperados’. Há **bate-paus**, dedos-duros da polícia que não precisaram apanhar para servir de guias, e jagunços que também não apanharam, além de várias famílias que nada tiveram a ver com a guerrilha” (1986, p. 98).

Naquela comunidade, os visitantes eram monitorados, os camponeses não podiam vender os lotes recebidos e foram proibidos de se relacionarem com os padres da região, pois eram acusados por Curió de serem comunistas. Ainda de acordo com Portela: “em compensação, recebem assistência médico-dentária, financiamento para suas lavouras, organização de festas religiosas e forrós, escolas e muita pregação cívica, gênero “corrente para frente” e “Brasil grande” (1986, p. 95).

Conforme registra Campos Filho:

“Figura polêmica, odiada por alguns, temida por outros, o major Curió constituiu-se na lei por aquelas plagas. Ele comandava não somente uma equipe de *secretas*, mas também um séquito de bate-paus, jagunços elevados à condição de braço armado do Serviço Nacional de Informações. Curió expandiu sua ação e autoridade por todos os garimpos da região, exercendo

tamanha influência que foi uma dos deputados federais mais votados do estado do Pará, em 1986, Sua rede de informações era tão eficiente que nenhum elemento estranho na região passava despercebido” (2003, p. 168).

Todo esse contexto dificultou o conhecimento dos fatos relacionados à guerrilha. Porém, com o transcurso do tempo, o qual contribui para amenizar a dor e o sofrimento de alguns, bem como devido a abertura democrática e a relativa liberdade de expressão, as pessoas sentem-se mais a vontade para falar sobre as experiências vivenciadas durante a guerrilha. Os camponeses expressam suas memórias visando reconstituir a percepção que têm sobre o ocorrido. Porém, esses relatos precisam ser analisados numa perspectiva da memória social enquanto construção, perpassada por determinações do contexto atual.

No contexto atual podemos visualizar alguns fatos e agentes que influenciam no processo de evocação de lembranças, dentre esses: a presença de estudiosos, pesquisadores, jornalistas, Associações, Partido Político, militares, Comissão de Anistia, Grupo de Trabalho Araguaia, etc. A evocação de lembranças por parte dos camponeses a partir do momento presente é evidenciada quando os mesmos se referem aos acontecimentos atuais, como os grupos de pesquisa, a atuação da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia e a tramitação dos processos de indenização.

A “Caravana de 80”, por exemplo, constituída por familiares dos desaparecidos e por setores da sociedade civil, como os Movimentos de Anistia, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, setores da Igreja Católica e alguns parlamentares de outros Estados e a imprensa, vasculhavam um passado ainda bem recente. O Entrevistado 1, provavelmente refere-se a essa caravana quando, ao relatar sobre o contexto do fim da guerrilha, relembra momentos de medo e insegurança:

“Sei lá... era tanta revolução ao redor da gente! (...) Acabou, num teve mais problema nenhum. Aí depois, com muitos dias... passou um tempo; uns seis meses ou um ano, esse povo saíram por aqui caçando esse povo que sofreu e aí todo mundo se escondendo sem querer ver esse povo. Eu mesmo era desse [...] eu passava no meio deles todo hora. Eles procurava ... Eu num sabia nem o significado. Dizem que eles andavam procurando na rua um senhor de Ângelo [...] ninguém sabia do meu nome aqui, só Carneiro! Aí um dia eu falei pra uma mulher... eu morava ali embaixo, na feira... eu disse: rapaz, amanhã se aqueles homens vier aí eu vou falar pra eles! Rapaz te aqueta! Eu: mas rapaz...! [...] conhecia eles, eles só tomavam café lá, merendava lá. Aí eu saí, levantei, fui... bebi um cafezinho assim numa banca... aí eles foram me procurar: você num conhece um fulano de tal assim e assim...? eu digo: rapaz, eu num conheço não! Eu digo: mas porque assim? Ah é porque nós tem que falar com ele por isso e isso... Eu digo: pois o senhor ta falando com ele! Cê é o Ângelo? Eu digo: sou! Ficou lá duvidando. Eu peguei meu documento e digo: ó aqui! Aí foi que surgiu esse negócio de fazer esses processos, eles andavam por disso. Mas todo mundo ficou nervoso! É tão

tanto que tem gente que sofreu pra danar e num fez nem processo com medo! (...) Com medo de ser preso de novo. Teve foi muitos que num fez. Tem um amigo da gente aqui que... daquele tempo que soltaram ele ele mudou pra Belém, ele veio fazer processo agora, porque um amigo meu foi lá e viu ele lá e contou a situação... Mas nem aqui ele num veio! Ele mandou de lá os documentos dele, os dados, aí foi que fizeram”.

O Entrevistado 2 também relembra o contexto de perseguições e ameaças após o fim da guerrilha causando um clima de medo e silenciamento:

“Quando terminou, que tavam indo embora as polícia, apareceu uns membros, apareceu umas pessoa... uma mulher que... grossa, forte, eu acho que era parente deles, do Paulo, do Juca do [...]. Eles choravam, ele perguntando as pessoas que conhecia e aí muita gente num dizia nada; eu mesmo vi e eu num falava nada, porque eu tinha medo daquilo que eu tinha ouvido, o que eles dizia, que eles falava aquilo, mas era com a arma encima da gente. Então quem que num tinha medo? Agente tinha medo daquilo! A gente quando pensava em dizer uma coisa que você via, você pensava naquilo que você tinha passado! Quem vai dizer!?”

(...)

Pois era por isso que a gente tinha medo, aqueles que ia (...) *dos dois lados*, você tava preso ali, num... no meio do fogo sem saber pra onde corria, porque você ver... às vez eu via, no caso: você, no caso, era parente de alguém você procurando se eu num tinha visto. Às vez eu tinha visto, às vez eu lembrava que eu tinha visto eles, mas eu olhava pra você e eu tinha dó, me doía por dentro, mas eu ia dizer porque!? Eu pensava naquilo que eles tinha me dito lá dentro do mato, lá no mato... eles falavam!”.

Num contexto de repressão e censura, os fatos relacionados à guerrilha do Araguaia permaneceram por muito tempo negados e silenciados. O Exército Brasileiro reconheceu oficialmente a ocorrência da Guerrilha no Araguaia somente em dezembro de 1992.

“Além disso, paulatinamente tem sido ampliado o número de militares que rompem o cerco da censura institucional-corporativa e resolveram prestar esclarecimentos sobre os fatos dos quais foram protagonistas. Dentre os militares que resolveram falar, estão o Coronel da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral, o Major Sebastião de Moura Rodrigues e o Sargento José Pereira. O primeiro, além de escrever um livro (romance), forneceu informações detalhadas no depoimento que prestou à Comissão Externa da Câmara dos Deputados, em 1993, que investiga o paradeiro dos desaparecidos políticos. O Major veio a público em abril de 1996, contar sua a versão sobre aqueles dramáticos acontecimentos. E por fim, o Sargento José Pereira acrescentou informações inéditas, numa longa entrevista ao jornalista Euler Belém do Jornal *Opção* de Goiânia-GO, publicada em novembro de 1997” (NASCIMENTO, 2000, p. 123).

Atualmente, o Grupo de Trabalho Tocantins, constituído por colaboradores camponeses, ex-guias e antigos soldados buscam os restos mortais dos desaparecidos, tentam reconstituir os fatos através das reminiscências dos que vivenciaram a experiência e escavam nas localidades onde supostamente teriam sido enterrados os corpos, em um contexto atual totalmente transformado.

O processo de rememoração das experiências vivenciadas durante a guerrilha, por parte dos camponeses, é perpassado por esforços de seleção, sistematização, organização, reflexão e adaptação aos diferentes contextos nos quais está sendo evocada e expressada essa memória, bem como de julgamentos e atribuição de significados.

Hoje, ao lembrar, esses mesmos camponeses, tantas vezes submetidos aos interrogatórios por parte de militares, depoimentos por parte da Comissão de Anistia, do Grupo de Trabalho Araguaia, de relatos por parte de estudiosos e pesquisadores, desconfiam. Temem as consequências de suas lembranças mais comprometedoras. Procuram relatar suas experiências da forma mais coerente e conveniente possível.

A concepção do Entrevistado 2 sobre o trabalho realizado pela Comissão de Anistia, bem como sobre os trabalhos realizados por estudiosos e pesquisadores da temática da guerrilha ilustra esse fato. Ao falar sobre os processos de anistia política e indenizações, ele relata:

“Eu nem sei, eu tem hora que eu penso assim que isso pode ser uma política, que eles tão querendo trazer de novo, que eu num sei, que hoje o governo tem muita ideia, né. Mas, ou pode ser de verdade, né, que seja isso uma indenização, que seja um... sei lá, uma coisa que eles tão pagando porque eles tiveram aqui eles falaram que aquilo era que o Brasil deve, tem que fazer”.

O Entrevistado 2 fala ainda sobre o sentimento de medo que impossibilita algumas pessoas de expressar suas memórias até mesmo quando se trata de relatar suas experiências para fins de obtenção de indenizações:

“De qualquer maneira, muitos perderam a terra, muitos perderam! Outros... tem muitos que hoje nem isso num fala porque ainda tem medo do que passou. Pessoas que... às vezes aconteceu alguma coisa e eles seguram pra num falar, porque eles pensam assim: disso também ser a mesma revolta do que passou no início. (...) Pode esse trem voltar de novo e vier catando o que sobrou. Aí é que a gente tem medo! (...). Justificar a pessoa..., quem ficou, quem andou naquele tempo. Porque aquilo ali num deixa de você, no caso, como é hoje: eu tô conversando aqui com você... Se na frente, daqui pra frente vocês irem, é..., nenhuma coisa, eu às vezes eu machuquei alguém, né? E aí, sobra o quê? Vai sobrar pra mim! Porque eles pensa assim: pois tem gente que ainda hoje relata aquilo! Vamos supor como tem o, o Curió: ele é vivo, e ele era um dos daqui! Um dos mandantes daquela época, e era um dos que num brincava com ninguém! E o que será da vida dele se ele ser solto, porque eu num sei se ele foi preso!? Ameaçado ele foi de ser preso, porque ele fez muita coisa que num devia fazer. E se ele ser solto e pegar uma, uma liberdade de fazer alguma coisa? Que que a gente pensa que ele vai fazer, se no caso ele conseguir isso, né? Aí que é preto, porque se ele pegar aquela mesma cobertura que ele tinha naquela época ele tem cara de fazer isso, porque ele num se arrepende (...)! Então isso é que é as coisas que a gente pensa, muitas vezes a gente pensa nisso! A gente conversa assim, conta às vezes muita coisa e você pensa que..., às vezes você ta maltratando um ali (...)!

Eu ainda tenho um ainda pouquim de medo. (...) Porque a gente tem medo das coisas... A gente conta as coisas, ta certo, porque hoje cê chega pra procurar, pra ter assim um rumo das histórias, umas coisas, a gente conta.

*Mas caça sempre aquele lado mais fácil pra gente contar, porque é complicado demais! É triste!”.*

O “lado mais fácil” mencionado pelo Entrevistado 2 parece ser o da não ruptura com o que está posto, a manutenção da memória oficial sobre a guerrilha e do silêncio sobre o que parece ser inconveniente, bem como a expressão de lembranças cerceadas, lapidadas.

Os camponeses, tantas vezes submetidos a entrevistas e interrogatórios, se esforçam em relatar as mesmas experiências relatadas no tempo em que foram presos pelo Exército ou as mesmas experiências relembradas durante depoimentos concedidos à Comissão de Anistia para fins de indenizações. Esse fato é perceptivo a partir da fala do Entrevistado 4, o qual demonstra preocupação em não contradizer o dito anteriormente ou mesmo não deixar de dizer coisas que ele acha ser interessante para os que o entrevistam.

O Entrevistado 4 nos concedeu uma entrevista longa, descritiva e explicativa. O mesmo tem como característica uma boa oratória e notório conhecimento a respeito do contexto histórico no qual ocorreu a guerrilha do Araguaia, demonstrando, em seus relatos, ser bastante informado politicamente. Camponês piauiense, lembra que entre 18 e 19 anos de idade prestou serviço militar obrigatório em Teresina-PI e em 1960 saiu do Exército e foi morar em Goiás. Chegando em Goiás, começou a militância nas Ligas Camponesas, onde teve contatos com outros militantes engajados e aprofundou sua formação teórica com leituras de autores considerados marxistas, bem como sobre a trajetória de Che Guevara, Aldo Ribeiro, Capitão Lamarca, entre outros, ao mesmo tempo que acompanhava os movimentos políticos brasileiros da década de 1960. Após a implantação do regime militar o mesmo abandona a militância e foi para Imperatriz-MA, permanecendo lá até 1970.

O Entrevistado 4 disponibilizou o relatório feito a partir da entrevista que ele concedeu à Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, e a entrevista concedida por ele ao Grupo de Trabalho Araguaia, e ao “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias reveladas”.

É importante mencionar que o Entrevistado 4 explica que o depoimento concedido à Comissão de Anistia foi o mesmo declarado por ele durante seu interrogatório na sede do DNR quando foi preso pelos militares acusado de colaborar com os “terroristas”:

“Esse depoimento que você tá... que você ta aí... do Marlon, do Dr. Marlon. Essa história que eu contei pra Dr. Marlon aqui, que serviu pra... o requerimento é a mesma que eu escrevi lá... que eles escreveram lá. Aí depois veio outro e me pegou. (...). Ele botou uma cadeira pra mim sentar enquanto os outros num... (...) Lá em Marabá, lá no DNR lá, preso lá”.

O Entrevistado 4 evidencia em seus relatos todo o esforço que faz para manter viva a memória da guerrilha:

“Eu tenho um..., uma pasta cheia só de recortes de jornais... Pego os jornais e vou olhando as manchetes pra ver onde tem um... (...) Só a parte que se refere àquele movimento daqui, guerrilha, essa coisa, tal, só... Aí eu vou arquivando. Porque nós temos a intenção de criar o Museu da Guerrilha aqui do Araguaia”.

### 3.4 A memória dominante

Os depoimentos dos camponeses tendem a convergirem para a versão oficial da Guerrilha construída pelo principal protagonista desse movimento, a saber: o Partido Comunista do Brasil. Dessa forma, tendem a exaltar os feitos, considerados heroicos, dos militantes desse partido.

Quando questionados sobre a concepção que têm dos militantes participantes da guerrilha, mesmo após o sofrimento causado por esse movimento, prevalece entre os entrevistados o consenso em afirmar que os militantes eram pessoas boas, solidárias e inteligentes.

O Entrevistado 2, explica:

“Eles morava no meio de nós. Boas pessoas, tratava bem, eles num tinha hora”(...). “Eles eram bom de bola, eles brincavam, faziam questão de brincar de bola (...). E eram boas pessoas pra tratar da gente”. (...). “...e eles eram muito boa pessoas e eles tinham aquilo mais a sério com eles porque o que a gente falava com eles, só se não tivesse..., mas se tivesse eles dividiam com a gente...”.

As falas dos camponeses entrevistados nos remetem aos comentários feitos por Portela: “a boa fé folclórica das populações brasileiras do interior logo santificou os “paulistas” e a ninguém ocorreu perguntar o porquê de tanta bondade”. Em seguida o autor conclui: “mas o que diriam os habitantes do Sul do Pará e do Norte de Goiás se surpreendessem aquelas mesmas pessoas encantadoras em certos exercícios noturnos, nos seus destacamentos” (PORTELA, 1986, p. 39).

A maioria dos estudos desenvolvida sobre a temática contribui para reforçar a memória social dominante construída pelo Partido Comunista do Brasil. Procuram mostrar a conduta ética e moral dos militantes comunistas, enfatizando atividades de

assistência à população, a atuação como médicos, professores, animadores de comunidade, etc. A fala de Aldo Arantes sobre a guerrilha, durante o evento comemorativo dos 40 anos da Guerrilha do Araguaia, ocorrido em São Domingos do Araguaia-PA em 2012, por exemplo, mostra a continuidade da manipulação da população, pois ele afirma que os militantes do partido abandonaram suas vidas nas cidades, onde desempenhavam profissões bem sucedidas, para ir ao campo ajudar a população sofrida sem, no entanto, fazer nenhuma referência aos reais motivos daqueles militantes que eram conseguir o “apoio” da população camponesa para seus próprios objetivos e pouco se preocuparam com as consequências daquilo para a população.

Portela analisa a atuação dos militantes comunistas na região do Araguaia, porém faz uma observação que contribui para que a compreendamos criticamente. Ao fazer referência à forma como Osvaldão e os outros comunistas se relacionavam com a população da região, o autor enfatiza:

“Não é necessário ser camponês analfabeto do Araguaia para sentir uma grande simpatia pelos militantes comunistas nesta sua fase de atração das populações. Uma técnica simples, funcional, pode-se dizer milenar, usada, ressaltando-se as proporções e as intenções, por qualquer candidato a vereador em favelas ou periferias” (PORTELA, 1986, p. 38).

A fala do Entrevistado 1 demonstra o processo de construção da memória dominante da guerrilha. Mesmo não tendo vivenciado algumas experiências, por exemplo, o trabalho na condição de guia, ele procura reproduzir as representações dominantes a respeito dos “homens da mata”:

“Eles fazia questão de não atirar nos guia, porque diz que guia num tinha culpa... *assim que eu ouvi falando*, né. Mas num tinha jeito não, era tudo misturado, caía tudo no chumbo! (...). O Exército andava era a paisano, num era fardado não. Tudo dum jeito só!”

No relato acima, embora seja perceptível o esforço de contribuir para a manutenção da memória dominante, percebe-se a contradição no discurso que, como a maioria na região, não está totalmente organizado na memória social, tendo em vista que as experiências particulares, bem como os valores e interesses às vezes não coincidem nos diferentes indivíduos.

Na pesquisa realizada por Portela, baseada principalmente na coleta de depoimentos na região do baixo Araguaia, ainda durante o período de censura e de negação por parte do governo da existência do acontecimento, o autor narra a história da difícil situação do guia China, o qual, após ter sido recrutado pelo Exército para localizar os guerrilheiros, foge e fica com medo por se sentir ameaçado tanto pelos

militares quanto pelos guerrilheiros. A fala a seguir é do ex-guia: “eu estava escondido dentro d’água, num brejão, só com a cara de fora... e eu fiquei assim dois dias, porque sabia que iam me pegar dos dois lados, ou os **homens da mata** ou o Exército, mas um compadre me ajudou e eu sumi...” (1986, p. 26).

### 3.5 Após a Guerrilha

Ao final das entrevistas, questionei sobre a visão dos camponeses hoje sobre a guerrilha, sobre a avaliação dos mesmos a respeito desse acontecimento e, as repostas apontaram numa direção que pode ser sintetizada a partir da fala do Entrevistado 4: “Pois é, e a guerrilha trouxe... porque é aquele negócio, toda guerra trás benefício; tem seus male, num é!? Mas trás benefício”.

Tais “benefícios” são explicitados dessa forma e incentivam uma determinada versão da história. Sobre o lado negativo da guerrilha, o Entrevistado 4 ressalta: “foi a maneira que o Exército realmente se comportou aqui dentro, e como ele agiu e continua agindo”. Ao fazer referência à expressão “guerra suja de ambos os lados”, usada no livro “Guerras e Guerrilhas!”, ele enfatiza: “Eles não querem se conformar que tavam errados eles mais do que os camponeses, os guerrilheiros, porque num... ainda hoje tão sonegando o que é de direito do povão!”.

A sonegação a que o Entrevistado 4 se refere tem a ver com a falta de informação, por parte do Exército, sobre o paradeiro dos restos mortais dos que foram mortos durante os conflitos armados, bem como a falta de indenizações para os camponeses prejudicados com a guerrilha no Araguaia. O entrevistado demonstra insatisfação e descrédito na forma como o governo tem agido para cumprir a sentença da Justiça Federal, relacionada à obrigação de descobrir a localização dos restos mortais dos desaparecidos, bem como identificá-los:

“Aquele negócio do Exército ta procurando aqui ossada aqui, quer dizer, tão perdendo tempo, ta perdendo tempo! Porque o Coronel João Pedro pegou cinco cadáver aqui no aeroporto aqui e ele disse que levaram pro pé da Serra das Andorinhas, desceram gasolina [...] e ataram fogo, virou carvão! Pronto, cabou! Mas o que eu acho ruim... outros soldados, ex-soldados diz que carregou, deu várias viagem de caminhonete de Xambioá... saco de ossada jogaram lá no encontro das águas ali do Itacaiúnas com o Tocantins, viu! Mas isso também pode ser disfarce, pode ser ossada de gado, viu, pra disfarçar! É até verdade é que até hoje que quem sabe, como eu falei, lá, quem sabe é o Curió! Curió sabe onde é que botaram os ossos, a ossada dos 41 que até agora eles num... eles num deram conta”.

O Entrevistado 4 relata sua participação em uma das expedições do Grupo de Trabalho Araguaia na região onde, supostamente, seriam encontrados vestígios dos corpos dos desaparecidos:

Eu tive aqui com... me levaram aqui pra Bacaba agora um tempo desse – tem um ano e pouco (...). O general Madeira tava aí, que tava comando essa unidade militar aí (...) e mais a Diva, a Diva que é... a Diva Santana é que é irmão de uma das guerrilheiras que morreu aqui; veio atrás de mim, fui lá (...) pra mostrar lá onde tavam cavando um lugar, viu, tava, tirando, escavando um poço, e eu cheguei lá e disse pro general: general... ele perguntou pra mim, encostou pra mim... disse [...] lá e perguntou: você acha que tem alguma coisa aqui porque tão cavando porque deu um sinal aí, um metal, uma coisa aí e a gente quer ver o que é! Eu falei: vamos ver! E aí descobriram uma lata velha de C10 daquela época. E ele disse: mas o que que funcionava aqui na época que você teve aqui preso? Aí eu disse: aqui era um galpão, aqui ó, esse cimento que você ta vendo aí isso aqui é o galpão que nós ficamos, aqui era um almoxarifado [...] junto... quando nós saímos da prisão de Marabá nós viemos pra cá.

A maioria dos camponeses já foi chamada a colaborar com as expedições desse grupo, porém, relataram que nenhuma delas tiveram sucesso. Além disso, os entrevistados associam a falta de obtenção de resultados positivos com a não disponibilização de informações oficiais das Forças Armadas sobre os acontecimentos durante a guerrilha.

O Entrevistado 2 assim se refere ao trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Araguaia:

“Muitas vezes eles chega... já tiveram... quantas vezes procurando se a gente num sabe aonde é que tem um enterrado? Onde mataram um? Como é que a gente sabe!? Por o tempo: em 72, hoje nós tamos em 2012, tem como você acertar!? Nessa época aonde era uma montanha de mato, de cipó, de coisa mais feia do mundo, hoje é um [...] de gado que ta de berada, de coisa fundo [...] cê sabe onde que foi enterrado alguém ali!?”.

Além de associarem a falta de informações com a falta de resultados positivos da atuação do Grupo de Trabalho Araguaia, os camponeses também mostraram-se insatisfeitos com o trabalho da Comissão de Anistia, a qual, conforme já mencionado, foi criada para cumprimento de uma decisão judicial, para fins de reparação e indenização dos que foram prejudicados durante a ditadura militar, período esse no qual aconteceu a guerrilha.

Os camponeses da região do Araguaia foram envolvidos das mais diversas formas na guerrilha, porém, a importância da participação dos mesmos tem sido minimizada nas avaliações do próprio PC do B. A Caracterização como “elementos de massa”, “apoio” ou simplesmente “moradores da região” invisibiliza a verdadeira dimensão de tal participação, ainda que involuntária e não consentida.

As polêmicas que surgiram a partir das medidas, iniciadas em 2002, destinadas a reparar danos sofridos por cidadãos brasileiros durante a ditadura militar evidenciam o fato exposto acima. Além das polêmicas relacionadas ao direito a ser indenizados num primeiro momento, a disparidade relacionada à quantia a ser recebida entre militantes comunistas e camponeses evidenciam o valor atribuído ao envolvimento dos camponeses.

Na perspectiva dos guerrilheiros, a “massa camponesa” seria o apoio necessário à guerrilha e, conforme a fala do Entrevistado 4, quando questionado se os comunistas não teria tentado convencê-lo de participar de luta armada,

“eles apenas disseram assim... que precisavam de pessoas que dessem apoio a eles no campo, mas precisavam também que tivesse pessoas na cidade pra dar apoio; que sem alimento não se ganha a guerra! Se não tiver alimento, pode ter a melhor arma que tiver e não ganha a guerra... eles que falaram isso. (...) Quem nem todo mundo ia pra o campo de batalha”.

Muitos dos camponeses que foram envolvidos em todas as fases da guerrilha, principalmente na fase de suposta preparação, quando conviveram com os militantes comunistas do PC do B acreditando que eram camponeses migrantes, foram presos, torturados, ficaram com sequelas físicas, perderam casas e roças incendiadas pelo Exército, porém, ficaram por algum tempo de fora da relação dos que deveriam ser beneficiados com indenização do governo e, somente 35 anos após o fim da guerrilha foram considerados merecedores de reparação, enquanto há algum tempo os militantes do PC do B já recebiam pensões e indenizações.

Até o momento, apenas 44 camponeses tiveram seus processos analisados e deferidos. Além da indenização cada camponês recebe uma pensão que, quando comparados com as reparações concedidas aos militantes comunistas, demonstram a desvalorização do envolvimento camponês no conflito armado. As justificativas já foram interiorizadas pelos camponeses, conforme percebemos no relato do Entrevistado 3 quando ele critica o fato de alguns camponeses terem sido indenizados por conta da perda de terras: “Eles só foram indenizados mais por causa de terra, só terra... (...). Nenhum perdeu terra porque nós era grileiro, porque nós entremo foi na mata, e tiramos área de terra e fomos assituar...”.

Em seguida o Entrevistado 3 explica que as indenizações deveriam ser:

“Era por causa das plantações, dos legumes que ele perdeu, da taca que nós peguemos sem merecer, porque o exército chegou foi pegando todo mundo, carregando!... (...). E aí as plantinhas que a gente tinha, foi destruída. Eu mesmo cortei cacho de banana mais ou menos dessa altura assim... assim a...”

quase a metade maduro, que o comandante disse pode cortar! Aí eu meti o facão. Pé de mamão ... pra eles num comer o mamão! (...). As cana... moita de cana cortava e tacava fogo!...”.

Após descrever as condições desumanas em que foi submetido durante sua prisão, o Entrevistado 4 expressa:

“Meu amigo! Num tem dinheiro que pague uma humilhação dessa! Indenizaçãozinha de cento e tantos mil reais! Quer dizer, foi... bom... serviu sim... porque num serve é nada, num é!? Eles alegaram também que nós não tinha vínculo empregatício por isso que a indenização era pouca. Também num éramos os donos das terras, era apenas posseiro, num é, aí por isso que era só isso!”.

O Entrevistado 4 comentou sobre os processos de anistia dos camponeses, denunciando que os mesmos foram suspensos por causa de falsificação feitas pela Consultoria Elmo Sampaio. Ele avalia que esse problema está acontecendo porque as informações a respeito da Guerrilha do Araguaia nunca foram esclarecidas por parte do governo.

O Entrevistado 4, bem como outros entrevistados, tanto os que já foram indenizados quanto os que ainda estão com o processo em tramitação, demonstram grande insatisfação e angústia pelo fato de camponeses que não foram prejudicados diretamente pela Guerrilha terem tido seus processos analisados e deferidos, conseguindo indenização enquanto tantos outros que realmente sofreram as consequências ainda continuam longe de serem reparados, principalmente as famílias dos que já morreram. Ao descrever a forma como é feito o processo de falsificação dos processos, dos relatos que constarão nos processos de requerimento de anistia, ele compara essa ação a de um analfabeto que delega a responsabilidade da escrita a alguém que sabe escrever.

Nessa perspectiva, o Entrevistado 5 e o Entrevistado 3 também enfatizam que a falsificação de processos está acontecendo por falta de contribuição das Forças Armadas, as quais não tornaram públicas as informações sobre a guerrilha na Araguaia. Os mesmos explicaram que algumas pessoas recorrem às histórias dos que realmente vivenciaram o contexto da guerrilha visando ser beneficiados financeiramente.

Dessa Forma, o Entrevistado 3 explica:

“Por isso é que tá essas mentira rodando aí, porque se ainda tivesse essa relação do povo que foram preso naquela época, num tinha corrido essas mentira que tão indenizando o povo aí sem merecer. (...). A maior parte tão indenizado sem saberem nem contar a história. Conta a história minha, do Severino, de outros qualquer, porque nem na época aqui eles num tavam... e tão sendo indenizados! E aí passam por a gente aí só disfarçando...”.

O Entrevistado 3 também comenta a forma como os processos são falsificados: “Como é que eles comprovam? Não, eles pegam um... porque tem gente muito sabido, né, que pega sua história - como a desse rapaz aí..., a minha - aí faz uma relação bem feita, aí manda pro Ministério Público aí lá oh, vai e passa!”.

Nesse mesmo sentido, o Entrevistado 2 comenta:

“Tem muita gente que conta... conta o que ele viu, o que ele ouviu dizer, tudo ele conta. E tem as pessoas da memória boa aprende aquilo e conta (...) que foi ele que viu, foi ele que passou. Aí a coisa fica misturada. E é das coisas assim que a gente tem medo de falar, assim, que ele tá mentindo. Porque assim: o que eu passei eu num posso dizer que o menino aqui passou! Às vezes nós morava vizinho, porta com porta, mas naquela época eles chegavam, aí eles pegavam ele ali e dali saíam...: pra onde é que vão com fulano? Não, eu num sei. A polícia chegou, pegou ele e levou! (...) O que que eu sei que ele passou lá!? Se ele passou bem ou passou mal, o que que fizeram com ele? Eu fico de cá se apegando com Deus que ele seja feliz, que Deus num bote a mão no lado errado! Isso é que a gente pensa. Aí eu num posso afirmar uma história que ele conta porque... Bom, contar assim que ele foi preso eu conto, eu digo: ele foi preso, nós morava de porta e a polícia pegou ele lá. Agora, levou pra onde? Eu digo: eu num sei. Porque às vezes você saia daqui”.

As falas dos camponeses nos remetem ao que Pollak (1922) denomina “memória quase que herdada”, referindo-se a um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, resultante da socialização política ou da socialização histórica. Os camponeses tendem a recorrer, durante o processo rememorativo, à percepção da coletividade sobre os acontecimentos "vividos por tabela", ou seja, sobre os acontecimentos vivenciados pelos membros do grupo por eles pertencentes.

A memória camponesa da guerrilha está sendo construída apoiada na memória social legitimada. A memória social está sendo apropriada pelos que não participaram, mas que tentam ser beneficiados dela. Nesse caso, prevalece a memória organizada, no sentido de evidenciar fatos, datas, lugares, nomes e feitos de personagens como forma de evocar uma memória legitimada.

Fato relevante a ser analisado é que a prática de recorrência à memória social, por parte de alguns indivíduos, motivou denúncias e investigações do Ministério Público sobre possíveis falsificações de processos de solicitação de indenização relacionadas à guerrilha, na região. E, novamente, os camponeses da região atribuem essa problemática à falta de divulgação de informações oficiais sobre a guerrilha. A percepção crítica do Entrevistado 4 demonstra essa afirmação:

“É aquilo que lhe falei no início aqui: eles nunca forneceram nem os dados dos camponeses que foram presos aqui! Porque como é que chegou um processo lá na Comissão de Anistia, bem feitinho: verdade, verdade, aqui tá escrito é verdade... Só que quando anunciaram o nome do camarada aqui

todo mundo sabia: meu pai do céu esse cara num tem nada a ver! Nem... ele tava aqui, ele tava aqui na época mas ele num saiu daqui, num... ele num perdeu nem uma agulha!”

O Entrevistado 4 continua: “Num foi mais julgado ninguém por isso! Aí é como disse a presidente que tá no lugar de Paulo Abrão aqui, disse: lá nós estamos perdidos!... Doutora Sueli.

Ele explica detalhadamente:

“Um anistiado político que trabalhou na Comissão de Anistia lá em Brasília fez essa ponte com um ex-soldado que era daqui, fizeram essa ponte. O ex-soldado conhecia as pessoas aqui e fizeram essa ponte e forjaram vários documentos (...). Vários documentos e tão tudo ainda pra ser julgado, e parou o julgamento; tem mais de três anos que num julgou mais ninguém! E parou por causa disso!

(...)

Porque ele fez o seguinte: o soldado sabia que existia esse pessoal aqui, fez uma ponte com ele, viu, o soldado era daqui, mora hoje em Goiânia, e fez uma ponte com ele. Ele é um contratado dos advogados da empresa Consultoria Elmo, da Consultoria Elmo Sampaio, viu, até uns baianos, viu, contratava, vinha pegava o serviço aqui vinte, trinta por cento; dos militares trinta por cento, dos camponeses dez, vinte conforme, viu..., e faziam o processo. E aqui é o seguinte: quando fala nessas coisas, quem primeiro chega é quem às vezes nada a ver..., nata tem a ver com o problema, quem primeiro chega... é o primeiro que se interessa!

(...)

Mas aí o fraudador escreveu a mesma coisa de quando... de quando a pessoa não sabe ler que manda você fazer... redigir um texto qualquer (...). Aí ler pra você: tatata... Ta bom assim a carta que você ta andando pra seu pai, pra sua mãe, pra sua vó? Aí você... aí você afirma você é analfabeta num sabe... Aí o cara escreve lá e aí ler pra ti e tu diz: tá bom! Porque você sabe o que que eu quero dizer pra meu povo lá, o que que o povo quer saber também... então quero dizer que eu to aqui... eu to bem, eu to isso, num sei o que, tata... Pois foi o que os falador fizeram: fulano de tal, assim, assim e assim na época, quer dizer, foi preso por isso, por aquilo; perdeu isso perdeu aquilo... Mentira!

Esse acontecimento representa outro determinante no processo de construção da memória camponesa sobre a guerrilha. A investigação do Ministério Público está sendo baseada, entre outros procedimentos, na coleta de depoimentos de alguns camponeses anistiados visando identificar possíveis intermediações na solicitação do processo de anistia. O Entrevistado 4 contribui para a compreensão dessa constatação:

“Essa semana eu levei uma senhora que é anistiada, lá no Ministério Público Federal. A Procuradora Geral da República mandou uma carta pra ela; queria que ela fosse lá conversar com ela pra saber a respeito do seu Elmo, quer dizer, consultoria Elmo, lá em Brasília, que um que fez o trabalho”.

Com relação ao Elmo Sampaio, o Entrevistado 4 enfatiza:

“E ele realmente se envolveu nessa! Seu Elmo Sampaio se envolveu nessa, viu. E aí a... o Ministério Público aqui ta tentando descobrir através de quem... então por isso que eles tão... intimou essa mulher e tem mais dois pra

relutar essa declaração: não, foi através de Dona Socorro assim e assim, seu fulano de tal assim e assim. Agora, é porque a *verdade nunca chegou em Brasília! Daqui não!* Nunca, Nunca chegou em Brasília! Eu tive várias vez lá na Comissão de Anistia, tive como Paulo Abraão, tive com o Dr. Miler que é do setor de finalização, viu. Mas nunca chegou a verdade em Brasília, porque na... na Comissão de, na Lei de Anistia diz que qualquer um que ..., se for descoberto que teve algum anistiado, quer dizer, que recebeu ilicitamente, esse terá que devolver, terá que devolver. E eles devolvem que... porque eles tem com que, porque receberam num tinha quase nada, receberam compraram casa, compraram propriedades, essas coisas todinha... então tem. Agora, isso é ruim porque a... por via disso parou o julgamento, tem quase dois anos que tem 60 processos finalizados lá daqui (...) dos camponeses do Araguaia, viu, e nunca foi julgado! Os relatores já escolhidos que vão realmente fazer o julgamento...”.

A fala do Entrevistado 4 refere-se ao caso envolvendo um ex-integrante da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Elmo Sampaio, o qual após ter sido anistiado em 2002 por ter sido demitido do seu emprego na Petrobrás na década de 70, por causa da militância no movimento estudantil, deixou a função e abriu uma consultoria para cuidar de processos que fossem levados a julgamento.

Embora sendo desnecessária a intermediação de advogados, alguns camponeses recorreram aos serviços da referida Consultoria, sendo cobrados para isso 10% do valor das indenizações a serem recebidas. Embora a contratação de advogados não seja considerada ilegal, essa prática abriu precedentes para a investigação de suspeita de irregularidades na elaboração de processos acompanhados por Sampaio, dentre as quais a semelhança nos relatos dos acontecimentos, nos históricos dos pedidos dos requerentes. Dessa forma, alguns dos membros da Comissão de Anistia acionaram o Ministério Público Federal em Marabá (PA) e, enquanto o caso está sendo averiguado, foram suspensas tanto o pagamento de pensões por um período, quanto a análise dos processos de requerimento de indenizações.

Durante as entrevistas todos os entrevistados, ainda que não tenham sido motivados diretamente, comentaram sobre os processos de indenizações. A conquista do direito às indenizações por parte dos camponeses envolvidos na guerrilha é considerada, na região, consequência de lutas políticas da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. A mesma foi fundada visando defender os direitos dos camponeses.

Porém, as fraudes nos processos tiveram com consequência a reação por parte de alguns camponeses. Além do descrédito na atuação da referida Associação, alguns deixaram de contribuir financeiramente com a Associação dos Torturados, conforme relata o Entrevistado 5 e o Entrevistado 3. Indignado com a demora na análise dos processos, o Entrevistado 3 desabafa:

“Bom, pagavam, mas agora ninguém tá pagando, depois que saiu... descobriu esse cambalacho dele aí nego oh!... foi e cortou, num pagou mais. Mas vinha pagando, todo mundo vinha pagando direitinho, mas com isso aí, aí nego foram e se enraivaram porque tá colocando gente que nunca teve nada, só por causa da propina!”.

Dessa forma, os torturados demonstram indignação, insatisfação, bem como resistência através da não contribuição com a Associação. Porém, fato contraditório consiste na fala dos camponeses ao avaliarem qual seria a pessoa mais adequada para coordenar a Associação dos Torturados da Guerrilha. Na data em que as entrevistas foram realizadas, o presidente da Associação era um enteado de um camponês torturado pelo Exército durante a guerrilha e, o vice-presidente era um militante do Partido Comunista do Brasil, o qual atualmente está sendo o presidente. A contradição aparece quando esses mesmos camponeses demonstram terem mais confiança nas pessoas consideradas inteligentes, espertas, mais “cultas”, para coordenar a Associação em detrimento de pessoas de seu meio, ainda que não tenham vivenciado as experiências da guerrilha.

A partir dos relatos do Entrevistado 5 e do Entrevistado 3, percebe-se que os que detêm conhecimento, esperteza são valorizados pelos camponeses, porém são esses os que mais os decepcionam. A confiança dos camponeses é quase sempre frustrada. Nessa perspectiva, torna-se compreensível a desconfiança e a utilização de várias formas de defesa para tentar evitar novas enganações, principalmente através da seleção de suas memórias e, muitas vezes, da adequação das mesmas aos diferentes contextos nos quais são expressas.

Uma das formas de defesa dos camponeses pode ser constatada a partir dos seus relatos, nos quais procuram demonstrar a construção de um sentimento de solidariedade entre os que foram envolvidos na guerrilha, como também um sentimento de pertencimento a coletividade formada pelos mesmos, conforme a transcrição da fala do Entrevistado 3:

“Quando passou essa guerrilha, a gente ficou se conhecendo muito, né, e aí se considera assim que nem um irmão muito querido... tanto os guias como os que foram presos, porque o Carneiro foi só preso. Eu fui preso junto com o Carneiro. (...). Eu fui preso junto com o Carneiro, eu e um irmão meu. Carregaram nós aqui de São Domingos - nós três - na viatura. Aí lá foi que me separou dele. Aí ele ficou com o outro irmão que foi só preso. Eu passei um dia, no outro dia já me trouxeram, já me jogaram lá dentro do mato. Só com a roupa do corpo, passei oito dias lá”.

O Entrevistado 5 também recorre a esse mecanismo: “o Pedro Marivetti que... foi quem ensinou nós... caba (homem) sabido, sofreu mais nós lá dentro. Ele é que bota nós o ...o capitão botava nós pra cantar o hino nacional e ele ia ensinar nós, o Pedro...”.

O Entrevistado 3 faz questão de mencionar os nomes dos que vivenciaram a mesma experiência que ele:

“O Exército que chamava nós, só de terrorista... (...). Era, eles num chamava nós pelo nosso nome próprio não; chamava era de terrorista... (...). Agora, de três mês em diante que eles foi mais, tomando conhecimento com a gente, foi tendo acho que mais confiança aí foi que eles começaram a chamar pelo nome da gente. E só chamava o nome da gente só na hora de fazer a relação pra ir pra mata: fulano de tal: Osvaldo, ou Severino, ou Peixim, Odelzim, Manezim – eu sei que nós somos uma turma grande que andava aqui”.

Os relatos acima demonstram a construção do sentimento de amizade, de solidariedade entre os que vivenciaram a mesma experiência e a insatisfação com pessoas que se apropriam das memórias dessas experiências para se beneficiar financeiramente. Dessa forma, os camponeses se esforçam em contribuir com a construção da memória da guerrilha no sentido de mantê-la coesa, sem conflitos, porém, delimitando fronteiras entre os que vivenciaram, de fato, o contexto da guerrilha.

Com relação à influência dos processos de indenizações na forma como a guerrilha está sendo lembrada pelos camponeses, Peixoto já havia feito essa interpretação tendo como referência alguns relatos colhidos de ex-guias pela Comissão de Anistia, em 2009, na sede da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, em São Geraldo do Araguaia, para efeito de reparações e indenizações, os quais segundo ele, estavam eivados de interesses ligados aos processos em curso.

Cerca de cinquenta ex-guias compareceram e muitos fizeram o seu relato. Naquele encontro, do ponto de vista dos ex-guias, algumas coisas valiam a pena ser ditas, enquanto outras nem tanto, e os ex-guias mediam seus relatos conforme essa avaliação interativa. O grau de envolvimento com os militares, na caçada humana que se tornou a guerrilha, parecia ser um dado que contava naquele contexto. Quase todos afirmaram ter sido fortemente constrangidos a colaborar como guias: “era aceitar ou entrar na taca”. Alguns, valorizando atuações, afirmaram ter viajado de helicóptero, mas se contradisseram depois, avaliando que voar de helicóptero junto com os militares não somava para os propósitos de uma possível indenização. Fato foi que muitas contradições se tornaram patentes naquele encontro (PEIXOTO, 2011, p. 494).

A partir dessa experiência, Peixoto evidencia que a evocação e expressão de recordações são influenciadas pelas circunstâncias, relações e interesses vivenciados no momento presente. Tendo como referência as proposições de Bosi relativas à construção social da memória a partir do grupo no qual a pessoa está inserida e no qual existe mecanismo de seleções de lembranças, Peixoto ressalta:

“Importante nesse ponto, para a interpretação que desejamos fazer, é não tratar as reticências, omissões e versões contraditórias como meras subjetividades. Em vez disso, é importante relacionar narrativa e grupo de pertencimento, dentro das circunstâncias de uma história que continua aberta, na medida em que estão abertas as possibilidades de punições e reparações. (...). Assim, algumas narrativas não se referem apenas ao fato em si, mas dizem respeito também ao vínculo existente entre memória, pertencimento de grupo social e consequências de sua revelação” (Peixoto, 2011, p. 494).

O processo de construção dessa memória tem como principal protagonista o Partido Comunista do Brasil que, historicamente, tem se preocupado em salvaguardar sua imagem de partido revolucionário. Os investimentos nesse sentido tem determinado, em muitos aspectos, a forma como os camponeses do Araguaia lembram da guerrilha. A construção histórica da memória dessa guerrilha por parte do PC do B reforça uma determinada representação e até mesmo atua no sentido de solidificá-las em detrimentos de algumas lembranças que, porventura, podem insistir em aflorar.

### **3.6 O partido e a Guerrilha – memória em construção**

A recorrência ao passado, através da memória, evidencia a importância dada pelo PC do B à história partidária como elemento fundamental de conformação e sustentação de sua identidade política. Sejam nos momentos de comemoração, sejam nos momentos de crise, ele tende a recorrer à história partidária

No artigo intitulado “O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política”, Jean Rodrigues Sales discute a importância da memória e da história para a conformação e manutenção da coesão e da identidade política do PC do B. Sales apóia-se nas considerações feitas por Michael Pollak, interpretando que o autor:

“Também chama a atenção para o quanto é importante, para a manutenção da coerência dos discursos das instituições políticas, a forma como elas lidam com o passado, em que a memória seria responsável pelo reconhecimento dos indivíduos na imagem que a instituição política forja de si mesma. Sem essa identificação, sem esse sentimento de pertencimento do indivíduo ao projeto político, não seria possível manter a coesão institucional necessária à atuação política” (2002, p. 156-157).

Neste sentido, pode-se considerar que a construção da memória da guerrilha possibilita a manutenção da coesão interna e da identidade política do PC do B, bem como a legitimação de suas práticas e intervenções políticas no momento presente.

A prática de recorrer ao passado visando legitimar sua atuação política no presente, não é novidade se tratando do PC do B. Sua própria trajetória política,

particularmente o contexto de distinção política e ideológica em decorrência de sua dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e consequente disputa pela apropriação do passado partidário, evidencia que a memória da trajetória comunista foi um dos elementos fundamentais no discurso que respaldava o processo de reorganização partidária em 1962, reivindicando a antiga nomenclatura e a continuidade da trajetória do PCB, fundado em 1922.

Poderia citar, neste estudo, a publicação de vários documentos visando registrar a história e trajetória do PC do B por ele mesmo. Porém, devido o objetivo aqui proposto, me limitarei a mencionar alguns dos fatos relacionados à guerrilha do Araguaia.

Dentre os esforços feitos pelo PC do B para a construção da memória da guerrilha, passíveis de discussão, pode-se destacar a desvalorização ou mesmo desconsideração de fatos relacionados à intenção do movimento guerrilheiro. Por outro lado, há uma supervalorização das representações das atitudes audaciosas e heroicas de seus militantes, denominados guerrilheiros e da ajuda ao povo da região.

Em que pese os debates e divergências quanto ao significado da guerrilha e aos seus erros e acertos, durante a avaliação feita pelos dirigentes do PC do B, notadamente demonstrável nos discursos de Pedro Pomar e Ângelo Arroio em 1976, o partido caminhou para uma versão oficial de exaltação dos feitos revolucionários, a qual foi sistematizada em um documento denominado “Gloriosa jornada de lutas” e aprovada durante a VII Conferência do partido, realizada em meados de 1979.

Os elementos fundamentais referentes ao passado são enfaticamente apresentados durante os eventos comemorativos do aniversário da guerrilha. A história da guerrilha é contada e registrada de forma coerente com seu projeto político.

Além desse documento, o livro “Guerrilha do Araguaia” organizado e editado pelo PC do B e publicado pela Editora Anita Garibaldi, evidencia a preocupação do partido com a elaboração de uma determinada concepção de seu passado. Os vários materiais apresentados, dentro os quais, “documentos produzidos pelos próprios guerrilheiros, artigos de dirigentes, o texto de Ângelo Arroyo e biografias dos participantes da guerrilha”, demonstram um esforço na seleção de fatos e personagens a serem lembrados e perpetuados na memória social.

Dessa forma, Sales enfatiza:

“É o caso da guerrilha do Araguaia, experiência à qual o PC do B tem dedicado uma atenção especial. E não poderia ser diferente. De toda a história do PC do B, a guerrilha do Araguaia é destacada por sua direção como o exemplo que demonstra mais claramente as características que teriam norteado a sua trajetória de luta e de coerência com os princípios

revolucionários. Nesse caminho, usou todas as suas forças na elaboração de uma história da guerrilha que fosse digna de orgulho para seus militantes, onde não se admitem os erros que possam ter sido cometidos, e tenta-se mesmo apagar a memória da participação de certas figuras que hoje não pertencem mais ao partido” (2002, p. 167-168).

O “Ato alusivo aos 40 anos da Guerrilha do Araguaia”, realizado em São Domingos do Araguaia-Pa, em abril de 2012, nos possibilita comprovar a hipótese relacionada ao papel do PC do B na construção da memória social da guerrilha.

Durante o evento, organizado pela Associação dos Torturados do Araguaia, foi realizada a eleição da nova coordenação da Associação, e, principalmente, o pronunciamento dos que compuseram a mesa durante a solenidade em comemoração aos 40 anos da Guerrilha. Esteve presente o presidente da OAB em Marabá-Pa e representando o Conselho Federal da OAB; o vice-presidente da Comissão de Anistia; o representante da direção nacional do PC do B; o representante da direção estadual do PC do B; o representante da Fundação Maurício Grabois, entre outros.

Nessa perspectiva, Aldo Arantes, deputado constituinte e presidente da direção nacional do PC do B, em seu discurso sobre a ida dos militantes do Partido Comunista do Brasil para a região do Araguaia, durante o evento em alusão aos 40 anos da Guerrilha, enfatiza:

“Corajosos! Porque quem vem naquela época em que a ditadura tava matando, torturando é porque a pessoa tinha muito ideal! Esses jovens não vieram aqui atrás de dinheiro! Esses jovens não vieram atrás de melhoria da sua vida! Esses jovens vieram atrás da melhoria da vida de vocês! Pra construir um país onde os trabalhadores, onde os homens e as mulheres tivessem uma vida digna! Sabendo que eles estavam correndo risco de vida! Olha bem a importância disso: uma pessoa se envolver numa luta sabendo que pode morrer, a pessoa tem que ter muita dedicação! Tem que ter muito ideal, num é qualquer pessoa que faz isso!”.

Ainda na fala de Aldo Arantes fica evidente o trabalho de solidificação da memória sobre a guerrilha, notadamente, sobre os quadros do partido e a importância atribuída à atuação dos mesmos:

“Então nós temos o orgulho de que pra cá veio o presidente nacional de nosso Partido, João Amazonas, que já faleceu. Pra cá veio o Maurício Grabois! Aqui esteve o Ângelo Arroio, dirigente do nosso Partido! E aqui morreu o Osvaldão, que era exatamente o homem não só da representação dessa coragem dos homens, como do homem negro, do homem trabalhador! Aqui morreu a Dina, a Elenira, o João Carlos Haas! E interessante: quando esses jovens vieram pra cá, eles vieram procurando estabelecer uma relação como o povo da região! Procuravam servir o povo da região! As pessoas se referiam à eles, quem conheceu, como os Paulistas! Mas se referiam com carinho, porque estavam aqui procurando dar assistência médica: o João Carlos Haas era médico! Imagine bem gente! Esse homem era médico, podia

ficar na cidade ganhando muita grana! Podia ser milionário, podia melhorar a vida da família dele! Ele resolveu vir pra cá pra servir o povo!”.

Dentre as formas de construção da memória social pode-se mencionar os registros históricos: documentação, fotografias, filmes, documentários, museus, bibliotecas, entre outras. Osvaldo Bertolino, representante da Fundação Maurício Grabois, pertencente ao PC do B, expressa como o partido tem se esforçado neste sentido:

“Nós da Fundação Maurício Grabois procuramos registrar, porque o nosso entendimento é de que aqui, o povo da região do Araguaia faz parte de um processo, de um período, de um episódio da história do povo brasileiro de grande importância! Talvez a gente não tenha a verdadeira dimensão do que representa, de qual é o papel de vocês na história do Brasil. *Então a gente procura resgatar isso, procura dimensionar e procura registrar.* Nós temos um Centro de Documentação e Memória que a gente procura justamente fazer esse resgate, fazer esse registro através de gravações, fotografia [...], e outras coisas mais. A gente vai buscar as histórias também... episódios, eventos e documentos que a gente possa fazer com que a participação de vocês na história da luta por liberdade, por independência e pelos direitos do povo fiquem registradas pras gerações futuras e fique registrada na história do Brasil, na história do povo brasileiro!”.

Osvaldo Bertolino também enfatiza a necessidade de que o povo do Araguaia concorde com a versão da guerrilha construída pelo partido.

“Nosso entendimento é esse, nosso entendimento é que a guerrilha do Araguaia foi um ponto, uma participação, infelizmente clara do povo aqui da região, foi um episódio que teve uma importância digna de ser registrada como um dos mais importantes da história da luta do povo brasileiro! (...). Hoje, como disse aqui o Aldo Arantes e outros companheiros, a situação em que a gente vive em liberdade, com condições de lutar pelos nossos direitos, muito embora com todos os percalços que *nós conhecemos, nós devemos creditar, nós devemos dizer que a participação do povo daqui da região com os guerrilheiros do Araguaia foi fundamental!* É um episódio que levou o Brasil a evoluir, a ser o país que é hoje com todas as características que o Aldo Arantes e outros companheiros descreveram.”.

O discurso do presidente do PC do B no estado do Pará também nos fornece elementos que contribuem para evidenciarmos a influência do partido na memória que os camponeses expressam dos fatos relacionados à guerrilha: “nós do PC do B estamos junto nessa luta! Na luta pra recontar a história da guerrilha do Araguaia! Mas na luta para garantir os direitos dos que foram violentados, dos que foram violentados e presos naquele período!”.

Ao final do discurso, o representante estadual do PC do B faz a leitura da placa em homenagem aos camponeses que participaram da guerrilha, recebida pelo presidente da Associação dos Torturados da Guerrilha, em abril de 2012 na cidade de São Paulo:

“Nossa homenagem ao grupo de moradores da região do Araguaia vítimas de violentas perseguições no apoio aos companheiros que ousaram combater a ditadura militar e que deram suas vidas pela liberdade e democracia. O reconhecimento à todos que sofreram e foram humilhados e torturados, na pessoa de José Moraes Silva, presidente da Associação dos Torturados do Araguaia

Esses discursos de exaltação dos feitos guerrilheiros enquanto atos heroicos e de abnegação visam construir a representação de que a experiência de guerrilha no Araguaia tenha sido de importância fundamental para as mudanças históricas e políticas no Brasil.

Nesses discursos fica evidente, ainda, o esforço em transmitir uma memória coesa, sem conflitos, perceptível, inclusive, no evento comemorativo dos trinta anos da Guerrilha, conforme analisou Sales:

“A segunda característica que marca os artigos comemorativos dos trinta anos da guerrilha do Araguaia, e que está em consonância com o heroísmo e importância história e política ressaltados acima, é a ausência do registro de qualquer divergência que possa ter havido em torno do significado da guerrilha do Araguaia. Tanto as discussões de meados dos anos setenta, protagonizadas por vários dirigentes, que teve em Pedro Pomar o maior representante, quanto as divergências do início dos anos oitenta, quando muitos militantes saíram ou foram expulsos do partido, não estão presentes nas comemorações dos trinta anos da guerrilha do Araguaia” (2002, p.168-169).

Para compreendermos melhor a influência desses discursos organizados na memória camponesa da guerrilha, será transcrito, abaixo, algumas das falas que nos possibilitaram chegar a essa conclusão.

O Entrevistado 6<sub>2</sub> por exemplo, fala sobre a vinda do PC do B para a região:

“Hoje, através daquele povo, hoje nós temos um país livre e democrático. Isso eu já tenho falado em várias entrevistas minha. Aquele sangue derramado aqui é hoje agradeça, não achando bom; não falando assim: foi bom aquilo, não! Mas, através deles hoje nós temos um país livre, hoje você faz o que você quer dentro das leis, entendeu? Porque hoje, através deles, muita coisa mudou. Pra você ter uma ideia, até o exército ele é comandado por um civil, né verdade? O nosso país hoje é comandado por um civil. Isso, no meu modo de pensar isso mudou cem por cento do que nós vivia antes o que vivemos hoje, entendeu?”.

Quando questionado sobre um fato negativo da guerrilha, ele comenta:

“Rapaz, se não tivesse acontecido a guerrilha a gente tinha ficado na pior. Mas com a ... Assim, penso eu; *não sei se vou falar certo ou se vou falar errado*, mas depois da guerrilha do Araguaia mudou muitas coisas. Por que a gente teve, já teve muitos acesso de falar essa história em vários lugares: em Brasília, em Belém, em São Domingos aqui nós temos uma Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. (...). As vezes tem muito acesso hoje falar alguma coisa, tem muito acesso de você falar contra a ditadura militar que era na época, que era muito... que não era fácil, né. Foi desaparecido muitas pessoas importantes na época, né verdade. E hoje... Agora o que eu acho assim... num acho certo, eu acho assim: o dinheiro que o governo gasta

procurando esses restos mortais que num vai encontrar, ela devia de indenizar esses familiares desse pessoal e desses torturados”

No relato acima, observa-se o julgamento de valor que o entrevistado faz com relação à sua percepção da ocorrência da guerrilha. A preocupação sobre “o falar certo ou errado” evidencia um esforço de manter uma coerência com a história oficial da guerrilha.

O Entrevistado 1 também deixa transparecer essa influência externa na sua concepção: “ninguém nunca soube o resultado. Aí depois, com muito tempo foi que... pegaram a falar aí o que era que eles queriam, num sei o que... mudar de governo... Eu sei que ficou do jeito que eles quiseram, mudaram o governo”.

A percepção que o Entrevistado 2 tem atualmente sobre o significado da guerrilha, por sua vez, está perpassada por um julgamento de valor construído a partir de suas relações sociais, conforme ele mesmo demonstra em seu relato:

“Eu... *devido assim a gente andar, conversar com muita gente* que já foi em Brasília, já foi entrevistado muitas vez, eu já passei a saber um pouco mais ou menos que era política, *segundo dizem*. Mas não precisava fazer aquilo, porque uma política, um partido perde é obrigado nós botar fogo na banda do outro mundo!? Porque isso!? Num é? Eu achava que não, não precisava isso. Botar aquilo tudo pra acabar com o partido, no caso, e com quase a banda do outro que num era nada a ver, porque nós num era nada a ver; nós vivia dentro do mato quase que nem índio! Nós vivia plantando e comendo, vendendo aqueles pouquinho de coisa... escapando, vivendo. Num era nós atrapalhando a vida de ninguém... caçando meio de viver! *E eles vieram, no caso, porque caçando assim tipo um socorro, uma abrigo que eles pudesse ficar quieto, calmo, pra ver o que que eles podiam fazer da vida deles*. E aí nós entra assim, no caso, daquela maneira, tratando, ajudando o povo e nós fica mais acomodado! Eu penso isso né. Então eles pudesse vim de outro jeito, pegando, prendendo, mas não fazendo aquilo!”.

A memória camponesa da guerrilha evidencia um sentimento de sofrimento, porém, os camponeses concebem a guerrilha enquanto um ataque aos “paulistas” por parte do Exército. Por um lado, o fato de o trabalho de conscientização política por parte dos militantes comunistas do PC do B terem iniciados apenas após a Primeira Campanha dificulta a sistematização de uma consciência crítica por parte dos camponeses sobre os objetivos dos militantes comunistas na região, pois eles não presenciaram a preparação física, militar e política dos que se denominavam guerrilheiros; não tiveram possibilidade de discutir as táticas e os objetivos do movimento armado. Por outro lado, a forma como o Exército agiu com os camponeses contribuiu pra que a visão dos camponeses com relação aos militantes fosse de compaixão e de solidariedade.

O Entrevistado 4, que relatou um caso de retenção de uma camponês por parte dos militantes comunistas do PC do B, após questionado se tinha conhecido, presenciado ou escutado alguém falar de casos em que os “paulistas” ou os “homens da mata” tenham feito justiça com camponeses da região, respondeu:

“Não, não fizeram. Só deram assistência, deram assistência! Fizeram parto, fizeram coisas incrível aí dentro, porque tinha parteira, tinha médico, tinha, tinha... aquilo que eu te falei. Eles fizeram só... Porque eles num podia realmente, com a atitude que eles estavam, eles num podia realmente fazer com que o camponês, quer dizer, zangasse com eles, viu, mas eram excelente! *Todo camponês por aí sabe disso, viu, que realmente eles faziam o bem!* E todos aqueles que receberam, inclusive teve uma caso que o rapaz correu até lá na Dina: acode minha mulher que se não morre! E a mulher foi lá e... deu... foi que ele insistiu com ela pra ter uma criança. Aí ele num tinha outra coisa pra dar pra Dina deu o menino pra ela ser madrinha. Eu vi esse, era até um preto forte... vi preso lá no DNR lá, que nós fomos preso no DNR depois é que ia pra polícia, e aí depois é que veio aqui pra Bacaba, outros foi pra Araguaína, viu, com isso aqui (aponta para o pescoço), tava um rosário aqui ó! Descascado aqui, (...) eles laçaram ele aqui e arrastaram no jipe, viu, o exercito fez isso porque ele deu o menino... pra ser madrinha”.

Os “paulistas” eram vistos como bons – a fala do Entrevistado 4 aponta para um consenso entre os camponeses com relação a essa visão. Os camponeses se esforçam em lembrar dos comunistas ressaltando suas qualidades, heroísmo. Afirmam que eles não perseguiram os guias e que não consideravam que eles iam por vontade própria, porém, em algumas falas, os entrevistados deixam escapar que, em conversas com os militantes comunistas os mesmos diziam ter feito justiça com traidores.

Observa-se nos relatos a impossibilidade dos camponeses de ver nos que eles conheciam como “paulistas”, pessoas tidas como boas, os “terroristas” representados pelos militares.

A fala do Entrevistado 5 demonstra as determinações de seus relatos:

“eles forneciam o povo; tinha a mulher, tinha a Sônia, tinha a Cristina e tudo era mulher sabida, né? Essa..., a Sônia era enfermeira, doutora, né. Ela servia as mulher aí pra fazer pré-natal, fazia tudo [...] com as mulher, né. E todo mundo tava gostando desse povo, né. Aí quando o exército entra, pegando a pobreza e batendo e surrando pra gente descobrir, dar conta desse povo... se a gente era culpado desse povo aí dentro mata, né? Nós num era culpado não!”.

O Entrevistado 6, ao ser questionado sobre a possibilidade de ressentimento por parte dos moradores por causa da mudança no cotidiano e do sofrimento durante a guerrilha, responde:

“Não, eu pelo menos eu assim nunca culpei eles, porque no meu modo de vista *eles foram perseguidos assim quase sem culpa*. Eu não acusei eles, eu nunca acusei e jamais acuso não (...) de terrorista, que o exército chama eles de terrorista. Eu, pra mim eles nunca foram terroristas, não, porque terrorista que eu, eu no meu pouco modo de pensar o terrorista é aquele que faz o

terror; faz tudo: bate, açoita, tudo, faz..., espanca, aquilo é um terror! Mas eles num fazia isso. *Eles eram umas pessoas era muito boas*. O que eu tenho pra dizer foi... eles eram pessoas importantes, entendeu?”.

Depois de falar sobre a irmã se sua esposa que foi tratada pelos militantes comunistas do PC do B, o Entrevistado 2 ressalta:

“Aí a gente que tinha fé porque chegava lá e eles botavam pra valer; num tinha nem dia nem hora. A mulher deles, a dona Dina e a Áurea, que quem mexia com mais medicamento era Dona Dina. E chegava lá ou ela ou o Juca ou o Paulo... qualquer um deles três que tivesse lá podia ser de noite e escuro, se tivesse chovendo você falava com eles que tava com parentes passando mal assim e assim, eles iam, num tinha hora. Ela se fardava, se vestia de qualquer coisa. Se o marido dela não tivesse, nem um deles, eles escrevia um bilhete e colocava lá num lugar e aí iam embora. Também na hora que ela terminava, num tinha hora também não: olha gente eu já terminei, o que eu tinha de fazer já fiz e já vou pra casa. Era desse... num tinha isso. Podia ser só mais você, que lá tudo... esse tempo era mata, era coisa fechada.. Podia ser só mais você, podia ser mais outra mulher se tivesse, seja mais quem fosse. Elas voltava, ia e voltava. Elas num tinha negócio de cismar (...). Longe num tinha distancia não! Era coisa de légua pra cá..., mais de légua eles andavam”.

O Entrevistado 6 expressa o sentimento que tem ao lembrar as experiências vivenciadas durante a guerrilha: “eu acho ruim contar essa história, por que não é fácil! Mas a guerrilha do Araguaia foi um pesadelo que ficou pra muita gente porque nunca sai da Memória. Coisa ruim que você..., acontece com você, você morre e nunca esquece daquilo (pausa). É ruim (pausa)!”.

Durante a entrevista realizada com o Entrevistado 6, assim como os outros camponeses entrevistados, ele demonstrou um sofrimento contínuo em decorrência da guerrilha:

“Eu conto alguma versão da guerrilha que muitas vezes eu num seguro; muitas vezes a gente chora, mas alguma coisa eu deixo passar porque num é fácil. Como eu acabei de contar: próprios meus filhos, meus filhos num sabia dessa história; eu num contava! (...). Hoje já sabe tudo por conta..., através da Associação e tal...”.

Um tanto constrangido com as lágrimas e com a interrupção do relato, ele explica:

“Olha, a gente fica assim... muitas vezes a gente chora assim... *é lembrar tanta coisa ruim que você passou, né*. Talvez você tem assim um defeito, como eu tenho, e vários... muitos têm...! Aquilo fica uma lembrança pra sempre, né! Mas só que digo assim: eu nunca, jamais ... eu digo assim eu culpo aquele povo, porque eles, eles... o Exército veio com... se eles tivesse vindo a um objetivo de pegar o povo e prender tudo bem, *mas já vieram com o objetivo de matar, de nos torturar que nós num tinha nada a ver com aquilo! Nós num tinha nada a ver com aquele movimento, nós num sabia de nada, né*. Isso aí que... (...). Pegar o pessoal tudo bem, mas o povo da região que não tinha nada a ver com, com esse movimento armado... não! Isso aí é (pausa)”.

O Entrevistado 3 quando motivado a falar sobre o significado da guerrilha, enfatiza:

“recorda só aquele sofrimento e pronto! É só isso! Mas outra coisa... a gente fica assim, porque naquele tempo eu peguei muito telefone e aí fiquei surdo, porque esse povo dessa época, todos que foi preso, tudo tem seqüela; quando num é nas pernas, é na cabeça, no ouvido, ou então nos...”.

O sofrimento do Entrevistado 1, como da maioria dos camponeses, não é apenas devido seqüela físicas:

“É, porque a gente lembra de tanta coisa que passou com a gente e a gente fica assim... a gente fica lembrando... a gente já tá tão esquecido aí chega uma coisa dessa a gente fica (pausa) num é medo, é... que fica assim mesmo. Eu nunca tive medo não. (pausa) O negócio é... quem nunca entrou num negócio daquele ore pra nunca entrar! Porque o trem mais perigoso... nós estamos aqui e eles tão lá dentro da mata e eles tão sabendo que tão perseguido eles, eles tão [...]. O caba chega entra de peito, num sabe onde eles tão, da fé pela bala... hum... isso é meio de vida!”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS - OS CAMPONESES DO ARAGUAIA SÓ CONFIARAM

A partir das análises das entrevistas realizadas com os camponeses envolvidos na guerrilha, pode-se constatar que os mesmos foram as maiores vítimas desse movimento político e militar idealizado pelo PC do B, pelo confronto derivado e pela ação do Exército. Os camponeses, acima de tudo, apenas confiaram: primeiramente nos militantes do Partido que, devido planejamento estratégico se passaram por camponeses e, num segundo momento: nos militares que foram infiltrados na população para identificar os comunistas e seus “colaboradores”.

Conforme abordado nos poucos estudos sobre a guerrilha do Araguaia, a região já estava sendo investigada pelo Exército devido suposta delação por parte de um militante que havia saído da área e preso. Dessa forma, as Campanhas de Cerco e Aniquilamento empreendidas pelo Exército, principalmente a Terceira, foram direcionada pra a busca de determinados militantes comunistas do PC do B e determinados camponeses. Uma das táticas usadas pelo Exército foi a mesma usada pelo PC do B, a saber: o convívio disfarçado entre os povoados.

Nessa perspectiva, o Entrevistado 1 confirma a presença de homens investigando a região: “Eles botaram um pessoal detetive, uns vinha pra comprar terra, fazendo que ia comprar terra; outros madeira, outros pele, que naquele tempo pele aqui tinha demais – pele de caça, de porco”.

O Entrevistado 1 conviveu com um militar do Exército no início de 1973 acreditando que ele era apenas um comprador de couros de animais. Seu relato evidencia a forma como o Exército agia pra descobrir com quem os “terroristas” estavam se relacionando: “ficou um lá em casa quase um mês, o senhor Edivan e ele era do Exército! (...). Só que ninguém sabia... esse povo trabalhava assim, mas ninguém sabia quem era não!”.

O Entrevistado 1 relata que achava estranho o fato daquele homem comprar couros e o questionava sobre a serventia dos mesmos. Relembra:

“Aí um dia eu desconfie! Chegemo aí num lugar aí com meio mundo de gente bebendo, encostou o jipe véi e largou pinga em riba da mesa: pode quem quiser beber, eu pago tudo! Aí quando os nêgos já tava de testa grossa ele procurava: onde você mora? No lugar fulano. Ele ia lá pra trás do jipe [...], aí cum pouco procurava outro; dizia e ele... e assim até no fim (...). Eu digo: esse caboco num ta certo não, esse aí... ele anda atrás de alguma coisa, aí eu cisme! É, mas num tem nada a fazer! *Mas gente boa demais!*”.

Após relatar alguns momentos de convivência com o militar disfarçado, o Entrevistado 1 conclui:

“Aquilo quando eles vieram... entraram aqui nessa [...] pegando o povo, ele já sabia tudinho quem era e quem num era! Detetives pegaram o nome os lugar que moravam; eles já vieram tudo certo. Eles iam aí nesses ramal velho até onde o carro ia e aí pulava o [...] no chão e caía na mata, o Exército... era pelo chão aí e o helicóptero andando por riba”.

É relevante observar que o Entrevistado 1, que involuntariamente conviveu com um militar disfarçado, afirma que o mesmo era “gente boa demais”! Essa fala nos remete as falas dos camponeses ao relembrares as ações dos “paulistas” quando da convivência antes da deflagração dos conflitos armados. O que nos leva a interpretar que os sentimentos que prevalecem durante o processo de evocação das lembranças são os construídos também levando em consideração as experiências no convívio inicial, as quais estavam baseadas nas representações feitas tanto pelos militantes como pelos militares. Ambos procuraram desempenhar papéis coerentes com os valores dos camponeses: amizade, solidariedade, simplicidade, entre outros.

O Entrevistado 1 lembra ainda: “Depois que me prenderam lá em Marabá, ele foi quem me tirou da taca, aí depois com muito tempo... (...) Ele disse... jogou aqueles couros véi tudim na água do rio... Aquilo era só disfarçando!”.

Depois de tanta confiança, de tantas frustrações, os camponeses hoje desconfiam, principalmente, dos estudantes que pesquisam esse acontecimento. Relatam com receio as experiências vivenciadas, selecionam as lembranças a serem expressas verbalmente, e, quando questionados sobre algum fato mais delicado, recorrem ao esquecimento.

A desconfiança dos camponeses tem raízes históricas. O Entrevistado 3 relembra uma delas:

“Quando terminou... quando terminou os capitães, o coronel falou pra nós pra nós não contar nada pra ninguém! Porque sabia que vinha uma comissão pra ver esse negócio, né. Mas aí nós fiquemos com medo porque eles assombraram nós! Porque o que nós sofreu nós não queria outro sofrimento. E aí eles disseram: olha se procurar se vocês apanharam, se vocês andaram no mato melhor vocês não contar, porque os terrorista – que eles falam, que é os paulistas – eles não falaram isso; eles só falaram que nós podia contar o que aconteceu entre nós com eles. Já o exército já deu diferente, né que o exército disse que era pra nós não contar, nós mentir, né. Ficar calado, não contar! Mas aí [...], com muito tempo aí foi que... foi descobrindo, que nós tava na democracia, né. Nós tava liberado podia falar o que quisesse, mas nós tinha medo ainda. Ainda hoje tem nego que num... não conta tudo que se passou aqui! (...). O medo... o medo é de sofrer mais, deles pegar a gente e... (...). Eles disse que se viesse outra vez era pior, do que aquela outra vez!”.

O Entrevistado 5 complementa a fala do Entrevistado 3: “É, o negócio era esse... e não era pra ninguém contar, porque aí se nós contasse ía sofrer de novo, outra taca...! O Curió cansou de falar isso!”.

O Entrevistado 2 também fala sobre o clima de ameaças:

“Porque a gente, no caso... nós fomos ameaçado [pausa e choro – NR]. Então a gente sente que... (...). Bom se..., no caso, eles saíram e se a gente batesse com a língua nos dentes quem ia pagar era nós [pausa e choro – NR]. Então é duro a gente ver aquilo, tanta calamidade, tanta coisa, e eles diziam: olha! Tú que sabe o que que tú quer passar! Se você bater com a língua nos dentes tu vai pagar! (...). Então você fazia de conta que você... era mesmo que você ta vendo assim com um porco, com uma coisa que eles tinham que fazer e se calar! Então é triste a coisa”.

(...)

Hoje, no caso, a gente ver que as coisas ta mais voltada um pouco, o respeito do ser humano cresceu mais um pouco, mas na época era triste! Então isso que... tem vez que gente chega aqui e me procura as coisa eu num falo, eu... eu digo: não, eu num lembro, eu boto outra pessoa porque o que a gente viu... é triste a gente ver [...]”.

A partir das entrevistas realizadas fica perceptível o cuidado durante os relatos, os receios de contradizer a memória dominante. Isso é constatado a partir da entrevista feita com o Entrevistado 4, quando o mesmo demonstra uma preocupação em recorrer ao seu relatório e dizer que ele é semelhante ao que fez na prisão, bem como no esforço que o mesmo faz para, na medida do possível, relembrar os mesmos acontecimentos.

O conjunto de relatos acima analisados nos possibilita compreender o processo de constituição social da memória da guerrilha do Araguaia, bem como suas principais determinações. Dentre as determinações desse processo, pode-se ressaltar os diferentes agentes que contam e recontam os acontecimentos, especialmente os próprios camponeses, os membros do Partido Comunista do Brasil, os militares, os pesquisadores (ligados ao partido em grande parte dos casos), os quais são motivados por diferentes interesses.

A memória camponesa, embora perpassada por sofrimento, traumas, medo, dentre outros, manifesta a forte influência do PC do B, bem como interesses de benefício com indenização.

Os comportamentos dos camponeses durante o processo de rememoração evidenciavam certo incômodo ao falar do assunto. A postura, o tom da voz, as pausas, a inquietação, o olhar e o choro incontido expressavam que nem tudo estava sendo dito e, o indizível parecia “ferir” a memória, reabrindo as feridas que não foram totalmente cicatrizadas.

A memória da guerrilha, por outro lado, torna-se essencial para os que pleiteiam o direito a reparação financeira junto à Comissão de Anistia. Nesse caso, as lembranças das experiências vivenciadas fundamentam a efetivação desse direito.

A determinação do interesse pelo benefício pode ser ilustrada pela forma como a memória está sendo usada por alguns camponeses que atuaram como mateiros do Exército durante a Guerrilha do Araguaia (e mesmo os que não atuaram), no processo de negociação e barganha de indenização. No final da década de 1970, ter participado desse acontecimento não apenas significava um fato negativo, mas, notadamente, a possibilidade de constrangimento social, de que sobre este recaísse a suspeita de ter colaborado com a ditadura, pois os que trabalharam como mateiros eram vítimas de preconceito e estigma. Um fato que deveria ser silenciado, e, ainda que quase impossível, esquecido, pois esse acontecimento marcou fortemente a memória dos moradores, não apenas dos que foram torturados, mas também dos que torturaram, pois, como assinala Pollak (1989, p. 6), “em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança ‘comprometedora’, preferem, elas também, guardar silêncio”.

Porém, hoje, com o transcurso do tempo, que funciona como meio de amenizar, para alguns, o sofrimento e a dor, e surgir uma possibilidade de indenização para os que trabalharam na condição de mateiros, ter participado desse acontecimento se torna interessante, e, neste momento, os que temiam algum constrangimento social reivindicam o reconhecimento de sua participação por parte do Estado e o seu direito de ser indenizado.

Para os integrantes do PC do B, por sua vez, o que está em jogo é, principalmente, a imagem, a história e a trajetória política do partido. Assim como os camponeses e como os militares, a direção do partido teve motivos para silenciar sobre o ocorrido após o fim dos conflitos armados, pelo menos por um curto período tempo. Dentre esses motivos podemos destacar a luta política e ideológica entre o PC do B, PT e PCB na década de 1980, no sentido de disputar o reconhecimento político e social enquanto verdadeiro representante da esquerda no Brasil. Nessa perspectiva, a não divulgação da versão e avaliação oficial do partido sobre a guerrilha do Araguaia, as quais causaram discordância e discussões internas, visava atender a esse interesse, pois a mesma estava associada à ideia de derrota trágica de uma concepção política estratégica colocada em prática num contexto de ditadura.

Vários são os suportes de sustentação da memória oficial que o PC do B vem construindo sobre a guerrilha, entre os quais, livros, cartilhas, biografias, autobiografias, homenagens, eventos comemorativos e documentários. Os depoimentos contidos no documentário *Camponeses do Araguaia: a Guerrilha vista por dentro*, por exemplo, produzido no ano de 2010 pela Fundação Maurício Grabois, demonstram o quanto a memória social oficial se apóia na memória dos camponeses. Os relatos dos camponeses da região do Araguaia são utilizados, fundamentalmente, para legitimar o discurso do PC do B, orientados na dicotomia de “bons e maus”, “heróis e bandidos”.

O interesse claramente observável de mostrar o sofrimento e perdas dos camponeses da região em decorrência das ações de repressão à guerrilha, por um lado, contribui para o conhecimento e reconhecimento dos mesmos como vítimas da Ditadura Militar, evidenciando as condições de possibilidade de serem “anistiados” e “reparados” financeiramente. Por outro lado, demonstra o maior interesse que é responsabilizar as Forças Armadas Brasileiras pelas atrocidades feitas àquele povo. Dessa forma, reforça-se a representação da guerrilha do Araguaia enquanto uma forma de resistência armada à ditadura, enfatizando os feitos guerrilheiros e suas ações de solidariedade com a população camponesa.

Essa representação apóia-se nos relatos das brutalidades causadas pelos “especialistas” das forças do governo aos camponeses da região. Na medida em que exibem a expressão de dor, angústia e revolta dos que relatam as experiências, procuram construir uma visão de que havia uma solidariedade tácita e mútua entre o povo/base de apoio e os paulistas/guerrilheiros. Vale ressaltar que nesse processo de construção social da memória dominante não há espaço para autocríticas, como por exemplo, evidenciar que a violência, os traumas e perdas sofridas pelos camponeses decorreram de uma escolha consciente por parte daqueles que se autodenominaram guerrilheiros, os quais também sabiam que estavam envolvendo a população num conflito armado inevitável

Com relação aos militares, o discurso dos mesmos, apresentados por Studart (2006), tenta minimizar o papel repressivo das Forças Armadas Brasileiras durante a guerrilha do Araguaia. Nessa perspectiva, alguns militares se esforçam em isentá-las da responsabilidade pelos excessos praticados, quando se referem às atitudes radicais dos guerrilheiros, os quais, conforme seus relatos, estariam dispostos a matar ou a morrer por terem consciência de que teriam optado por uma “guerra irregular” e, como tal, suja.

Nesse sentido, podemos recorrer ao trecho do Dossiê Araguaia, transcrito por Studart (2006, p. 115), o qual sistematiza o imaginário militar:

*“Neste ponto vale uma observação: não foram as Forças Armadas que tiveram a iniciativa da luta. Sua missão era desbaratar um trabalho de campo que objetivava o início de uma guerra popular para a tomada do poder. As pessoas que militavam na guerrilha tinham plena consciência de que ali se encontravam para lutar, ou seja, para matar ou morrer, pois não há guerra sem morte, de ambos os lados. E sabiam de antemão, pois receberam essa orientação dos que cursaram a Academia Militar de Pequim, que a guerra irregular é uma guerra suja. No entanto, hoje a esquerda, derrotada no campo e na própria ideologia, aparece no muro das lamentações, condenando a ‘repressão brutal’ e passando-se por vítima, como se os guerrilheiros tivessem sido levados ao Brasil Central para fazer camping”.*

Além da tentativa de minimizar o papel repressivo, também procuram justificar e legitimar a violência empregada no combate à guerrilha, recorrendo à exaltação das atitudes e dos feitos dos guerrilheiros, elogiando os atos de coragem, bravura e heroísmo dos mortos em combate, no sentido de engrandecer os que foram considerados inimigos de guerra.

Com relação ao longo período de silêncio dos militares sobre os fatos relacionados à guerrilha, Studart Justifica:

*“Importantes fatos históricos foram ocultados pelas pretensas Razões de Estado, por meio de mentiras deliberadas, e de violações de normas jurídicas, morais e políticas. Quando a guerrilha começou, o Brasil se encontrava em regime militar sob o tacape do Ato Institucional n 5º, o AI-5º. Tratava-se, portanto, de ditadura militar, um criptogoverno, segundo o conceito de Bobbio, regime no qual os segredos de Estado eram regra, não exceção. Por isso que se tentou manter a História sob o império do oculto” (2006, p. 19).*

Em que pese os esforços das Forças Armadas Brasileira em silenciar, ocultar ou manipular alguns fatos, por um lado, e o PC do B em construir e consolidar uma versão oficial e hegemônica sobre os fatos da Guerrilha, por outro, observamos que a forma como os camponeses lembram também pode consistir não apenas uma forma de defesa e de barganha, como também um esforço contra o esquecimento de suas histórias, suas experiências que nem sempre são contempladas nos escritos historiográficos, os quais priorizam a memória oficial, ressaltando os feitos guerrilheiros, biografias e autobiografias dos que morreram “heroicamente”, que renunciaram a vida na cidade, o convívio com a família, etc.

Os camponeses, caracterizados como “massa pobre e explorada”, “analfabetos e ignorantes” têm na memória um recurso importantíssimo para o conhecimento e reconhecimento de suas experiências, como espaço de contestação, de resistência, de construção de significados e de luta de classes. Mesmo em meio à luta pela memória

entre os dois principais interessados, os camponeses fazem florescer seus interesses específicos.

A memória camponesa da Guerrilha pode ser melhor compreendida se nos atentarmos para os acontecimentos históricos relacionados a esse movimento e aos camponeses. Primeiramente devemos lembrar que uma das formas, e talvez a mais traumatizante para os camponeses, foi o interrogatório seguido de punições durante a repressão à guerrilha. Após capturados pelas militares, os camponeses suspeitos de terem colaborado com os “terroristas” eram submetidos à interrogatórios, nos quais eram coagidos a relatar suas trajetórias, histórias de vida até o momento de contatos com os militantes. Num segundo momento, os relatos foram necessários para dar entrada no processo de requerimento de indenização, o qual exige o detalhamento não apenas das trajetórias, histórias de vida, da relação com os militantes do PC do B, mas também com o Exército. Nessas duas primeiras fases, foram e são de suma importância relatos convincentes, coerentes, tendo em vista que os mesmos serão avaliados quanto a veracidade ou falsidade. Atualmente, esses camponeses passam por um processo de constantes entrevistas visando o registro da história da guerrilha através de elaboração de reportagens jornalísticas, documentários, filmes, dissertações, teses, entre outros.

O processo de evocação de lembranças, conforme demonstram os relatos, é perpassado pelos acontecimentos do momento presente, possibilitando a reconstrução contínua da percepção dos mesmos sobre a experiência vivenciada durante a guerrilha do Araguaia. A memória camponesa, dessa forma, é influenciada pelo conjunto de determinações apresentados acima e acaba reproduzindo a memória dominante, que é a do PC do B.

Vale ressaltar que essas lembranças, embora sofrendo um processo de lapidação e enquadramento, trazem consigo dor e sofrimento para os que lembram e relembam. Lembrar, nessa perspectiva, significa não apenas trazer à tona a memória da violência física sofrida, que deixou marcas que o tempo não apaga, como por exemplo, cicatrizes causadas por tiro, amputação, perdas e/ou limitação de movimentos em partes do corpo, ferimentos nos olhos, surdez parcial ou total, dentre outros. Significa, sobretudo, expressar as marcas psicológicas e sociais, as quais podem ser corporificadas pelas formas como são relatadas as humilhações, os diversos tipos de torturas, bem como a alteração de modo de viver característico do meio rural; a sociabilidade cotidiana, caracterizada por práticas representativas de cultivo da terra, de ajuda mútua entre vizinhos, compadres e parceiros, etc.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora da UFG, 2003.

CLAUZEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

GONÇALVES, Antônio C. **Questões de antropologia social e cultural**. Porto-Portugal: Afrontamento, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I; Belém: EDUFPA, 2004a.

HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II; Belém: EDUFPA, 2004b.

HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. III; Belém: EDUFPA, 2004c.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra; história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

JODELET, Denise. Org. **Representação social: um domínio em expansão**. In: **As representações**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leilão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: história e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais)**. Belém: DistribeL, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L & PM, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1, 2ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl et alii. **Escritos militares**. São Paulo: Global Editora, 1981.

MINAYO, Maria Cecília. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. In: **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

MOSCOVICI, Serge. A história e a atualidade das representações sociais. In: **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia**. 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de estudos Históricos**, Vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista de estudos Históricos**, Vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.

POMPE, Carlos. (preparação e revisão). **Guerrilha do Araguaia – Documentos inéditos do PC do B**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1986.

ROSAS, Fernando. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 1, n. 1, p. 84-87, Londrina. 2009.

SALES, Jean Rodrigues. **Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)**. História, v. 26, n. 2, p. 340-365, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política**. Diálogos, DHI/UEM, v. 6. p. 155-171, 2002

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo, Annablume, 2003.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TSE-TUNG, Mao. **Escritos militares**. Goiânia: Libertação, 1981.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: DIFEL, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANA, Nildo. **Introdução à Sociologia**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social**. Espaço Plural - Ano VI - Nº 14 - 1º Semestre de 2006a — Versão eletrônica disponível na internet: [www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber).

\_\_\_\_\_. **Acumulação Capitalista e Golpe de 1964**. Revista História & Luta de Classes, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 19-27, 2005.

\_\_\_\_\_. **Senso comum, representações sociais e representações cotidianas**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2008.

\_\_\_\_\_. **Marx e o modo de produção camponês**. In: SILVA, J. S. da; PEIXOTO, M. A.; VIANA, Nildo (org.); FERNANDES, O. B.; RODRIGUES, U. B. **Temas de Sociologia Rural**. Pará de Minas, MG: Virtualbooks, 2009.

**ANEXOS**

## **ANEXO I - REGULAMENTO DAS FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA**

### **I**

“As Forças Guerrilheiras do Araguaia guiam-se pelo seguinte Regulamento Militar:

1. Combatente é todo integrante das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Não há distinção entre os combatentes a não ser pelas funções que exercerem.

2. Os combatentes ingressam voluntariamente nas FGA, dispostos a orientar-se pelos seguintes princípios:

a - Estar disposto a enfrentar e vencer todas as dificuldades;

b - Estar decidido a lutar até a vitória final;

c - Estar resolvido a transformar-se num verdadeiro revolucionário.

3 - O combatente deve elevar suas qualidades morais. Esforçar-se para:

a - Ter um estilo de vida simples e de trabalho duro;

b - Viver, pensar e combater como um lutador a serviço do povo;

c - Desenvolver a confiança em si mesmo e ser ao mesmo tempo modesto;

d - Cultivar permanentemente o espírito de iniciativa, audácia e responsabilidade;

e - Ser fraternal e solidário com os companheiros e com os integrantes do povo.

4. O combatente deve observar a mais estrita disciplina, que consiste em:

a - Obedecer sem vacilações às ordens do comando em todos os níveis;

b - Cumprir os Regulamentos e Normas da FGA;

c - Exercer integralmente seu dever quando investido em funções de comando, não podendo renunciar às prerrogativas do cargo, nem delegar a outros seus poderes.

5. Os combatentes têm direito de:

a - Apresentar sugestões ao comando;

b - Criticar os companheiros nas questões oportunas, isto é, nas reuniões de chefes de grupo, tendo em vista o aperfeiçoamento da atividade e a elevação de espírito revolucionário.

c - O combatente tem o dever de:

a - Zelar permanentemente por seu armamento e equipamento, ter suas armas e munições em perfeitas condições de uso;

b - Cuidar continuamente de sua preparação militar, de seu estado físico e de elevação de sua consciência política;

c - Preparar-se constantemente pela segurança do conjunto das FGA, observar sigilo, não revelar segredos e manter severa vigilância contra qualquer infiltração no inimigo.

### **II**

7. O grupo constitui a unidade militar de base das Forças Guerrilheiras e é parte integrante do Destacamento. Sua autonomia de ação é restrita, atuando sobre a base das ordens de comando do Destacamento.

8. O grupo está composto de sete combatentes. Opera em ações militares de acordo com o conjunto, sobre a base das ordens do comando de destacamento.
9. O grupo se auto-abastece em tudo que se refere a sua alimentação.
10. O grupo é comandado por um chefe de grupo. As atribuições do chefe de grupo são:
  - a - Velar pela execução das ordens de comando do destacamento, pelo cumprimento dos Regulamentos e Normas;
  - b - Manter o grupo em condições de combate;
  - c - Comandar o grupo como unidade de combate, planejar a direção das operações militares de acordo com as ordens de comando do destacamento e atuar sob as ordens diretas do comandante;
  - d - Empenhar-se na manutenção de um elevado moral do grupo e em criar um ambiente de fraternidade entre os combatentes;
  - e - Dirigir, de acordo com as Normas e Planos Gerais, o treinamento militar do grupo;
  - f - Exercer o controle das armas e munições do grupo, a fim de que se encontrem sempre em perfeito estado;
  - g - Supervisionar o abastecimento do grupo;
  - h - Reunir periodicamente os combatentes do grupo para fazer o balanço das atividades do mesmo, receber críticas e sugestões.
- 11 - O chefe do grupo tem um substituto eventual, que ocupará o posto de chefe de grupo na ausência ou impedimento deste.

### III

12. O destacamento é uma unidade militar das FGA, composta de três grupos, que dispõe de relativa autonomia e opera sob a direção da Comissão Militar.
13. O destacamento tem uma área determinada de operação.
14. O destacamento pode atuar isoladamente ou sob as ordens diretas da Comissão Militar em coordenação com outros destacamentos.
15. O destacamento tem sua própria logística.
16. O destacamento tem um comandante e um vice-comandante.
17. O comandante do destacamento, dentro das diretrizes da Comissão Militar, dos Regulamentos e Normas, possui pleno poder de decisão sobre todos os assuntos do destacamento. Suas atribuições são as seguintes:
  - a - Nomear e destituir chefes de grupo assim como seus substitutos eventuais;
  - b - Indicar entre os chefes de grupo o substituto eventual do comandante do destacamento para o caso em que surja impedimento do comandante ou vice-comandante do destacamento;
  - c - Velar pela execução das ordens superiores e pelo cumprimento dos Regulamentos e Normas;
  - d - Manter o destacamento permanentemente em condições de combate;
  - e - Planejar ou dirigir as operações de combate do destacamento;

- f - Planejar e controlar o treinamento militar do destacamento;
  - g - Cuidar da logística do destacamento em todos os seus aspectos;
  - h - Organizar o serviço de informações e comunicações na área do destacamento.
18. O vice-comandante do destacamento tem as seguintes atribuições:
- a - Substituir o comandante do destacamento em sua ausência ou impedimento;
  - b - Exercer as funções de Comissário Político, empenhando-se no trabalho de elevação do nível político e da consciência dos combatentes, na manutenção de um alto moral no destacamento e a criação de um ambiente fraternal entre os comandos;
  - c - Assessorar diretamente o comandante do destacamento militar, no planejamento e na execução das operações de destacamento.

#### IV

19. As Forças Guerrilheiras são constituídas pelos destacamentos que operam na região e são comandadas por uma Comissão Militar.
20. A Comissão Militar tem as seguintes atribuições:
- a - Planejar, coordenar e dirigir as operações militares no conjunto da região;
  - b - Nomear ou destituir os comandantes ou vice-comandantes dos destacamentos;
  - c - Coordenar e controlar a preparação militar em todos os seus aspectos, das Forças Guerrilheiras;
  - d - Definir a área de operações das Forças Guerrilheiras e as zonas de operação de cada destacamento;
  - e - Coordenar e controlar toda a logística das Forças Guerrilheiras;
  - f - Organizar as reservas estratégicas no que se refere à logística;
  - g - Organizar e controlar o serviço de transportes e comunicações com os destacamentos;
  - h - Organizar e coordenar o serviço de Saúde;
  - i - Organizar o serviço de informações.
21. A Comissão Militar é um órgão designado pelo Comitê Político da região guerrilheira e a ele subordinado. A Comissão Militar submete à aprovação do Comitê:
- a - Sua atividade geral, inclusive os nomeamentos e destituições de comandantes e vice-comandantes dos destacamentos;
  - b - A criação de novas unidades ou a alteração na estrutura das forças guerrilheiras.
22. As ações mais importantes sobre o desenvolvimento da luta armada são tomadas pelo Comitê Político.

#### V

23. As Forças Guerrilheiras, além de atividade militar, realizam trabalho produtivo, tendo em vista a sua auto-sustentação.

24. O trabalho produtivo deve ser sempre planejado de modo a não prejudicar a atividade militar, sendo que, pelo contrário, buscando fortalecê-la.

## VI

25. As relações entre os combatentes são democráticas e regidas por um alto espírito de camaradagem, solidariedade e respeito mútuo. Os combatentes tratam-se como companheiro. Cada combatente se esforçará não somente por cumprir integralmente suas obrigações, mas buscará, além disso, o êxito do conjunto.

## VII

26. O combatente, em suas relações com o povo, deve observar o seguinte:

- a - Conhecer os problemas das massas e ajudá-las na medida do possível;
- b - Respeitar a família, os hábitos e os costumes das massas
- c - Não tomar nada das massas, pagar o que se compra ou devolver o que se toma emprestado;
- d - Não tratar as massas com arrogância;
- e - Realizar a propaganda revolucionária entre as massas.

## VIII

27. O comandante, no trato com os prisioneiros, deve obedecer às seguintes normas:

- a - Não maltratar o prisioneiro, oferecendo-lhe os alimentos e os medicamentos, no caso de estar ferido;
- b - Revistar minuciosamente o prisioneiro e requisitar-lhe qualquer tipo de arma;
- c - Identificar o prisioneiro e levá-lo frente ao chefe de grupo que procederá ao interrogatório preliminar;
- d - Não permitir que o prisioneiro conheça todos os combatentes, locais e armamentos;
- e - Não conversar com o prisioneiro, uma vez que apenas os encarregados do interrogatório poderão fazê-lo.

## IX

28. As infrações à disciplina são qualificadas em leves, sérias e muito graves;

29. Em caso de infração leve, o comandante do destacamento faz ao combatente uma advertência particular ou diante do grupo ao qual pertença o infrator.

30. Em caso de infração séria, o comandante do destacamento critica o infrator diante dos demais combatentes e aplica uma pena que sirva para fazê-lo compreender o erro cometido.

31. Em caso de infração grave, o comandante do destacamento transfere a questão para a Justiça Militar Revolucionária.

X

32. As Forças Guerrilheiras têm seu hino, suas formas de saudação, suas bandeiras e seus estandartes.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA

BRASIL, meados do ano de 1973” (DGA, 1979, p. 67-74).

## **ANEXO II - O PROGRAMA DE 27 PONTOS DA ULDP – UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO**

“A União do povo do interior deve fazer-se partindo de suas reivindicações mais sentidas e mais imediatas. Que deseja o homem do interior? Quais são os problemas que mais o afetam? Ele quer:

1 - Terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse.

2 - Combate à grilagem, com castigo severo a todos que grilarem terras.

3 - Preços mínimos compensatórios para os produtos da região, preços que não se distanciem muito dos vigentes nos grandes mercados de consumo. Criação de Distribuidores do Estado, que adquiram por preço fixado todos os produtos oferecidos e, ao mesmo tempo, vendam com uma pequena margem de lucro, e também a prazo, adubos, ferramentas, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, lonas para a colheita de arroz, moinhos, etc.

4 - Facilidades para o deslocamento da produção através de diferentes meios de transporte e financiamento ao lavrador para compra de animais.

5 - Proteção à mão-de-obra dos que trabalham nos castanhais, na extração da madeira ou nas grandes fazendas. O castanheiro deve receber por hectolitro de castanha cortada um preço que seja, pelo menos, um terço do fixado pelo governo para a cidade de Marabá. O hectolitro deve ser de seis latas de gasolina, sem cálculo e sem arredondar as latas. O preço das mercadorias vendidas nos armazéns não pode exceder em muito o preço corrente nas cidades e povoados próximos. O pagamento ao castanheiro deve ser realizado no local de trabalho. Os trabalhadores da exploração da madeira ou das grandes fazendas devem receber seus salários em dinheiro no final de cada mês, não sendo permitido o pagamento de salários em espécie ou bagulhos.

6 - Assegurar aos garimpeiros o direito de trabalhar livremente e a regulamentação de sua atividade, impedindo que seja explorado na venda dos bens obtidos em seu trabalho.

7 - Liberdade de caça e pesca para sua alimentação, permitindo-se a venda das peles dos animais por eles mortos para seu próprio consumo. A matança generalizada de caça com o único objetivo de comercializar as peles deve ser proibida.

8 - Liberdade para coletar, quebrar e vender o babaçu.

9 - Redução dos impostos que recaem sobre o trabalho da terra e sobre o pequeno comércio. Os pequenos e médios lavradores não devem pagar nenhum imposto ou taxa ao INCRA. Liquidação do sistema de multas dos serviços de impostos e da cobrança de impostos com o auxílio da polícia.

10 - Direito de todo lavrador ou trabalhador da selva possuir sua arma de caça e de defesa pessoal.

11 - Assistência médica por meio de postos instalados em zonas e distritos e também de postos ambulantes montados sobre embarcações e caminhões. Serviço

médico gratuito para as doenças endêmicas, e pago a preços módicos, para as doenças evitáveis, como a sífilis. Combate sistemático e eficaz à malária e à verminose.

12 - Criação de escolas nos povoados, nas margens dos grandes rios, nas proximidades de várias plantações, com doação de material escolar. Construção de internatos para crianças que vivem longe das escolas, com cursos de 8 a 10 meses de duração.

13 - Fim das arbitrariedades da polícia contra o povo. A polícia não pode cobrar por suas diligências, autorização para festas e prisões, não pode prender ninguém sem motivo plenamente justificado. Não tem direito de bater em presos, nem tirar armas, animais, instrumentos de trabalho ou objetos de utilização do homem do interior. Os policiais estão obrigados a manter uma atitude de respeito com o lavrador e sua família, como também às mulheres.

14 - Casamento civil e registro de nascimentos gratuitos.

15 - Proteção à mulher. Em caso de separação do marido ou companheiro, a mulher tem direito a uma parte da produção e dos bens domésticos, de acordo com o trabalho desenvolvido, direta ou indiretamente, para a obtenção ou produção desses bens. Ajuda à maternidade. Cursos práticos para formar novas parteiras ou melhorar os conhecimentos técnicos das que já trabalham na região, com o objetivo de garantir melhor assistência a mulheres grávidas.

16 - Trabalho, instrução e educação física para a juventude. Estímulo ao desenvolvimento do esporte com a construção de campos de futebol e de basquete, pistas de atletismo e outras iniciativas. Ajuda à criação de clubes, centros recreativos e culturais e à construção de suas sedes.

17 - Respeito a todos os religiosos, não sendo permitida a perseguição a qualquer pessoa por motivos de prática religiosa, inclusive de quem professa a pagelança, o terecô (religião da região), o espiritismo, sempre que esta prática não cause danos ao indivíduo.

18 - Liberdade para reunir-se, discutir seus problemas, criticar as autoridades, exigir seus direitos, organizar suas associações e eleger, sem pressão de nenhum tipo, seus representantes.

19 - Criação de Comitês Populares, eleitos diretamente pelo povo, para administrar os distritos e povoados, orientar as iniciativas que têm relação com a coletividade e resolver as desavenças surgidas entre os habitantes. Os Comitês estabelecem, de comum acordo com o povo, as normas de proteção à plantação, contra a invasão de gado, porcos e outros animais, assim como orientam a maneira de criá-los sem causar prejuízos aos interesses coletivos.

20 - Eleição livre do prefeito e de um Conselho Administrativo nos municípios, assim como de Comitês Populares nos bairros das cidades.

21 - Emprego de boa parte dos impostos arrecadados nos municípios para o desenvolvimento das cidades e povoados. O governo federal e o governo estadual de

cada estado devem ajudar os municípios na construção de estradas, pavimentação de ruas, instalação de luz e água, manutenção de escolas e execução de serviços médicos.

22 - Elaboração de planos de urbanização e desenvolvimento em todas as cidades. Facilidades para a construção de casas, estímulo à criação de bibliotecas e radioemissoras locais, sem que seja necessária nenhuma permissão das autoridades para seu funcionamento.

23 - As terras do Estado abandonadas e localizadas nas proximidades dos povoados e pequenas cidades devem ser distribuídas anualmente entre os habitantes para que sejam cultivadas por um ano.

24 - Aproveitamento racional das grandes áreas não cultivadas em torno das cidades e povoados para a criação de granjas e plantações rentáveis, com o objetivo de garantir trabalho e meio de vida à população da região.

25 - Defesa da terra dos índios, respeito a seus hábitos e costumes e ajuda do governo aos indígenas.

26 - Obrigação de reflorestamento e aproveitamento total das árvores derrubadas na exploração de madeira em larga escala. O benefício da madeira deve ser feito na região para incentivar seu progresso. A madeira existente em cada área determinada de terra pertence ao posseiro.

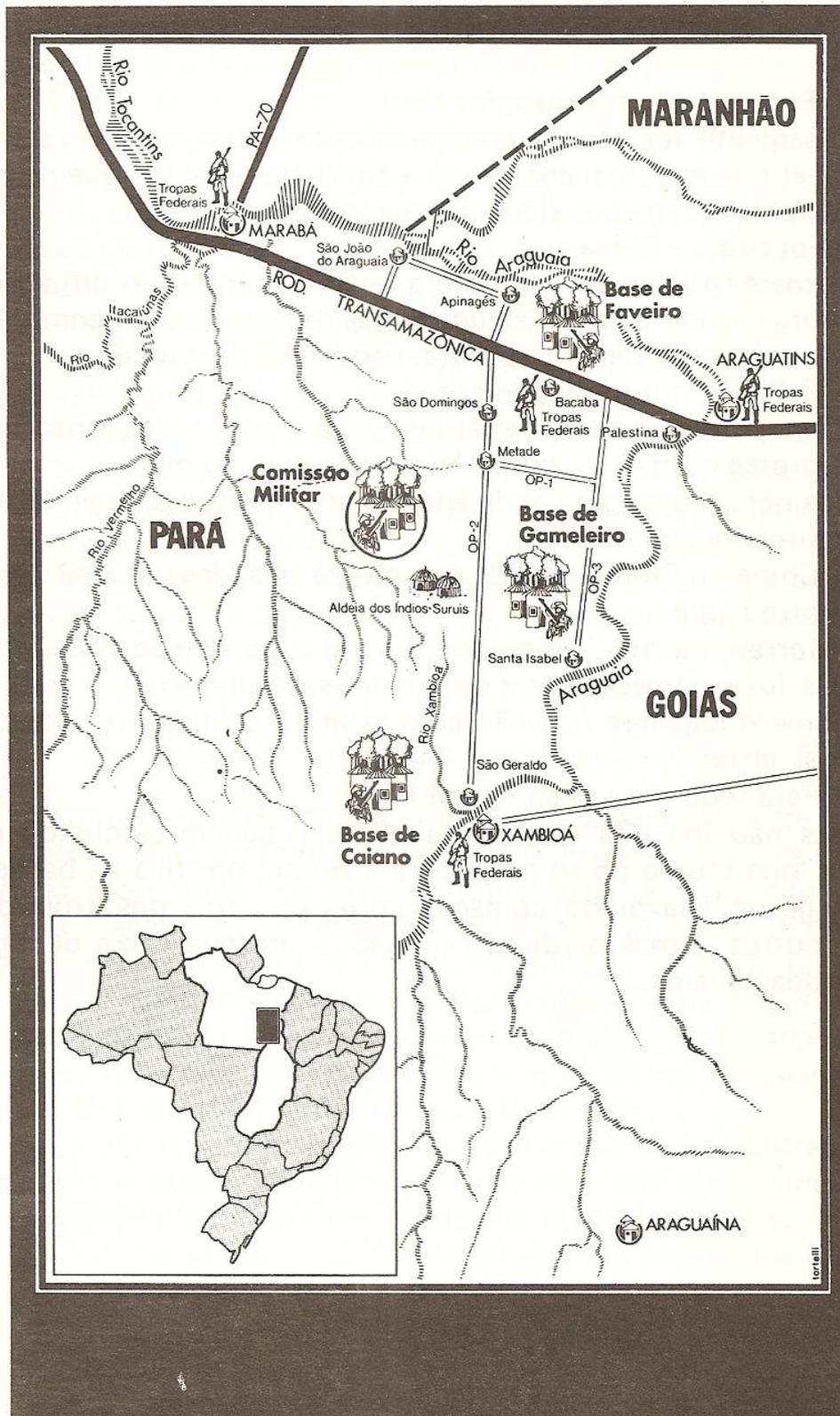
27 - Respeito à propriedade privada que não ocasione prejuízo à coletividade. Apoio às iniciativas privadas de caráter progressista, à pequena e média indústria e ao artesanato.

A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO, surgida para unir as amplas massas, crê que esses vinte e sete pontos sintetizam as reivindicações mais sentidas e imediatas do homem desta região. Incluem tudo o que ele deseja e tem direito. Representam, contudo, o mínimo exigido por ele nas condições atuais. Por isso a ULDP considera que este é um programa em defesa dos pobres e pelo progresso do interior. Em torno dele se unirá o povo sofrido: os lavradores, os castanheiros, os vaqueiros, os garimpeiros, os peões, os barqueiros, os que trabalham na madeira e na quebra de babaçu, os pequenos e médios comerciantes, enfim, todos os que querem o progresso da região e a facilidade de seus habitantes.

É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros abandonados, humilhados e explorados. A Revolução abrirá o caminho para uma nova vida.

Até hoje, o povo foi tratado como escravo. Chegou o momento de levantar-se para varrer os inimigos da liberdade, da independência e do progresso do Brasil” (DGA, 1979, p. 75-80).

## ANEXO III - MAPA DA REGIÃO DO ARAGUAIA



A região do Araguaia, palco de operações dos guerrilheiros. Suas bases estão assinaladas, assim como as das tropas federais (Portela, 1986, p. 24).

**ANEXO IV - MOVIMENTOS CORRESPONDENTES ÀS TRÊS CAMPANHAS DE CERCO E ANIQUILAMENTO EFETUADAS PELAS FORÇAS DO GOVERNO**

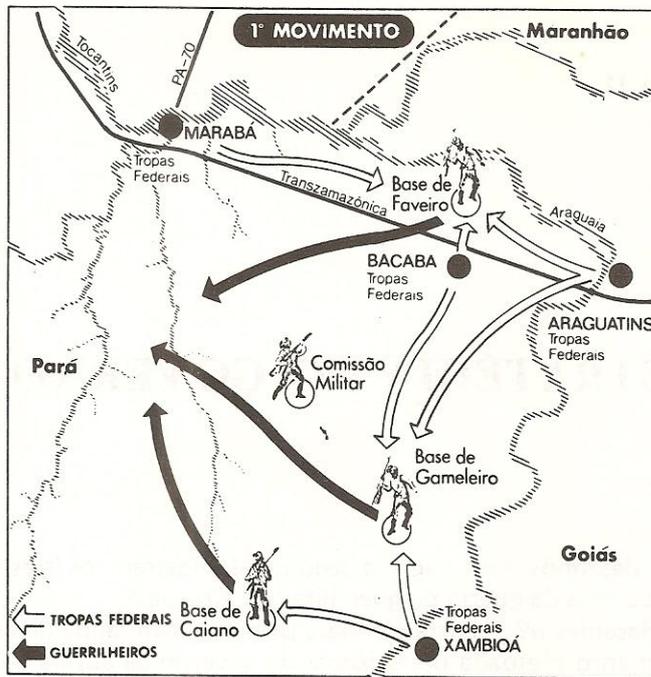


Imagem 1: 1º Movimento



Imagem 2: 2º Movimento

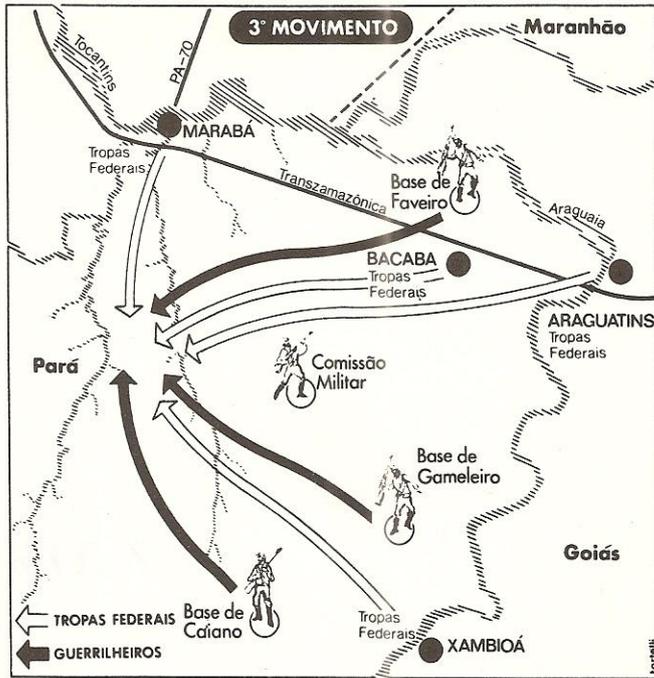


Imagem 3: 3º Movimento

**ANEXO V - IMAGENS DAS OPERAÇÕES MILITARES DE COMBATE À GUERRILHA**

navegador.mt..

## ANEXO VI - BUSCA DO GRUPO DE TRABALHO TOCANTINS-ARAGUAIA



DiarioLiberdade



Busca do Grupo de Trabalho Tocantins-Araguaia  
Fotos: Tereza Sobreira (Ministério da Defesa)

**ANEXO VII – FOTOS DO EVENTO ALUSIVO AOS 40 ANOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA**

Camponeses que participaram do evento.





Homenagem aos camponeses que foram envolvidos no conflito armado.



Homenagem aos camponeses que foram envolvidos no conflito armado.



Aldo Arantes, deputado constituinte e presidente da direção nacional do PC do B, durante seu discurso.



Vice-presidente da Comissão de Anistia, durante seu discurso.